



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO DESPORTO – CCSD**

**PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA NA MODALIDADE Ead – Ensino a Distância
(Projeto de Implantação)**

**RIO BRANCO - ACRE
2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Prof^a. Dra. Margarida de Aquino Cunha
Reitora

Prof. Dr. Josimar Batista Ferreira
Vice-Reitor

Prof^a. Dra. Ednaceli Abreu Damasceno
Pró-Reitora de Graduação

Prof^a. Dra. Margarida Carvalho
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Carlos Paula de Moraes
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Prof. Dr. Isaac Dayan Bastos da Silva
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Tone Eli da Silva Roca
Pró-Reitor de Administração

Prof. Msc. Alexandre Ricardo Hidd
Pró-Reitor de Planejamento

Filomena Maria Oliveira da Cruz
Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

MEMBROS DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA

João Petrolitano Gonçalves de Assis - Presidente

Angelita Pereira dos Santos da Conceição

Lucicléia Barreto de Queiroz

Jefferson Teixeira Sarmento de Lima

Shirley Regina de Almeida Batista

Rejane Marcelina Ribeiro

Oyatagan Levy Pimenta da Silva

Jader de Andrade Bezerra

Rosângela Aparecida Bertocco Macedo

Nemeia de Oliveira Farias

Aristéia Nunes Sampaio

Pierre André Garcia Pires

Viviani Fernanda Hojas

João Carlos de Oliveira Filho

Bruno Moreira da Silva

Joamerson Paz de Andrade

Thalisney Souza de Paiva

Geovane Bruno Guimaraes Cordeiro

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR

Profa. Dra. Lucicléia Barreto de Queiroz

Prof. Dr. Jader de Andrade Bezerra

Profa. Dra. Angelita Pereira dos Santos da Conceição

Profa. Dra. Neméia de Oliveira Farias

Prof. Me. João Petrolitano Gonçalves de Assis

Prof. Me. Jefferson Teixeira Sarmiento de Lima

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE LICENCIATURA

Profa. Dra. Lucicléia Barreto de Queiroz – Presidente

Profa. Dra. Rosângela Aparecida Bertocco Macedo - Membro

Profa. Dra. Angelita Pereira dos Santos – Membro

Profa. Dra. Shirley Regina de Almeida Batista - Membro

Profa. Dra. Neméia de Oliveira Farias - Membro

Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Valette Barros - Membro

Prof. Dr. Pierre André Garcia Pires - Membro

Prof. Me. João Petrolitano Gonçalves de Assis - Membro

Prof. Me. Jefferson Teixeira Sarmiento de Lima - Membro

Profa. Esp. Rejane Marcelina Ribeiro – Membro

EQUIPE TÉCNICA DA DIADEN

Apoio Técnico Institucional

Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino - DIADEN

Prof. Dra. Grace Gotelip Cabral - Diretora

Msc. Emilly Ganum Areal - Coordenadoria de Currículo

Msc. Roberto Mamedio Bastos - Pedagogo

Msc. Mageana de Freitas Souza de Carvalho - Coordenadoria de Regulação e Avaliação

Maria Aparecida Linhares de Sousa Lima - Técnica em Assuntos Educacionais

Msc. Gesiel de Oliveira Brandão - Coordenadoria de Legislação e Normas do Ensino

Liciane Calixto Moura – Secretária Executiva

SUMÁRIO

1	A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	6
1.1	HISTÓRICO E PERFIL INSTITUCIONAL	6
1.2	MISSÃO DA UFAC	11
1.3	VISÃO DE FUTURO.....	11
1.4	VALORES.....	12
2	CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E OS OBJETIVOS DO CURSO	14
2.1	OBJETIVOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	16
2.1.1	<i>Objetivo Geral</i>	16
2.1.2	<i>Objetivos Específicos</i>	16
2.2	PERFIL DO CURSO.....	17
2.3	JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO	19
2.4	PERFIL DOS EGRESSOS.....	23
2.4.1	<i>Perfil do Egresso do Curso de Educação Física Licenciatura</i>	23
2.5	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	24
2.5.1	<i>Etapa comum</i>	25
2.5.2	<i>Etapa específica</i>	25
3	ESTRUTURA CURRICULAR.....	28
3.1	CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.	28
3.2	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	31
3.3	COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	33
3.4	ESTRUTURA CURRICULAR POR SEMESTRE	33
3.5	ORGANIZAÇÃO DO CURSO NA MODALIDADE À DISTÂNCIA	36
3.5.1	<i>Sistema de comunicação-interação entre os participantes</i>	37
3.5.2	<i>Material Didático</i>	38
3.5.3	<i>Equipe Multidisciplinar</i>	39
3.5.4	<i>Infraestrutura física e tecnológica do curso</i>	39
3.5.5	<i>A Tutoria</i>	40
3.5.6	<i>Organização e configuração do sistema de tutoria</i>	40
3.5.7	<i>Categorias e competências dos Tutores</i>	40
3.5.8	<i>Infraestrutura para o sistema de tutoria</i>	41
3.5.9	<i>Composição da equipe de tutoria na sede</i>	42
3.5.10	<i>Composição da equipe de tutoria nos polos</i>	42
3.5.11	<i>Seleção de tutores</i>	42
3.5.12	<i>Capacitação de tutores</i>	42
3.5.13	<i>Relação quantitativa Alunos/Tutores</i>	42
3.5.14	<i>Os Polos de apoio Presencial</i>	43
3.5.15	<i>Infraestrutura dos Polos</i>	43

3.5.16	<i>Gestão Acadêmico-Administrativa</i>	43
3.5.17	<i>Infraestrutura Necessária para o Funcionamento do Curso</i>	44
3.6	EMENTAS E REFERÊNCIAS.....	44
4	METODOLOGIA ADOTADA PARA A EXECUÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO CURSO	93
5	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	94
6	AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS	96
7	GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	97
8	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)	100
9	ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	101
10	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	102
11	CURRICULARIZAÇÃO DE EXTENSÃO	103
12	LEGISLAÇÃO BÁSICA	106
12.1	LEGISLAÇÃO FEDERAL	106
12.2	NORMAS E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL – UFAC	107
13	REFERÊNCIAS	108
	ANEXOS	108

1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

1.1 Histórico e Perfil Institucional

A Universidade Federal do Acre (UFAC) é uma instituição pública de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e mantida pela Fundação Universidade Federal do Acre (FUFAC).

Ciente da importância de investir na formação cidadã, possui uma história que se inicia com a criação da Faculdade de Direito, por meio do Decreto Estadual n.º 187, de 25 de março de 1964, seguida pela criação da Faculdade de Ciências Econômicas.

Em 1970, por meio da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, foram criados os cursos de Licenciatura de Curta duração em Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos Sociais, oficializando-se também por meio da Lei Estadual n.º 318, de 03 de março de 1970, a criação do Centro Universitário do Acre.

No ano seguinte, por meio da Lei Estadual n.º 421, de 22 de janeiro de 1971, o Centro Universitário do Acre passou a ser denominado de Fundação Universidade do Acre. Posteriormente, por intermédio da Lei n.º 6.025, de 05 de abril de 1974, ocorreu a sua federalização, com a aprovação do seu primeiro estatuto. Dessa forma, a instituição passou a ser denominada Fundação Universidade Federal do Acre, o que foi regulamentado pelo Decreto n.º 74.706, de 17 de outubro de 1974.

Com a finalidade de desenvolver a Educação Básica, atuando no campo de estágios voltados à prática de ensino, por meio da aprovação da Resolução do Conselho Universitário (CONSU) de n.º 22, de 25 de dezembro de 1981, foi criado, em 11 de dezembro de 1981, o Colégio de Aplicação (CAP), como unidade especial ligado à Reitoria, tendo seu Regimento Interno aprovado e reconhecido para a oferta do Ensino Fundamental, denominado à época de 1º Grau, pela Portaria MEC n.º 36, de 25 de novembro de 1985. Por conseguinte, a Portaria MEC, n.º 143, de 20 de março de 1995, reconheceu e declarou a Regularidade de Estudos do Curso de Ensino Médio.

Nos primeiros anos de funcionamento, o acesso dos alunos ao CAP ocorria através de processo de seleção. A partir de 1990, o ingresso passou a ser efetivado por meio de sorteio público, atendendo as orientações da Portaria MEC n.º 959, de 27 de setembro de 2013, onde ficaram estabelecidas as diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos Colégios de Aplicação.

Segundo o art. 2º dessa Portaria, as unidades de Educação Básica, vinculadas às Universidades Federais, devem cumprir com a finalidade de desenvolver, de forma

indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco em inovações pedagógicas e na formação docente.

Com a federalização e a aprovação do primeiro estatuto, os cursos de graduação da UFAC foram vinculados a uma estrutura de departamentos. A partir da Resolução n.º 08 do Conselho Universitário, de 28 de maio de 2003, e a aprovação de um novo estatuto, os cursos no Campus Sede, localizado na cidade de Rio Branco, saíram da estrutura de departamento e passaram a ser vinculados a seis Centros Acadêmicos: Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), Centro de Ciências Biológicas e da Natureza (CCBN), Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD) e Centro de Educação, Letras e Artes (CELA).

No Campus Floresta, criado pela Resolução n.º 012 do Conselho Universitário, de 11 de outubro de 2007, localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, inicialmente, todos os cursos ofertados foram vinculados a um único centro denominado de Centro Multidisciplinar (CMULT). Com o aumento da oferta de cursos naquele Campi, a partir de 2011, os cursos passaram a ser vinculados a dois Centros Acadêmicos, o Centro Multidisciplinar (CMULTI) e o Centro de Educação e Letras (CEL), sendo este último criado pela Resolução CONSU n.º 004, de 22 de fevereiro de 2011.

A modalidade Educação a Distância foi institucionalizada na UFAC com a aprovação da Resolução n.º 22 do Conselho Universitário, de 07 de dezembro de 2006, oportunidade em que foi criado o Núcleo de Interiorização e Educação a Distância (Niead). Todavia, somente em 2012, através de parceria com o Governo Federal e Estadual, iniciou suas atividades formativas nessa modalidade com o desenvolvimento do Programa Escola de Gestores, cuja finalidade era a oferta de cursos de Pós-Graduação lato sensu em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. Para qualificar os formadores para a implementação do programa, o Niead realizou o Curso de formação para tutores, ofertado por meio de ambiente virtual (AVA). Em 2014, a UFAC foi credenciada para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, contemplando o Curso de Licenciatura em Matemática, que efetivamente iniciou suas atividades no II semestre de 2017. Em 2019, já expandindo a oferta de cursos a distância, foi aprovado a criação do Curso de Licenciatura em Física.

Quanto a forma de ingresso, até 2009, a UFAC utilizava o processo seletivo com seleção própria, mediante vestibular. Em 05 de julho de 2010, mediante a aprovação da Resolução n.º 36 do Conselho Universitário, a instituição aderiu ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como processo de seleção para ingresso nos cursos de Licenciatura em Filosofia e em

Música, bem como para as vagas remanescentes do Edital Vestibular 2011. No ano seguinte, por meio da Resolução n.º 16 do Conselho Universitário, de 26 de maio de 2011, a adesão integral ao ENEM foi concretizada. Com promulgação da Lei n.º 12.711, de 19 de agosto de 2012, denominada Lei das Cotas, para o ingresso em 2013, foram reservadas aos cotistas 25% (vinte e cinco por cento) do total de vagas em cada curso e, para o ingresso em 2014, 50% (cinquenta por cento) do total das vagas.

Em conformidade com as políticas públicas de inclusão social na educação e para aprimorar o atendimento as demandas dos estudantes, para além das Pró-Reitorias existentes (Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Planejamento, Extensão e Administração), criou-se mediante a Resolução CONSU n.º 99, de 29 de novembro de 2012, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), como órgão circunspecto pelos assuntos estudantis. A nova Pró-Reitoria é responsável pelo planejamento e execução da política de assistência estudantil da universidade. Sua finalidade é promover e gerenciar ações afirmativas de acesso e inclusão social. Dentre essas ações, pode-se fazer referência ao programa de bolsas e auxílios, subsídios no custo das refeições no Restaurante Universitário (RU) e moradia estudantil para o atendimento dos acadêmicos vinculados ao Curso de Licenciatura Indígena no Campus Cruzeiro do Sul.

O Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), vinculado à PROAES, criado em abril de 2008 e homologado por meio da Resolução CONSU n.º 10, de 18 de setembro de 2008, tem por finalidade de executar políticas de inclusão e acessibilidade de estudantes e servidores com deficiência, garantindo a execução de ações que alcançam os eixos de infraestrutura, currículo, programas e projetos de extensão, programas e projetos de pesquisa. Compete ao NAI a adoção de medidas para garantir as condições de acessibilidade à plena participação e autonomia dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Dentre essas medidas, tem-se o oferecimento das bolsas e auxílios dos Programa de Monitoria de Apoio ao Estudante com Deficiência (Promaed), Programa de Incentivo ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com altas Habilidades ou Superdotação (Pró- PcD), Programa de Tutoria para Apoio ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades (Protaed) e Programa de Apoio às Ações de Acessibilidade (Pró-Acessibilidade).

O NAI através de sua estrutura pedagógica oferece materiais impressos em braille, em áudio, recursos de informática, materiais impressos em caractere ampliado, material pedagógico tátil, material didático acessível e recursos de acessibilidade à comunicação. Dispõe

também de uma equipe técnica multidisciplinar composta por Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Fisioterapeuta, Revisores de Texto Braile, Fonoaudiólogo e professores com especialização nas áreas da Educação Especial/Inclusiva.

Em agosto de 2013, foi criada a primeira Comissão de Acessibilidade da UFAC, com o objetivo de atuar em parceria com a Administração Superior no sentido de identificar falhas e propor soluções para a garantia da acessibilidade plena.

Anuindo com a publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei nº 12.527/2011), em julho de 2013, a UFAC criou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a Ouvidoria, que funcionam em um único espaço físico de atendimento, garantindo a comunicação entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, proporcionando a aproximação entre Universidade e sociedade.

Em sintonia com a sua missão institucional, a UFAC oferta atualmente 50 cursos de graduação, sendo 03 cursos com Área Básica de Ingresso (ABI), correspondentes a 01 Bacharelado e 01 Licenciatura cada, 14 licenciaturas e 17 bacharelados no campus sede em Rio Branco, 02 licenciaturas na modalidade de Educação à Distância (EaD), 06 licenciaturas e 05 bacharelados no Campus Cruzeiro do Sul.

Além dessa oferta regular, são ofertados cursos de licenciatura na modalidade presencial, por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), com adesão e implementação efetivada pela UFAC a partir de dezembro de 2012.

Outra contribuição relevante para a sociedade acreana foi a implementação dos Programas Especiais de Formação de Professores para a Educação Básica ao longo de toda a primeira década dos anos 2000, sendo finalizados em 2011, em parceria entre os entes federados (Governos Federal, Estadual e prefeituras dos 22 municípios do Acre).

Na esteira da execução de Programas Especiais de Formação de professores para atuar na Educação Básica, em 2013 foi implementado o Programa Especial de Licenciatura em Matemática (PROEMAT), financiado pela Secretaria de Estado de Educação e Esportes (SEE).

No que se refere aos programas institucionais de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a UFAC iniciou a oferta de cursos em 1996, com o Programa de Mestrado Acadêmico em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais (PPG-EMRN). Em 2006, foram ofertados mais 03 programas de mestrado acadêmico: Produção Vegetal (MPV), Desenvolvimento Regional (MDR) e Linguagem e Identidade (MEL). Em 2008 foram criados os mestrados em Saúde Coletiva (MESC) e, em 2010, o de Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia (CITA).

No plano de expansão da Pós-Graduação, em 2013 foram aprovados os cursos de Mestrado em Sanidade e Produção Animal Sustentável na Amazônia Ocidental (MESPA), Mestrado em Educação (MED) e Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM), este último na modalidade profissional.

Atualmente, a UFAC disponibiliza para o público externo e interno os programas de Pós-graduação em Ensino de Física, em Ciência Florestal, Ciência da Saúde na Amazônia Ocidental, Ensino de Humanidades e Linguagens, Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia, Agronomia (Produção Vegetal), Sanidade e Produção Animal, Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte, Saúde Coletiva, Matemática em Rede Nacional, Artes Cênicas, Linguagem e Identidade, ensino de Ciências e Matemática, Desenvolvimento Regional, Ecologia e Manejo de recursos Naturais, Educação e Letras.

Em atenção à Resolução do Conselho Nacional de Saúde/MS n.º 196, de 10 de outubro de 1996, foi criado em 2005 na UFAC, o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP). Ele é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Sua primeira composição deu-se por meio da Portaria/Reitoria n.º 1.183, de 11 de agosto de 2005. Com a finalidade de analisar, emitir parecer e expedir atestados à luz dos princípios éticos na experimentação animal, sobre os protocolos de ensino e experimentação que envolvam o uso de animais e de subprodutos biológicos vinculados à UFAC foi criada também, por meio da Resolução CONSU n.º 17, de 24 de maio de 2012, a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).

No que diz respeito ao uso de tecnologias e acesso à informação, foram criados: o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), instituído pela Portaria/Reitoria n.º 1.250, de 27 de julho de 2012, com atribuição principal de elaborar e acompanhar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); e, o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), instituído pela Portaria/Reitoria n.º 2.372, de 22 de novembro de 2012, com atribuição de desenvolver a política de segurança da informação, visando a garantia da integridade, confidencialidade e autenticidade das informações produzidas ou custodiadas pela UFAC.

No sentido de registrar, tendo em vista a relevância em nível nacional, a UFAC sediou em julho de 2014 a 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), evento com um público diário de mais de 15.000 pessoas participantes de conferências,

mesas redondas, minicursos, sessões de pôsteres, aliadas às atividades desenvolvidas pela Mostra de Ciência, Tecnologia e Inovação - ExpoT&C e a SBPC Jovem-Mirim e a Cultural, damos um destaque para a 1ª edição da SBPC Extrativista, da SBPC Indígena e do Dia da Família na Ciência.

A UFAC tem como finalidades a produção e a difusão de conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento pautado pela melhoria das condições de vida da população acreana e a formação de uma consciência crítica, estabelecendo os princípios da autonomia, gestão democrática, diversidade, pluralismo, democratização do ensino, universalidade do conhecimento, cooperação interinstitucional, preservação do meio ambiente, gratuidade e aprimoramento constante da qualidade dos seus serviços.

Os cenários da atualidade mais detalhados podem ser consultados por meio da publicação UFAC em Números, na versão 2019, na qual são disponibilizados, com mais detalhamento, dados e informações relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, recursos humanos, infraestrutura e orçamento dos Campi Sede (Rio Branco), Campus Floresta (Cruzeiro do Sul) e Campus Fronteira (Brasiléia).

A instituição utiliza como referenciais estratégicos a modernização de sua gestão, disseminando métodos, instrumentos e melhoria de suas práticas de gestão de projetos, compartilhamento de resultados, racionalização de recursos, cultura de alcance de resultados, prestação de contas e transparência dos seus resultados.

Com base em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020 – 2024), a UFAC definiu a sua missão, visão de futuro e valores preponderantes. Ressalta-se que se encontra em construção, por meio de Ciclos Acadêmicos que promovem a discussão e potencialização, os encaminhamentos coletivos para o PDI (2010-2024).

1.2 Missão da UFAC

Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, com base na integração ensino, pesquisa e extensão, para formar cidadãos críticos e atuantes no desenvolvimento da sociedade.

1.3 Visão de Futuro

Com o intuito de referenciar seus propósitos e prover os meios que possam regular as relações institucionais e os seus objetivos prospectivos a UFAC almeja:

“Ser referência internacional na produção, articulação e socialização dos saberes amazônicos”.

1.4 Valores

Considerando que os valores traduzem as crenças que intermediam as relações, promovendo o convívio, a UFAC, como instituição pública, laica, plural e referenciada socialmente prima pela:

Nesse contexto, foram validados os seguintes valores para a Ufac:

- **INOVAÇÃO:** Primar pela trajetória da aprendizagem, proporcionando um ambiente de criatividade e inovação, criando espaço para a mudança e readequação.
- **COMPROMISSO:** Possuir liberdade e autonomia acadêmicas, fomentando a consciência coletiva de compromisso com o bem-estar social.
- **RESPEITO À NATUREZA:** Adotar e vivenciar práticas sustentáveis que protejam o meio ambiente.
- **RESPEITO AO SER HUMANO:** Respeitar incondicionalmente os direitos humanos.
- **EFETIVIDADE:** Contribuir ativamente com ações que promovam a eficácia dos objetivos e a eficiência na gestão, atendendo a sociedade.
- **PLURALIDADE:** Conhecer e respeitar os diferentes pontos de vista, promovendo uma consciência global que valorize a tolerância, o respeito mútuo e a diferença.
- **COOPERAÇÃO:** Cooperar com indivíduos, instituições e entidades para o desenvolvimento da universidade e da sociedade.

A história de meio século da Universidade Federal do Acre, desde a criação da Faculdade de Direito em 1964, passando pela institucionalização do Centro Universitário do Acre em 1970, pela criação da Fundação Universidade do Acre em 1971, até sua federalização em 1974, proporcionou-lhe, por vários anos, a condição de ser a única instituição de educação superior do Estado do Acre. Contudo, a despeito da intensa expansão do ensino superior no setor privado, ocorrido no Acre a partir do final da década de 90, a UFAC permanece, hoje, na condição de única universidade pública, no estado.

Quanto a integração estadual, dos vinte e dois municípios acreanos dezoito encontram-se interligados via terrestre, facilitando a atuação da expansão do ensino superior. Todavia, quatro municípios (Santa Rosa do Purus, Jordão, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo) ainda se classificam como municípios de difícil acesso, dificultando a logística, haja vista a ligação ser estabelecida somente por via fluvial e/ou aérea. A despeito das dificuldades, a UFAC tem sido pioneira no atendimento educacional com a oferta de cursos nesses municípios.

O Acre tem ligação limitada por via terrestre com as demais regiões brasileiras, com apenas uma rodovia federal (BR 364) que o liga às demais regiões do país. Todavia, por meio

da BR 317 se tem acesso qualificado aos países vizinhos Bolívia e Peru, incluindo os portos do Oceano Pacífico, possibilitando que a UFAC potencialize a expansão de suas fronteiras a caminho da internacionalização.

Na esteira das transformações tecnológicas, o estado foi incorporado no circuito mundial das redes de comunicação global. Em outras palavras, a Universidade Federal do Acre, que nasceu marcada pelo isolamento geográfico e pelas limitações da interação acadêmica, hoje se defronta com os desafios postos pela globalização, na medida em que todos os canais deste processo se interligam em maior ou menor intensidade.

No contexto local e global em que está inserida, a UFAC tem substituído o paradigma técnico-científico pelo entendimento reflexivo no qual se exige cada vez mais o uso de métodos de ensino transdisciplinares, interdisciplinares, com elevado grau de responsabilidade social. Essas transformações estabelecem novas exigências acadêmicas para o enfrentamento das grandes questões e desafios socioeconômicos da nossa época.

A inserção regional de uma universidade com as características da UFAC, localizada fora do eixo político-econômico das regiões mais centrais, demanda muito mais esforço para que sua missão possa ser levada a termo.

Compreende-se que as ações acadêmicas precisam estar situadas onde a UFAC fincou as suas bases, porém, levando em consideração os contextos mais amplos. Este é o sentido contemporâneo a respeito da inserção regional da educação superior, proveniente do aprendizado nas últimas décadas.

O comprometimento significa o respeito ao entrelaçamento entre as dimensões teórica, histórica e instrumental das ações acadêmicas da instituição, por isso, a necessidade de considerar a regionalidade nos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC), ao mesmo tempo em que se cumprem a legislação educacional vigente e as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, situando as ações de ensino às de pesquisa e extensão, resguardando os princípios do rigor científico que fundamentam cada uma das áreas de conhecimento.

Nessa direção, a inserção da Universidade Federal do Acre numa Região permeada por fragilidades nos campos social, econômico e técnico-científico e a consciência sobre os desafios impostos exigem que as políticas de ensino, pesquisa e extensão, em todas as suas dimensões, sejam formuladas e implementadas com base, primeiramente, na realidade acreana, sem prejuízos dos critérios que compõem o arcabouço do padrão científico moderno nacional e internacional, local e global.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E OS OBJETIVOS DO CURSO

Desde a sua fundação até o final dos anos 90, a UFAC achava-se a única Instituição de Ensino Superior no Estado do Acre. Por esse motivo, protagonizou e assumiu uma postura política de graduação para a qualificação e formação de recursos humanos, tornando-se imperativa a diversificação na oferta de cursos para atender à demanda de mão-de-obra habilitada, necessária ao desenvolvimento econômico, educacional e social do Estado.

Considerando a demanda por diversificação na oferta de cursos de graduação, em novembro de 1990 foi criado, por meio da resolução nº 10/1990 do CEPEX e autorizado pela Resolução nº 12 de 09 de novembro de 1990, do CONSU, os Cursos de Educação Física, nas modalidades de Bacharelado e Licenciatura Plena, posteriormente, reconhecidos pela Portaria Ministerial nº 914, de 06 de agosto de 1997.

De acordo com Broch et al. (2020) a expansão do ensino superior e, no lastro desta, a criação e abertura de novos cursos de Educação Física no Brasil, perpassam alguns elementos, tais como: a consolidação da área como campo de conhecimento; a oferta de duas habilitações (Licenciatura e Bacharelado) nos cursos de formação inicial e as novas demandas geradas no mercado de trabalho da área.

Inicialmente, a criação do Curso de Educação Física na Universidade federal do Acre partiu da necessidade de buscar soluções para as transformações resultantes do crescimento desordenado das cidades do Estado, no tocante à falta de planejamento e estrutura, aumento da população e a necessidade de solucionar problemas já existentes e novas demandas decorrentes desse crescimento, destacando-se: a falta de opção para a prática de atividade física, lazer e desporto; a inexistência de espaços físicos destinados a estas atividades; o não aproveitamento do tempo livre, principalmente dos jovens; a preocupação com a saúde da população; a evolução do desporto competitivo acreano exigindo conhecimento técnico e instrumental e a intensificação da prática dos desportos de massa.

No tocante ` concepção pedagógica o curso e a metodologia adotada para a execução da proposta pedagógica curricular o curso de Educação Física Licenciatura em Educação Física, prioritariamente, se constitui num espaço estimulador de uma postura crítica-reflexiva, frente ao desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional. Nesse sentido, a mobilização de saberes tradicionais, da experiência e do conhecimento sistematizado irão mediar o processo de construção da identidade dos futuros profissionais em Educação Física. Tais saberes devem ser valorizados, problematizados e investigados ao longo da formação.

Neste sentido, o esforço metodológico para a formação da proposta pedagógica, passa pela compreensão das diversas teorias que orientam o fazer profissional da área de Licenciatura em Educação Física, tornando esse movimento um eixo balizador do processo formativo.

A metodologia visa o processo formativo em sua totalidade, considerando as dimensões de aprendizagem, implantação, gestão e avaliação dos cursos, através do dialógica igualitário, da pluralidade cultural, da democracia na gestão dos processos acadêmicos, nas relações interpessoais e profissionais e no uso das novas tecnologias de otimização da aprendizagem.

Essas atividades foram incorporadas às várias disciplinas, constantes na estrutura curricular do curso. Tais atividades visam desenvolver nos graduandos a capacidade de exprimir com clareza conceitos de ciências exatas, em especial os conteúdos da Educação Física. O curso apresenta o cronograma de quatro anos para o cumprimento da carga horária proposta de 3345 horas. A estrutura curricular visa contemplar o estudo e aplicação do movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Os campos mencionados acima deverão contemplar conteúdos que visem à formação de um profissional generalista, humanista e crítico. Este profissional deverá ser qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

Para atender as proposições da legislação em vigor, como as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Física, e as aprovadas pela Resolução CNE/CP Nº 02, de 01 de julho de 2019, o plano nacional de educação 2014/2024 a Resolução nº 6 do Conselho Nacional de Educação de 18 de dezembro de 2018, propõe-se aqui a elaboração do Projeto Pedagógico Curricular do Curso, na modalidade a distância assegurando aos acadêmicos “uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética”.

Considerando a Resolução nº 6 do Conselho Nacional de Educação de 18 de dezembro de 2018, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências, no seu Art. 5 - Dada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requerida do egresso para o futuro exercício profissional, a formação do graduado em Educação Física terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura, e desdobrar-se-á em duas etapas, conforme descrição a seguir:

I - Etapa Comum - Núcleo de estudos da formação geral, identificador da área de Educação Física, a ser desenvolvido em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, comum a ambas as formações.

II - Etapa Específica - Formação específica a ser desenvolvida em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, na qual os graduandos terão acesso a conhecimentos específicos das opções em bacharelado ou licenciatura.

2.1 Objetivos do Curso de Licenciatura em Educação Física

2.1.1 Objetivo Geral

Promover com qualidade, uma formação humana e generalista de professores e professoras em Educação Física, enquanto uma área de estudo e análise do contexto escolar, caracterizada pelos elementos do currículo educacional e da aplicação do conjunto de saberes da cultura corporal por meio das dimensões da vida, visando um profissional crítico, ético, reflexivo e comprometido com a superação das exclusões e com a transformação social de indivíduos e grupos, em todas as etapas de atuação na educação básica.

2.1.2 Objetivos Específicos

- Assegurar uma formação humanista e generalista para a intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico-filosófico, na reflexão crítica e na conduta ética.
- Proporcionar uma atuação acadêmica adequada a realidade da Educação Física Escolar contemporânea, eticamente balizada pelos princípios do ser, saber, viver, poder e existir dos indivíduos e grupos.
- Produzir a construção de saberes, através do currículo em Educação Física (Abordagens Pedagógicas) de forma interdisciplinar, compreendendo a diversidade teórico-metodológica presente no curso em articulação com as práticas didático-pedagógicas de docente em cada disciplina.

- Identificar problemas de ordem sociocultural, educacional, histórica, política e econômica no contexto da formação de professores e professoras, com a postura investigativa de problematização e superação das exclusões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, de geração, de regionalidade entre outras, para intervenção crítica na Educação Física Escolar.
- Fomentar os aspectos do ensino, da pesquisa e da extensão priorizando na formação inicial em Educação Física, a inserção e transformação na/da realidade social de crianças, jovens e adultos, por meio da integração da universidade, escola e comunidade.
- Propiciar práticas curriculares por meio de experiências, enquanto um lugar de luta estruturado entorno de cinco elementos de aprendizagem – autonomia, adaptação, expressão, aplicação e protagonismo.
- Promover ações de resistência ao sucateamento e desqualificação da universidade pública e do currículo de Educação Física, por meio de representações político-acadêmicas, referente aos sistemas – didático-pedagógico, administrativo, organizacional, institucional, político, econômico – além da infraestrutura institucional (biblioteca, laboratórios, salas de aula, salas de professores e professoras), entre outros, como por exemplo, recursos de tecnologias da informação e comunicação, no sentido de manutenção e garantia da qualidade de ensino necessária para a formação.
- Oportunizar no conjunto de saberes das práticas curriculares da cultura corporal (jogos, lazer, saúde, esporte, ginástica, dança, entre outras manifestações corporais) uma formação humana crítica, que preze pelo respeito e em acordo com as dimensões: da vida corpórea (*Homo somaticus*), da vida humana (*Homo vivens*), do conhecer sensitivo e intelectual (*Homo sapiens*), da vontade, liberdade e amor (*Homo volens*), da linguagem (*Homo loquens*), da dimensão social (*Homo socialis*), da cultura (*Homo culturalis*), do trabalho (*Homo faber*), do jogo e divertimento (*Homo ludens*) e da religiosidade (*Homo religiosus*)).

2.2 Perfil do Curso

O Curso de Educação Física da Ufac tem procurado suprir à demanda da necessidade do mercado de trabalho da área, no Estado do Acre, buscando adequá-lo a partir da formação de professores e professoras qualificados nos diversos segmentos de ensino da educação básica.

A Educação Física vem crescendo e evoluindo com o passar dos tempos, passando de abordagens com viés na aptidão física e do rendimento esportivo, para concepções mais abrangentes, que contemplam as dimensões da vida, envolvidas em cada manifestação da cultura corporal em articulação com a diversidade presente no contexto.

Desta maneira, a Educação Física, caracteriza-se como um campo de intervenção educacional que utiliza das mais diversas práticas da cultura corporal, abrangendo áreas como: jogos, esporte, ginásticas e práticas de aptidão física, atividades rítmicas/expressivas e dança, lutas/artes marciais e práticas alternativas e para a promoção da saúde.

A concepção pedagógica do Curso de Educação Física está alinhada aos saberes constitutivos no currículo de formação de professoras e professores em Educação Física e na construção da sua identidade, influenciada pelas teorias curriculares críticas e pós-críticas. Dessa forma os saberes devem ser garantidos e desenvolvidos concomitantemente às práticas docente, com igual importância, ao longo de todo o processo formativo.

O curso, prioritariamente, se constitui num espaço crítico-reflexivo, frente ao desenvolvimento de subsistemas - pessoal, profissional e organizacional. A identidade profissional é construída processualmente, a partir da leitura crítica/pós-crítica desses três subsistemas curriculares, articulados entre si e sobrepostos, estabelecendo uma posição situacional histórico-política do curso.

Nesse sentido, a mobilização de saberes tradicionais, da experiência e do conhecimento científico irão mediar o processo de construção da identidade dos futuros professores e professoras em Educação Física, sendo tais saberes valorizados, problematizados e investigados ao longo da formação. Nessa perspectiva fomentamos o tripé ensino, pesquisa e extensão na formação inicial, em articulação com a escola e a sociedade, em prol do respeito e da busca pela transformação social.

Nessa direção, o esforço teórico-metodológico em articulação com a experiência na prática curricular do curso, está pautada na qualificação de seus docentes dentro de áreas de conhecimento específica, que atendam a formação inicial de professoras e professores, passando pela compreensão de que esse movimento baliza o processo formativo, diante dos elementos curriculares que o compõem.

O Projeto Político Pedagógico de Curso (PPC) de Graduação em Educação Física Licenciatura será balizado pelos seguintes princípios norteadores:

1. Da concepção de aprendizagem que promova o diálogo igualitário, a diversidade cultural, a transformação social, a solidariedade, a interculturalidade, o respeito aos diferentes modos ser, estar e viver no mundo, os ritmos de aprendizagens e a superação da lógica utilitarista que reafirma a colonialidade sem considerar as identidades, subjetividades, individualidades/coletividades.

2. Do movimento curricular enquanto prática complexa, aberta, fluída sendo continuamente revisado, visto que, os elementos curriculares estão em constante disputa em suas práticas, mobilizados por discursos que os produzem, reproduzem, problematizam e possibilitam outras relações entre os agentes.

3. Do movimento Inter, multi e transdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento que compõe a formação, permitindo o diálogo constante na inter-relação entre os cursos de graduação, e seus aspectos de ensino, pesquisa e extensão.

4. Da autonomia e protagonismo como princípios educativos, presentes nas relações interpessoais das práticas cotidianas, na busca pela transformação social do/da estudante em formação inicial.

5. Da democracia enquanto forma social e política, garantindo direitos, conflitos e sua legitimação. A democracia baseia-se na criação e conservação desses direitos; na legitimação das lutas (conflitos) e na soberania popular (pertencente ao povo) e não ao governante. Nesse sentido, o princípio que baliza o curso de Licenciatura em Educação Física está voltado para uma gestão dos processos acadêmicos-políticos-administrativos e das relações interpessoais e profissionais, que estejam voltados para a manutenção, criação e conservação de representações e espaços legítimos de discussões, garantindo o processo democrático e de respeito as práticas curriculares no curso.

6. Do uso das novas tecnologias para o favorecimento do ensino e da aprendizagem dos estudantes em processo de formação inicial.

7. Do fortalecimento e qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão, atentando para a formação humana e generalista do coletivo de sujeitos em formação inicial.

8. Da valorização dos saberes de comunidades tradicionais, comunidades afrodescentes, comunidades ribeirinhas, comunidades LGBTQIP+ entre outros grupos excluídos, respeitando toda forma de existir, ser e estar no mundo.

9. Da institucionalização de parcerias entre universidade, escola e comunidade na criação, organização, coordenação e atuação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a posição de sujeito de cada agente e o reconhecimento por parte do curso de graduação em Educação Física Licenciatura, do notório saber decolonial presente na realidade Acreana.

2.3 Justificativa da Oferta do Curso

Desde a sua fundação até o final dos anos 90, a UFAC era a única Instituição de Ensino Superior no Estado do Acre. Por esse motivo, e por ser a maior instituição, assume uma postura

política de graduação que a transforma em centro de produção, difusão e formação de recursos humanos, priorizando a diversificação da oferta de cursos, com a finalidade de atender à demanda de mão-de-obra habilitada, necessária ao desenvolvimento educacional e socioeconômico do Estado.

Tendo em vista essa política de graduação, em novembro de 1990 foi criado, através da Resolução nº 10/1990 do CEPEX e autorizado pela Resolução nº 12, de 09 de novembro de 1990, do CONSU, o Curso de Educação Física, nas modalidades de Bacharelado e Licenciatura Plena, posteriormente, reconhecidos pela Portaria Ministerial nº 914, de 06 de agosto de 1997.

Inicialmente, a criação do Curso de Licenciatura em Educação Física nasceu da necessidade de buscar soluções para as transformações resultantes do crescimento desordenado da população acreana, no tocante à falta de estrutura e as dificuldades encontradas nos diversos campos da vida humana, destacando-se: a falta de opção de atividades físicas de lazer e desporto; a inexistência de espaços físicos destinados a estas atividades; o não aproveitamento do tempo livre da população, principalmente dos jovens; a carência de profissionais habilitados na área da Educação Física; a busca do aprimoramento do nível de aptidão física da população; a elevação do nível dos desportos em todas as áreas; a intensificação da prática dos desportos de massa; e a elevação do nível técnico desportivo do Estado.

O atual Curso de Licenciatura em Educação Física da Ufac ofertado na modalidade presencial, tem procurado suprir a demanda da necessidade do mercado de trabalho da área no município de Rio Branco e região, buscando adequá-lo a partir da formação de profissionais qualificados nos diversos segmentos da Educação Física. No entanto, a oferta desse curso está longe de suprir as necessidades do mercado local deixando totalmente descoberto o restante do Estado.

O crescimento da EaD nos cursos de licenciatura vem acompanhando a solicitação da Lei nº 9.394/1996 (LDB), que demanda formação em nível superior para todos os professores. A partir de então, diversos programas de formação foram criados, e sua consolidação se deu ao final dos anos 90 com o credenciamento das instituições e autorizações dos cursos a distância. Com a expansão da EaD, aumentou também o número de Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam o curso de Educação Física a distância, tanto no nível de bacharelado quanto no de licenciatura (SILVA, RUFATO, 2019)

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade dinâmica e crescente que vem conquistando espaços cada vez maiores nos ambientes educacionais, contribuindo com a

democratização do ensino pelo acesso qualificado a várias pessoas que, por outros motivos, não poderiam ingressar no modelo presencial.

De acordo com o Decreto 5.622/2005, a EAD é definida como: [...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Com tal perspectiva, seria incompatível frente à dinâmica dos novos tempos, atender essa demanda Municipal e Regional de vagas para o curso de Licenciatura em Educação Física. Assim sendo, a modalidade de Educação Aberta e a Distância (EAD) nos parece ser um dos veículos para que a UFAC amplie com mais agilidade sua função social no estado. Não obstante, compreende-se que é emergencial a ação do Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CSSD/UFAC), no sentido de assumir o seu papel e suas responsabilidades cívicas e éticas na qualificação de profissionais leigos no ensino da Educação Física em todos os municípios do Estado do Acre.

MOLINA NETO, 2003 ao considerar a Educação Física como linguagem e expressão humana de significados de cultura corporal historicamente acumulada e sistematizada através dos conteúdos da atual base nacional comum curricular, tem concebido a ela um caráter que aborda a qualidade de vida e saúde dos que a praticam cuja estratégia metodológica da EAD pode vir a contribuir para amenizar as necessidades do campo profissional que se configura “no tempo e no espaço, do contexto sociocultural”.

De acordo com os dispositivos da legislação em vigor, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Educação Física e a base nacional curricular comum, fizeram com que a Educação Física escolar tivesse uma mudança de ênfase, passando da aptidão física e do rendimento padronizado para uma concepção mais abrangente, que contempla todas as dimensões envolvidas em cada prática corporal, influenciando nas “dimensões cultural, social, política e afetiva, presentes no corpo das pessoas, que interagem e se movimentam como sujeitos sociais e como cidadãos.

Segundo dados do INEP, 2012, o crescimento do número de alunos matriculados em cursos à distância tem se tornado um fenômeno mundial.

No Brasil, o Censo da Educação Superior 2012 registrou 1.113.850 matrículas em cursos de graduação, o que corresponde a 15,8% do total da população universitária Brasileira. Além do que, a união das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) recomenda aos governos e aos poderes legislativos de seus países membros que formulem

políticas públicas que permitam aproveitar o potencial das TIC no campo educacional, conforme a declaração final da Conferência Mundial da Educação Superior realizada em Paris, desde 2009.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006, para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Fomenta a modalidade de educação à distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação.

Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas (UAB, 2006).

Corroboramos com o que afirmam Silva e Rufato 2020 de que com a precarização da educação no país, a sociedade necessita de novas oportunidades, a EaD surge para democratizar a educação, alcançando lugares jamais imaginados antes, dando oportunidades de formação para pessoas de diferentes idades e lugares. A educação a distância tem sido a oportunidade que muitas pessoas esperaram por anos, pessoas que moram em localidades distantes de universidades, ou que não tiveram condições para se preparar para a aprovação no vestibular das universidades públicas, ou ainda aquelas que não têm condições financeiras para pagar uma graduação presencial. LEÃO & CONRADO, 2017 também inferem que a EaD pode ser considerada uma oportunidade singular de quebrar o muro que separa aqueles que não tiveram a oportunidade de uma educação de qualidade e acesso à informação digital, o que permite qualificar a EaD como uma modalidade de ensino que contribui de forma significativa para a inclusão digital.

Levando em consideração o crescimento da população escolar do Estado do Acre e que os últimos cursos ofertados nos municípios que se constituirão polos de oferta dos cursos de licenciatura em educação física na modalidade a distância que aconteceram a vinte anos é que se justifica plenamente a implantação desses cursos por considerarmos uma oportunidade única de reduzir a demanda de necessidade de cursos de formação que venham a beneficiar a comunidade que dela necessita.

Portanto, diante da necessidade do cumprimento constitucional de ofertar educação para todos, permitindo a qualificação exigida por lei para sua atuação na docência em Educação Física, apresentamos a proposta do Curso de Licenciatura em Educação Física na modalidade

EAD - Educação Aberta e à Distância, que tem como meta a formação dos professores de Educação Física para trabalharem em todos os municípios do Estado do Acre nos sistemas público e privado de Ensino.

2.4 Perfil dos Egressos

2.4.1 Perfil do Egresso do Curso de Educação Física Licenciatura

O perfil do Licenciado em Educação, deverá atender ao disposto no Art. 10 da resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências, na qual destacamos:

Art. 10 O Licenciado em Educação Física terá formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética no magistério, ou seja, na docência do componente curricular Educação Física, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação para a área.

Neste sentido, pretendemos formar um profissional reflexivo, crítico, com responsabilidade social, fundamentado no rigor científico e capaz de compreender o papel social da escola no que diz respeito ao processo de sociabilização e de ensino-aprendizagem nas suas relações com o contexto da prática educativa, das reflexões filosóficas e condutas éticas.

No contexto da formação humanista, este profissional deverá:

- Intervir profissionalmente junto às diferentes manifestações das culturas das atividades físicas e dos esportes, levando em consideração a diversidade dos alunos.
- Demonstrar capacidade para desenvolver investigação no interesse do desenvolvimento integral da pessoa humana, na descoberta do corpo, no prazer proporcionado pelo movimento, no processo de transformação individual e social.
- Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

No contexto da formação técnico científica, este profissional deverá:

- Apresentar uma clara visão científica, dominando instrumentos, métodos e técnicas de pesquisa que permitam intervenções em sua prática docente.

- Utilizar adequadamente recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir e compartilhar com as fontes de produção e difusão de conhecimentos e de tecnologias, bem como para qualificar a intervenção docente.
- Demonstrar capacidade, para, fundamentado nos pressupostos científicos e éticos, intervir profissionalmente no atendimento às carências típicas da pessoa com deficiência.
- Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

No contexto da formação crítica, reflexiva e ética, este profissional deverá:

- Demonstrar atitude crítico-reflexiva perante a produção de conhecimento da área, visando obter subsídios para o aprimoramento constante de seu trabalho no âmbito da docência em Educação Física.
- Considerar criticamente as características, interesses e necessidades e as diversidades dos alunos das pessoas nos momentos de planejamento, aplicação e avaliação no contexto escolar.
- Inserir-se e agir em equipes multiprofissionais de forma efetiva e eficaz no contexto escolar, percebendo as redes de relações entre as diferentes áreas.
- Possuir uma ampla visão da realidade social, política, cultural e econômica da escola, consciente das reais necessidades e possibilidades do cidadão.
- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Desenvolver uma prática profissional, orientada por princípios ético-humanistas, com respeito à diversidade dos alunos, combatendo práticas discriminatórias.
- Ser capaz de sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional.

2.5 Princípios Norteadores da Organização Curricular

A organização Curricular do curso de Licenciatura em Educação Física, segue o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, Resolução CNE nº 6 de 18 de dezembro de 2018, na qual destacamos:

Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer.

Portanto, o curso de Licenciatura em Educação Física – Ead, deverá articular a formação inicial e continuada, tendo como premissa a autonomia do(a) graduando(a) para o contínuo aperfeiçoamento, mediante diversas formas de aprendizado. Dada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requerida do egresso para o futuro exercício profissional. Dessa forma, atendendo ao CNE nº 6 de 18 de dezembro de 2018, a formação do Licenciado em Educação Física desdobrar-se-á em duas etapas, conforme descrição a seguir:

2.5.1 Etapa comum

O curso de Licenciatura em Educação Física, terá um núcleo comum correspondente a formação da graduação em Educação Física, ou seja uma área básica de conhecimento com conteúdos curriculares essenciais à definição do perfil profissional do aluno, totaliza 1680 horas, abrangendo os seguintes conhecimentos: I - Biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano; II - Das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física; III - Instrumental e tecnológico e IV - Procedimentais e éticos da intervenção profissional em Educação Física (Quadro I).

A etapa comum tem como propósito a articulação entre conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas ao Profissional de Educação Física, dentre um conjunto comum de disciplinas de formação interdisciplinar e multidisciplinar, (Quadro I) proporcionando o uma formação sólida para a atuação no campo específico a que se refere a Licenciatura em Educação Física.

2.5.2 Etapa específica

O curso de Licenciatura em Educação Física contará com uma etapa específica que representa aproximadamente metade da carga horária, na qual será constituída de conteúdos curriculares essenciais à definição do perfil profissional do licenciado em Educação Física, totaliza 1665 horas (Quadro II) e deverá considerar os seguintes aspectos, estabelecidos no Art. 9º da Resolução CNE nº 6 de 18 de dezembro de 2018, na qual destacamos:

Art. 9º A etapa específica para a formação em licenciatura, em Educação Física, deverá considerar os seguintes aspectos:

I - Relevância na consolidação de normas para formação de profissionais do magistério para educação básica como fator indispensável para um projeto de educação nacional;

II - Reconhecimento da abrangência, diversidade e complexidade da educação brasileira nos diferentes níveis, modalidades e contextos socioculturais em que estão inscritas as práticas escolares;

III - Valorização de princípios para a melhoria e democratização do ensino como a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a gestão democrática do ensino público; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros.

IV - Necessidade de articulação entre as presentes Diretrizes e o conjunto de normas e legislação relacionadas à educação básica e organizadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação.

VI - Mobilização efetiva de princípios que norteiam a formação inicial e continuada nacionais comuns, tais como:

a) sólida formação teórica e interdisciplinar;

b) unidade teoria-prática;

c) trabalho coletivo e interdisciplinar;

d) compromisso social e valorização do profissional da educação;

e) gestão democrática; e

f) avaliação e regulação dos cursos de formação.

VII - Ampliação do conceito de docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

VIII - A formação inicial e continuada de professoras e professores de Educação Física deverá qualificar esses profissionais para que sejam capazes de contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, lutas e dança), no âmbito do Ensino Básico.

Quadro I - Conhecimentos da Etapa comum da Graduação em Educação Física

CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH
Conhecimentos Biológicos, Psicológicos e Sociais do Ser Humano	CCSD114	Fundamentos de Anatomia	60
	CCSD351	Fisiologia Humana	60
	CCSD345	História da Educação Física e do Esporte	60
	CCSD349	Cinesiologia	60
	CCSD342	Bioquímica	60
Conhecimentos das Dimensões e Implicações Biológicas, Psicológicas e Socioculturais da	CCSD361	Aprendizagem Motora	60
	CCSD357	Crescimento e Desenvolvimento Humano	60
	CCSD364	Fisiologia do Exercício Físico	60
	CCSD604	Atividades Rítmicas e Dança	60
	CCSD390	Saúde e Meio Ambiente	30
	CCSD605	Ginásticas Competitivas	60

Motricidade Humana/Movimento Humano/Cultura do Movimento Corporal/Atividade Física	CCSD606	Atividades Aquáticas I	60
	CCSD607	Atividades Aquáticas II	60
	CCSD608	Atletismo I	60
	CCSD609	Atletismo II	60
	CCSD610	Basquetebol	60
	CCSD611	Voleibol	60
	CCSD612	Futebol	60
	CCSD613	Futsal	60
Conhecimento Instrumental e Tecnológico, enfatizando a aplicação à Educação Física.	CCSD614	Handebol	60
	CCSD615	Metodologia da Pesquisa Científica	60
	CELA745	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60
	CCSD133	Planejamento e Gestão em Educação Física	60
Conhecimentos Procedimentais e Éticos da Intervenção Profissional em Educação Física	CCSD535	Introdução à Bioestatística	60
	CCSD348	Cineantropometria	60
	CCSD616	Ética e Bioética em Educação Física	30
	CCSD154	Introdução ao Estudo do lazer	60
	CCSD617	Emergência em Educação Física	60
	CCSD618	Atividade Física Adaptada	60
CARGA HORÁRIA TOTAL			1680

Quadro II - Conhecimentos da Etapa Específica da Licenciatura em Educação Física

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH
CELA971	Didática	75
CELA186	Educação e Sociedade	60
CELA660	Investigação e Prática Pedagógica I	75
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	60
CELA968	Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino	60
CELA178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional.	60
CELA973	Psicologia da Educação	60
CELA059	Fundamentos da Educação Especial	60
CCSD619	Ginástica na Escola	60
CCSD620	Educação Física no Ensino Infantil e Fundamental I	60
CCSD621	Educação Física no Ensino Fundamental II	60
CCSD622	Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino	60
CCSD623	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar I	225
CCSD624	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar II	225
CCSD625	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar III	225
CCSD626	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	60
CCSD627	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II	60
	Optativa I	60

	Optativa II	60
CARGA HORÁRIA TOTAL ETAPA ESPECÍFICA		1665
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3345

Quadro III – Síntese de identificação do Curso de Licenciatura em Educação Física

Curso	Graduação em Educação Física
Modalidade	Licenciatura
Atos legais de autorização ou criação	Resolução CEPEX/UFAC N° 141, de 25 de maio de 2023. Resolução CONSU/UFAC n° 124, de 26 de maio de 2023.
Atos legais de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento	
Título acadêmico conferido	Licenciado em Educação Física
Modalidade de ensino	EAD
Regime de matrícula	Semestral por disciplina/Sistema de créditos
Tempo de duração (integralização)	Tempo mínimo: 4 anos (08 semestres) Tempo máximo: 7 anos (14 semestres)
Carga horária mínima Carga horária do projeto	UFAC Licenciatura: 3.345 horas
Número de vagas oferecidas	Até 265 (duzentos e sessenta e cinco) vagas
Turmas por polos	08 polos, (1 turma por polo): Rio Branco; Cruzeiro do Sul; Tarauacá; Feijó; Brasiléia; Sena Madureira; Xapuri e Acrelândia.
Turno de funcionamento	Integral
Local de funcionamento (Endereço)	Universidade Federal do Acre Campus Rio Branco - BR 364 Km 04, Bairro Distrito Industrial - Rio Branco/Acre
Forma de ingresso	Processo seletivo; transferência ex-offício; vagas residuais: transferência interna, externa ou portador de diploma superior.

3 ESTRUTURA CURRICULAR

3.1 Curso de Licenciatura em Educação Física.

Quadro IV - Componentes Obrigatórios

Código	Nome da Disciplina	CH	Créditos			Pré-requisitos (Quando houver)	Acex
			T	P	E		CH
CCSD114	Fundamentos de Anatomia	60	4	0	0		-
CCSD351	Fisiologia Humana	60	4	0	0	Fundamentos de Anatomia	-

CCSD345	História da Educação Física e do Esporte	60	4	0	0		-
CCSD349	Cinesiologia	60	2	1	0	Fundamentos de Anatomia	-
CCSD342	Bioquímica	60	4	0	0		-
CCSD361	Aprendizagem Motora	60	2	1	0		8
CCSD357	Crescimento e Desenvolvimento Humano	60	2	1	0		-
CCSD364	Fisiologia do Exercício Físico	60	2	1	0	Fisiologia Humana	-
CCSD604	Atividades Rítmicas e Dança	60	2	1	0		8
CCSD390	Saúde e Meio Ambiente	30	2	0	0		-
CCSD605	Ginásticas Competitivas	60	2	1	0		8
CCSD606	Atividades Aquáticas I	60	2	1	0		8
CCSD607	Atividades Aquáticas II	60	2	1	0	Atividades Aquáticas I	8
CCSD608	Atletismo I	60	2	1	0		8
CCSD609	Atletismo II	60	2	1	0		8
CCSD610	Basquetebol	60	2	1	0		8
CCSD611	Voleibol	60	2	1	0		8
CCSD612	Futebol	60	2	1	0		8
CCSD613	Futsal	60	2	1	0		8
CCSD614	Handebol	60	2	1	0		8
CCSD615	Metodologia da Pesquisa Científica	60	4	0	0		-
CELA745	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	2	1	0		-
CCSD133	Planejamento e Gestão em Educação Física	60	2	1	0		-
CCSD535	Introdução à Bioestatística	60	4	0	0		-
CCSD348	Cineantropometria	60	2	1	0		8
CCSD616	Ética e Bioética em Educação Física	30	2	0	0		-
CCSD154	Introdução ao Estudo do lazer	60	2	1	0		8
CCSD617	Emergência em Educação Física	60	4	0	0		-
CCSD618	Atividade Física Adaptada	60	4	0	0		-
CELA971	Didática	75	3	1	0		-
CELA186	Educação e Sociedade	60	4	0	0		-
CELA660	Investigação e Prática Pedagógica I	75	1	2	0		-
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	60	4	0	0		-
CELA968	Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino	60	4	0	0		-

CELA178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional	60	4	0	0		-
CELA973	Psicologia da Educação	60	4	0	0		-
CELA059	Fundamentos da Educação Especial	60	4	0	0		-
CCSD619	Ginástica na Escola	60	2	1	0		8
CCSD620	Educação Física no Ensino Infantil e Fundamental I	60	2	1	0		8
CCSD621	Educação Física no Ensino Fundamental II	60	2	1	0		8
CCSD622	Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino	60	2	1	0		8
CCSD623	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar I	225	0	0	5		-
CCSD624	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar II	225	0	0	5		-
CCSD625	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar III	225	0	0	5		-
CCSD626	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	60	4	0	0	Metodologia da Pesquisa Científica	-
CCSD627	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II	60	4	0	0	TCCI	-
	Optativa I	60	2	1	0		-
	Optativa II	60	4	0	0		-
Total		3345	124	27	15		144

Considerando que a resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018 – Institui Diretrizes Nacionais dos cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências.

Considerando a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 – Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Considerando o Decreto 5626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Considerando a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Considerando a Resolução nº 1, de 30 de maio 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Considerando o Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, na resolução CNE/CP, nº 2, de 1 de junho de 2015, e o disposto no perfil do egresso do Curso de Educação Física Licenciatura, na qual estabelece que o licenciado terá formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética no magistério, a formação do Licenciado em Educação Física, deverá considerar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na sua formação.

A interdisciplinaridade será promovida através do diálogo entre as disciplinas, a partir de conteúdos, entre as diversas ciências, fazendo entender o saber como um todo, e não como partes fragmentadas. A transdisciplinaridade, terá como objetivo à unidade do conhecimento, articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade do mundo real, ao mesmo tempo em que procura uma interação máxima entre as disciplinas, respeita suas singularidades, onde cada uma colabora para um saber comum, o mais completo possível, sem transformá-las em uma única disciplina.

Dessa forma, as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade, serão abordados de forma interdisciplinar e transdisciplinar em várias disciplinas como: Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Educação; Didática; Educação e Sociedade; Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional; História da Educação Física e do Esporte; Saúde e Meio Ambiente; Libras - Língua Brasileira de Sinais; Ética e Bioética em Educação Física, dentre outras.

3.2 Componentes Curriculares Optativos

Os componentes curriculares complementares do curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal do Acre, serão escolhidos de lista específica (Quadro 4), devendo haver o mínimo de 10 alunos para constituir a turma, perfazendo um total de 120 horas.

Os dois componentes curriculares optativos compõem a carga horária total para fins de integralização curricular e poderão ser cursados a partir do 5º semestre, desde que seja disponibilizado pelo curso de Educação Física e tenha disponibilidade de lotação docente nas turmas regulares de opção (5º e 6º semestre). Em qualquer dos casos, deverá o aluno se adequar ao turno de oferta e não poderá comprometer a oferta das disciplinas regulares que estejam cursando (Quadro V).

Quadro V. Componentes Curriculares Optativos

Código	Nome da Disciplina	Carga horária	Créditos			Acex
			T	P	E	CH
CCSD628	Imunologia	60	4	0	0	-
CCSD629	Prescrição do Exercício Físico na Saúde e na Doença	60	4	0	0	-
CCSD353	Sociologia do Esporte	45	3	0	0	-
CCSD373	Psicologia do Esporte	60	4	0	0	-
CCSD368	Nutrição Esportiva	60	4	0	0	-
CCSD374	Treinamento Desportivo	75	1	2	0	-
CCSD356	Biomecânica do Movimento Humano	60	2	1	0	-
CCSD630	Políticas Públicas e Legislação em Educação Física, Esporte e Lazer	60	4	0	0	-
CCSD371	Empreendedorismo e Plano de Negócios em Educação Física	45	3	0	0	-
CCSD051	Patologia Geral	60	2	1	0	-
CCSD384	Modalidades de Esportes de Lutas	45	1	1	0	-
CCSD389	Saúde coletiva	45	1	1	0	-
CCSD165	Metodologia do Tênis	60	2	1	0	-
CCSD392	Esportes Radicais e de Aventura	45	1	1	0	-
CCSD393	Farmacologia	60	4	0	0	-
CCSD394	Genética	60	2	1	0	-
CCSD395	Gerontologia	60	4	0	0	-
CCSD118	Corporeidade e Movimento	60	2	1	0	-
CCSD119	Teoria e Prática da Ginástica Escolar	60	2	1	0	-
CCSD120	Fundamentos do Esporte Escolar	60	2	1	0	-
CCSD127	Jogo e Educação	60	2	1	0	-
CCSD153	Introdução aos Estudos de Fisioterapia	60	2	1	0	-
CCSD159	Teoria e Prática dos Jogos e Brincadeira Populares	60	2	1	0	-
CCSD156	Educação Física na Educação Indígena e Campo	60	2	1	0	-
CCSD631	Hidroginástica	60	4	0	0	-
CCSD632	Epidemiologia	60	4	0	0	-
CCSD164	Fundamentos do Karatê	60	2	1	0	-
CCSD634	Práticas Alternativas em Educação Física	60	4	0	0	-
CCSD117	Metodologia do trabalho acadêmico	60	4	0	0	-
CCSD635	Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Educação	60	4	0	0	-
Total		1740	82	11	0	-

3.3 Componentes Curriculares Eletivos

Além das disciplinas relacionadas nos componentes curriculares obrigatório e optativo, os alunos poderão realizar disciplinas eletivas que serão escolhidas por eles, dentre as oferecidas pela Universidade Federal do Acre em qualquer dos seus cursos.

3.4 Estrutura curricular por semestre

Quadro VI – Estrutura curricular por semestre

1º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CCSD114	Fundamentos de Anatomia	60	4	0	0		-
CCSD604	Atividades Rítmicas e Dança	60	2	1	0		8
CCSD345	História da Educação Física e do Esporte	60	4	0	0		-
CCSD613	Futsal	60	2	1	0		8
CELA186	Educação e Sociedade	60	4	0	0		-
CCSD361	Aprendizagem Motora	60	2	1	0		8
CELA745	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	2	1	0		-
TOTAL GERAL		420	20	4	0		24

2º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CCSD351	Fisiologia Humana	60	4	0	0	Fundamentos de Anatomia	-
CCSD610	Basquetebol	60	2	1	0		8
CCSD357	Crescimento e Desenvolvimento Humano	60	2	1	0		-
CELA968	Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino	60	4	0	0		-
CCSD605	Ginásticas Competitivas	60	2	1	0		8
CCSD608	Atletismo I	60	2	1	0		8
CCSD615	Metodologia da Pesquisa Científica	60	4	0	0		-
TOTAL GERAL		420	20	4	0		24

3º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CCSD342	Bioquímica	60	4	0	0		-
CCSD606	Atividades Aquáticas I	60	2	1	0		8
CELA973	Psicologia da Educação	60	4	0	0		-
CCSD609	Atletismo II	60	2	1	0		8
CCSD390	Saúde e Meio Ambiente	30	2	0	0		-
CCSD612	Futebol	60	2	1	0		8
CCSD349	Cinesiologia	60	2	1	0	Fundamentos de Anatomia	-
CCSD617	Emergência em Educação Física	60	4	0	0		-
TOTAL GERAL		450	22	4	0		24

4º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CCSD611	Voleibol	60	2	1	0		8
CELA660	Investigação e Prática Pedagógica I	75	1	2	0		-
CELA059	Fundamentos da Educação Especial	60	4	0	0		-
CCSD133	Planejamento e Gestão em Educação Física	60	2	1	0		-
CCSD616	Ética e Bioética em Educação Física	30	2	0	0		-
CCSD364	Fisiologia do Exercício Físico	60	2	1	0	Fisiologia Humana	-
CCSD348	Cineantropometria	60	2	1	0		8
CCSD607	Atividades Aquáticas II	60	2	1	0		8
TOTAL GERAL		465	17	7	0		24

5º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CCSD614	Handebol	60	2	1	0		8
CCSD154	Introdução ao Estudo do Lazer	60	2	1	0		8
CCSD535	Introdução à Bioestatística	60	4	0	0		-
CELA178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional.	60	4	0	0		-
CCSD620	Educação Física no Ensino Infantil e Fundamental I	60	2	1	0		8

CCSD618	Atividade Física Adaptada	60	4	0	0		-
	Optativa I	60	2	1	0		-
TOTAL GERAL		420	20	4	0		24

6º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	60	4	0	0		-
CCSD619	Ginástica na Escola	60	2	1	0		8
CELA971	Didática	75	3	1	0		-
CCSD621	Educação Física no Ensino Fundamental II	60	2	1	0		8
CCSD622	Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino	60	2	1	0		8
	Optativa II	60	4	0	0		-
CSSD626	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	60	4	0	0	Metodologia da Pesquisa Científica	-
TOTAL GERAL		435	21	4	0		24

7º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CCSD623	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar I	225	0	0	5		-
CCSD624	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar II	225	0	0	5		-
TOTAL GERAL		450	0	0	10		0

8º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CCSD625	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar III	225	0	0	5		-
CCSD627	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II	60	4	0	0	TCC I	-
TOTAL GERAL		285	4	0	5		0

Quadro VII – Distribuição da Carga Horária de Curricularização da Extensão

Modalidades a ser utilizada no curso	Carga horária a ser integralizada até 50% do curso.	Carga horária a ser integralizada a partir dos 50% até o penúltimo período do curso.	Total
Componentes curriculares teóricos e/ou práticos das disciplinas	96 h	48 h	144h
Programa e/ou Projetos e/ou Prestação de serviço e/ou Curso de extensão e/ou Evento	100h	91h	191h
Total Geral			335 horas

Quadro VIII – Resumo da Estrutura Curricular com Carga Horária

Descrição/Atividades	Total de Horas	Crédito Total		
		T	P	E
Disciplinas Obrigatórias	2550h	120	25	0
Disciplinas Optativas	120h	6	1	0
Estágio Curricular Obrigatório	675h	0	0	15
Carga Horária Total	3345h	126	26	15
Curricularização da Extensão				
	335h			
Modelo Disciplinar (MD)	144h			
Modelo Dissociado das Disciplinas (MDD)	191h			

3.5 ORGANIZAÇÃO DO CURSO NA MODALIDADE À DISTÂNCIA

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade educacional cuja mediação nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com o apoio das tecnologias da informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

Aspectos como a necessidade do aperfeiçoamento continuado, a compatibilidade entre o tempo e a execução de diferentes atividades profissionais, pessoais e sociais, e o compromisso da Universidade de produzir e levar o conhecimento onde ele se faz necessário, fazem da EAD uma alternativa para democratizar e expandir o ensino de qualidade entre aqueles que anseiam pelo aprendizado. No Brasil, as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) começaram a investigar o tema no início da década de 90, sendo a modalidade oficializada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Na UFAC o Núcleo de Interiorização e Educação a Distância (NIEAD) é responsável por planejar, implementar e avaliar as ações de EAD.

É variado o conjunto de meios que podem ser utilizados na Educação a Distância, constituindo-se, entre outros, de impressos, áudios, vídeos, multimídia, Internet, correio eletrônico (e-mail), chats, fóruns e videoconferências. A interação dos estudantes com os docentes e entre si, apesar do distanciamento geográfico, será garantida por diferentes meios, resultando em maior eficiência para o processo de aprendizagem. Na busca da formação integral dos alunos, para que se transformem em produtores de conhecimento e não em meros receptores de informações, surge a necessidade de uma comunicação multidirecional, mediada por tecnologias apropriadas. Com esse enfoque pedagógico, a aprendizagem será realizada pelos seguintes meios:

- a) material atraente em linguagem adequada;
- b) atividades relevantes e contextualizadas;
- c) troca de experiências e interação social;
- d) fontes de informação de qualidade.

3.5.1 Sistema de comunicação-interação entre os participantes

A comunicação e interação entre os envolvidos no curso de Licenciatura em Educação Física a distância serão garantidas através de recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação e de procedimentos que permitam o diálogo constante entre estudantes, professores, tutores e pessoal de apoio. Além de manter estes recursos disponíveis e funcionais, o NIEAD atuará na formação dos professores e tutores para o seu uso, orientando também a equipe que terá contato direto com o aluno (pessoal de apoio dos polos e tutores presenciais).

A infraestrutura física do curso, disporá de um ambiente onde os tutores atenderão aos estudantes que procurarem esclarecer dúvidas. Além disso, essa equipe contará com sistema de comunicação de e-mail. Sendo o serviço de correio eletrônico adotado também pelas coordenações, secretarias, tutorias e pessoal de apoio técnico/suporte a informática.

A UFAC possui um ponto de presença (POP) da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que fornece ao Campus onde está localizada a coordenação do curso e do NIEAD serviços de Internet banda larga e conferência web. Com isso, o atendimento tutorial, formações, reuniões, palestras e outros casos que exijam a presença dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, podem ocorrer simultaneamente entre um ou mais polos, com a interação em tempo real dos envolvidos.

O processo de comunicação e interação entre os participantes ocorrerá ainda através do uso de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde recursos de comunicação síncrona e assíncrona (fóruns de discussão, diários, blogs e chats) serão fortemente explorados pelos

docentes e tutores, no intuito de orientar e acompanhar a evolução do estudante ao longo do curso.

Informativos impressos com cronograma, horários de tutoria, formas de contato com professores, tutores e pessoal de apoio, locais e datas de provas e demais atividades (matrícula, conferências web etc.) serão entregues no início de cada semestre e disponibilizados nas secretarias dos polos e no formato digital no AVA. Demais formas de comunicação e interação serão adotadas, tais como o mural de avisos (físico nos polos e virtual no AVA) e um canal de comunicação específico com as secretarias e coordenações (de polo, de curso, de tutoria e do NIEAD), utilizando softwares de mensagem instantânea e voz (MSN Messenger, Skype entre outros).

3.5.2 Material Didático

Para garantir a qualidade do material didático, o Ministério da Educação recomenda, para os cursos de graduação, indicadores de qualidade que estabelecem itens básicos para o planejamento de programas a distância:

- a) considerar que a convergência e a integração de materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de teleconferências, dentre outros, criam ambientes de aprendizagem ricos e flexíveis, quando acrescidos da mediação do professor;
- b) incluir no material educacional um guia impresso que:
 - i) oriente o aluno quanto às características da educação a distância e quanto a direitos, deveres e atitudes de estudo a serem adotadas; ii) informe sobre o curso escolhido; iii) esclareça como se dará a interação com professores e colegas; iv) apresente cronograma e sistema de acompanhamento, avaliação e todas as demais orientações que lhe darão segurança durante o processo educacional.
- c) informar, de maneira clara e precisa, que meios de comunicação e informação serão postos à disposição do aluno (livros-textos, cadernos de atividades, leituras complementares, roteiros, obras de referência, sítios virtuais, vídeos, ou seja, um conjunto impresso e/ou disponível na rede que proporcione flexibilidade e diversidade);
- d) detalhar, nos materiais educacionais, que competências cognitivas, habilidades e atitudes o estudante deverá alcançar ao fim de cada unidade, disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de auto avaliação.

A elaboração do material didático do curso de Licenciatura em Educação Física a distância seguirá as orientações do MEC para que o processo educacional atinja seus objetivos. Inicialmente, será utilizado o material didático elaborado pelo Curso de Educação Física, sendo

o professor de cada disciplina responsável por eventuais adequações e materiais complementares e pelo guia instrucional. O material didático estará disponível em diferentes formatos e suportes, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação. Dessa forma, os conteúdos básicos de materiais impressos enviados diretamente aos alunos ou postos à disposição nos polos – também constarão na Internet, o que permitirá que os participantes dos cursos se preparem para as mudanças tecnológicas contemporâneas e futuras.

O aluno terá que adquirir o material instrucional a ser utilizado, que será constituído do conjunto de módulos que compõe as disciplinas do curso, do guia didático, de um caderno de exercícios e formulários para as avaliações.

3.5.3 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que dará suporte ao curso de Licenciatura em Educação Física conta com quadro de pessoal da UFAC e bolsistas da Universidade Aberta do Brasil. Estes profissionais atuarão no planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação do curso, sendo formados por: a) docentes do curso; b) tutores: presencial e a distância; c) pessoal técnico-administrativo: designer instrucional, webdesigner, assistente administrativo, técnico em informática, técnico de nível superior (pedagogo, analista de sistemas etc.), secretário executivo, programador, diagramador etc. Vale destacar que, o NIEAD possui uma política de capacitação e atualização permanente desta equipe, oferecendo cursos de curta e média duração sobre temáticas diversas como EAD, tecnologias educacionais, produção de material didático, informática básica etc.

3.5.4 Infraestrutura física e tecnológica do curso

O curso de Licenciatura em Educação Física a distância disporá da infraestrutura física e tecnológica existente no Campus Sede de Rio Branco, no Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD). O espaço contará com a disponibilização de sala da coordenação e secretaria do curso, sala de tutoria, sala de reuniões, sala de videoconferência, tele-sala de aula, sala para administração da rede, biblioteca, midiateca, banheiros masculino e feminino (adequados para o uso de portadores de necessidades especiais), copa e depósito/arquivo (almojarifado).

Estes espaços contam com mobiliário adequado para o funcionamento da gestão administrativa do curso, tais como mesas, cadeiras, armários, ar-condicionado e estantes.

Do ponto de vista tecnológico, o curso irá dispor de um ambiente de redes de computadores previamente instalado e configurado, com equipamentos de conectividade, servidores (web, e-mail, aplicação, banco de dados, backup, arquivos etc.), sistemas de software básicos e específicos.

3.5.5 A Tutoria

Em um curso a distância, no qual o aluno está fisicamente distante do professor, importantes elementos deverão estar envolvidos para que a interação aluno/professor ocorra de fato. A tutoria se destaca como um dos principais componentes para que essa comunicação se estabeleça. Nos diversos modelos de EAD, a tutoria tem desempenhado funções de mediação entre os conteúdos das disciplinas e os alunos, entre professores e alunos, e os alunos entre si.

O tutor, dentro de um sistema de educação a distância, é a figura que estabelece o vínculo mais próximo do aluno, seja presencialmente ou a distância, tanto do ponto de vista dos conhecimentos acadêmicos como do ponto de vista das atitudes do aluno perante o estudo; o aluno que opta por estudar na modalidade a distância, precisa ser orientado na especificidade desse aprendizado e constantemente motivado para que o abandono do curso seja evitado.

3.5.6 Organização e configuração do sistema de tutoria

A UFAC equacionará seu sistema de tutoria provendo entre a sede e os polos no interior, uma infraestrutura de atendimento ao aluno que consistirá de duas modalidades de tutoria:

- a) Tutoria local.
- b) Tutoria a distância.

A tutoria local será realizada presencialmente nos polos. Os alunos contarão com um sistema de apoio dos tutores em que ocorrerá um encontro presencial semanal de uma hora e meia para cada disciplina.

A tutoria a distância será realizada por meio de telefone e Internet. Cada aluno será acompanhado a distância, em cada disciplina, por docentes de reconhecida competência e que compõem o quadro acadêmico da UFAC. Auxiliando tais professores haverá um corpo de tutores atuando a distância nas salas de tutoria da sede, para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

3.5.7 Categorias e competências dos Tutores

À tutoria compete o acompanhamento e a orientação acadêmica dos alunos. Cabe ao tutor, seja no que diz respeito ao conteúdo das disciplinas, a assuntos relacionados à organização e administração do curso ou a problemas de ordem pessoal ou emocional, orientar os alunos no sentido de buscar as soluções cabíveis em cada caso. Também é tarefa da tutoria promover o trabalho colaborativo e cooperativo entre alunos, estimular o estudo em grupos e procurar motivar o estudante durante o curso para evitar a evasão do sistema. As duas modalidades de tutoria da UFAC, presencial e a distância, serão organizadas em torno de três categorias de tutores.

- a) Categoria 1: professores do quadro acadêmico da UFAC, que terão a função de coordenação dos tutores das Categorias 2 e 3, selecionado através de edital, conforme legislação vigente. A equipe deverá ser formada pelos professores, com formação em Educação Física. Após o início da licenciatura, este quadro de coordenadores de tutores poderá ser ampliado, mediante aprovação do colegiado, com a introdução de professores de outras áreas relacionadas ao curso. Os coordenadores de tutoria também participarão do treinamento dos tutores da Categoria 3;
- b) Categoria 2: os chamados tutores a distância responderão às dúvidas relacionadas ao conteúdo das disciplinas tanto dos tutores locais quanto dos alunos, a partir da sala de tutoria sediada na universidade, por meio de Internet, telefone e fax; estes tutores deverão ser graduados em Educação Física, capazes de auxiliar os alunos na construção do conhecimento nas diversas disciplinas que compõem o curso;
- c) Categoria 3: professores selecionados pelo colegiado da Licenciatura em Física a distância, para atuarem nos polos, com a função de acompanhar os alunos presencialmente. Essa categoria deve ter a competência de motivar e encorajar os alunos e entusiasamá-los a manter a disciplina.

O tutor local é uma extensão do professor que está distante. Suas atividades são semelhantes às dos professores; assim, é necessário que os tutores locais tenham uma capacitação específica para orientar os alunos de cursos à distância. Deverá ser um profissional com as possíveis qualificações dos tutores da Categoria 2.

3.5.8 Infraestrutura para o sistema de tutoria

A tutoria será realizada a distância, a partir das salas de tutoria na sede do curso, e a tutoria presencial nos polos. Cada aluno será acompanhado presencialmente e a distância, em cada disciplina, por uma equipe de professores e tutores, e contará com um sistema de consulta aos tutores na universidade, por telefone e Internet. A configuração do sistema de tutoria estará baseada na seguinte infraestrutura física:

- a) As salas de coordenação e de tutoria a distância, onde os tutores e os professores responsáveis pelas disciplinas do curso realizarão as atividades ligadas aos respectivos cursos. Essas salas estão sendo equipadas com toda a infraestrutura computacional e de telecomunicações necessária ao acompanhamento dos alunos nos polos.
- b) Os polos funcionarão nas cidades do interior e na capital. Esses locais deverão ter uma infraestrutura computacional e de telecomunicações adequada para as atividades de coordenação do polo e tutoria. Além disso, os professores dos diversos campi do interior deverão ser solicitados para o trabalho de tutoria.

3.5.9 Composição da equipe de tutoria na sede

A equipe será composta pelo coordenador do curso, pelos professores autores/conteudistas e pelos tutores. Será publicado edital específico, atendendo a legislação vigente, para as funções de coordenador e de tutores. A quantidade de coordenadores de tutoria pode ser ampliada posteriormente, conforme decisão do colegiado do curso, com a formação de equipe de professores de outras áreas.

3.5.10 Composição da equipe de tutoria nos polos

A equipe de tutoria em um polo é formada de um coordenador geral e da equipe de tutores locais. A cada semana serão marcados nos polos, encontros presenciais de cerca de 3 (três) horas para cada disciplina. O coordenador será responsável pelo acompanhamento geral dos discentes inscritos no curso e pela supervisão dos tutores.

3.5.11 Seleção de tutores

A seleção de tutores será realizada a partir de um processo seletivo realizado pelo NIEAD.

3.5.12 Capacitação de tutores

A formação e o treinamento dos tutores da UFAC serão realizados pela equipe do NIEAD. Essa equipe tomará para si a tarefa de formar e treinar os tutores presenciais (baseados nos polos) e os tutores a distância (baseados na sede). Essa capacitação se processará em três níveis:

- a) capacitação em educação a distância;
- b) capacitação nas mídias que serão utilizadas no curso;
- c) capacitação em conteúdo, utilizando o material didático específico do curso.

O último nível de capacitação terá a forte colaboração dos professores autores/conteudistas.

3.5.13 Relação quantitativa Alunos/Tutores

Para o curso preparatório teremos o sistema de tutoria local constituído de um professor para cada 50 alunos. Além da equipe de tutoria a distância na sede, com três professores do quadro permanente da UFAC e 02 tutores de plantão. Para a licenciatura essa relação se mantém em um tutor local para cada 50 alunos, além dos professores responsáveis pela disciplina na sede e seus tutores auxiliares. Pode-se ter alguns casos em que um tutor local fica responsável por duas ou três turmas, dependendo da sua disponibilidade e também da existência de locais em que haja dificuldade de se encontrar uma quantidade adequada de profissionais qualificados.

3.5.14 Os Polos de apoio Presencial

Para o curso de Licenciatura em Educação Física, está previsto o funcionamento de 8 polos distribuídos no estado do Acre: Rio Branco (capital), Acrelândia, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Brasiléia, Sena Madureira e Xapuri. Todos os polos já são cadastrados na UAB e neles já funcionam regularmente cursos de graduação na modalidade a distância oferecidos pela Universidade Federal do Acre. O polo serve como referência aos estudantes e deve oferecer condições de acesso aos meios modernos de informação e comunicação, além de proporcionar o atendimento pedagógico, administrativo e cognitivo necessário ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

3.5.15 Infraestrutura dos Polos

De acordo com SEED/MEC (2007), os polos de apoio presencial devem contar com estruturas adequadas, cuja finalidade é assegurar a qualidade dos conteúdos ofertados por meio da disponibilização aos estudantes de material para pesquisa e recursos didáticos para aulas práticas e de laboratório, em função da área de conhecimento abrangida pelos cursos.

3.5.16 Gestão Acadêmico-Administrativa

A gestão acadêmico-administrativa do curso será compartilhada entre a sua coordenação e o NIEAD, que possui uma estrutura organizada de maneira que dê apoio à logística de produção e distribuição de material, ao inventário de recursos tecnológicos e ao desenvolvimento/suporte de soluções computadorizadas para atender às eventuais demandas administrativas. Os processos de matrícula, trancamento, registros de avaliação, certificação etc. serão integrados ao sistema acadêmico da UFAC. A proposta é que a vida acadêmica do aluno do curso de Licenciatura em Educação Física a distância integre os mesmos trâmites normais da de um aluno do ensino presencial na instituição. A elaboração de um banco de dados específico com informações de estudantes, professores e tutores será realizada, a fim de se obter maior flexibilidade e personalização na definição destes dados. O uso de tecnologias abertas e livres será essencial para permitir que tais dados possam ser intercambiados entre os mais diversos aplicativos utilizados na instituição.

Com o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem o professor também terá maior agilidade na divulgação de informes, conteúdos e avaliações a distância na disciplina a qual coordena. Além da estrutura da sede, as coordenações e secretarias dos polos exercerão papel fundamental no controle e gestão acadêmico-administrativa do curso, elaborando relatórios e acompanhando as ações in loco.

3.5.17 Infraestrutura Necessária para o Funcionamento do Curso

Para o funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Física, serão necessários infraestrutura que possibilitem a realização de atividades práticas. Dentre as estruturas necessária para o funcionamento do curso estão quadras poliesportivas, piscina, Salas de ginástica e campo de futebol. No caso da inexistência da infraestrutura no polo, a UFAC, deverá realizar convênios ou alocações dos espaços para suprir as demandas do funcionamento do curso.

3.6 Ementas e referências

Quadro IX - Disciplinas Obrigatórias

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD114	Fundamentos de Anatomia	60	4	0	0
<p>Ementa: Princípios fundamentais para o ensino de anatomia. Princípios organizacionais e funcionais do corpo humano, com ênfase no sistema muscular, ósseo e nervoso.</p> <p>Bibliografia Básica VAN DE GRAAF, K. M. Anatomia Humana. 6 ed. Tradução e Revisão Científica Nader Wafae. Barueri, São Paulo: Manole, 2003. SPENCE, A. P. Anatomia Humana Básica. 2. ed. Tradução de Edson Aparecido Liberti. São Paulo: Manole, 1991. DÂNGELO, J.G.; FATTINI, C.A. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar MOORE, K. L.; DALLEY A. F. Anatomia orientada para a clínica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. SPENCE, A. P. Anatomia humana básica. São Paulo: Manole. 1991. p. 713. NETTER, F. H. Atlas de anatomia humana. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008. p.640. ROHEN, Y.; LUTJEN-DRECOLL. Anatomia Humana: Atlas Fotográfico de Anatomia Sistêmica e Regional, Anatomia. 7. ed. São Paulo: Manole 2010. CARNEIRO, M. A. Atlas e texto de Neuroanatomia, Anatomia, 2. Ed. São Paulo: Manole 2003.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD351	Fisiologia Humana	60	4	0	0
<p>Ementa: Os fenômenos fisiológicos ocorrentes no organismo humano. Fisiologia dos aparelhos e sistemas: neurofisiologia cardiovascular, respiratória, gastrointestinal, urinário, do sistema endócrino e reprodutor.</p>					

Bibliografia Básica

GUYTON, A.C.; HALL, J. E. **Tratado de Fisiologia Médica**. ed. 11. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

RHOADES, R. A.; TANNER, A.G. **Fisiologia Médica**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DOUGLAS. **Tratado de Fisiologia**, 6. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Bibliografia Complementar

BERNE, R. M.; LEVY, M. N. **Fisiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

AIRES, M. M. **Fisiologia Básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

WARD, J.; ROGER, L. **Fisiologia Básica: Guia Ilustrado de conceitos fundamentais, Fisiologia**. 2. Ed. São Paulo: Manole, 2014.

WARD, P. T.; JEREMY, J. W.; RICHARD, M. L. **Fisiologia Básica do Sistema Respiratório**. 3.ed. São Paulo: Manole, 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD345	História da Educação Física e do Esporte	60	4	0	0

Ementa: História e evolução da Educação Física e Desporto, com ênfase nas situações predominantes no caminho da evolução do homem sobre a terra. História da Educação Física e Desporto em nível mundial, nacional e estadual. A Educação Física na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

BARBANTI, V. J.; AMADIO, A. C.; BENTO, J. O.; MARQUES, A. T. (Orgs.). **Esporte e Atividade Física: Interação entre Rendimento e Saúde**. Barueri, SP: Manole, 2002.

PRONI, M.; LUCENA, R. (Orgs.). **Esporte, história e Sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

TUBINO, M. J. G. **As Teorias da Educação Física e do Esporte: Uma Abordagem Epistemológica**. São Paulo: Manole, 2002.

Bibliografia Complementar

RAMOS, J. J. **Os Exercícios Físicos na História e na Arte: Do Homem Primitivo aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

SOARES, C. **Educação Física: raízes Europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001.

GRIFFI, G. **História da Educação Física e esporte**. Porto Alegre: Luzzatti, 1989.

ELIAS, N. D. E. **Em busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

PARLEBAS, P. **Perspectivas para una educación física moderna**. Andalucia: Unisport Andalucia, 1987.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD349	Cinesiologia	60	2	1	0

Ementa: Introdução ao estudo da cinesiologia; estrutura e ação do músculo estriado; movimentos da cintura; tipos de contrações musculares. Especular; movimentos da articulação do ombro; movimentos das articulações do cotovelo e radio ulnar; movimentos

do punho e da mão; movimentos da coluna vertebral; músculos do tórax e quadril. Respiração; movimentos da cintura pélvica e da articulação do movimento do joelho; movimentos do tornozelo e do pé; cinesiologia da postura e marcha, corrida e salto.

Bibliografia Básica

DALAVIER, F.; MICHAEL, G. **Aprendendo Anatomia Muscular Funcional, Cinesiologia**. São Paulo, Manole 2013.

OATIS, C. A. **Cinesiologia: A mecânica e Patomecânica do Movimento Humano**, 2.ed. São Paulo: Manole, 2014.

FLOYD, R. T.: **Manual de Cinesiologia Estrutural, Cinesiologia**, 16. ed. São Paulo: Manole, 2011.

Bibliografia Complementar

JARMEY, C. **O corpo em movimento, Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2008.

GERMAIN, B. C. **Anatomia para o movimento: Introdução à análise das técnicas corporais, Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2010.

MARQUES, A. P. **Movimento Articular (Coluna Vertebral): Aspectos morfológicos e funcionais, Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2012.

COSTA, P. H. L.; FÁBIO, V. S. **Movimento Articular: Aspectos Morfológicos e funcionais (membro inferior), Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2010.

SOUZA, M. Z. de. **Reabilitação do complexo do ombro, Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2001.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD342	Bioquímica	60	4	0	0

Ementa: Estudo da bioquímica aplicada a Educação Física se inicia com introdução às estruturas básicas que formam o organismo humano, tais como: carboidratos, lipídios, ácidos nucleicos, aminoácidos e proteínas, enzimas, vitaminas e coenzimas dentre suas variações e combinações. Na segunda parte desta disciplina se desenvolverá o estudo do metabolismo (síntese e catálise) das estruturas acima. (a) Biossíntese e degradação de carboidratos, com ênfase na via glicolítica. (b) Cadeia transportadora de elétrons e fosforilação oxidativa. (c) Ciclo do ácido cítrico. (d) Síntese e degradação de compostos nitrogenados. (e) Biossíntese e degradação de carboidratos. (f) Biossíntese e degradação de lipídeos. (g) Biossíntese e degradação de ácidos nucleicos e proteínas.)

Bibliografia Básica

NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de bioquímica de Lehninger**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BAYNES, J.; DOMINICZAK, M.H. **Bioquímica médica**. Elsevier, 2011.

HOUSTON, M. E. **Princípios de Bioquímica para Ciência do Exercício**; Roca. 3ª ed. 2009.

Bibliografia Complementar

MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. **Bioquímica básica**. 3ª Ed. Guanabara Koogan, 2007.

MURRAY, R. K. et al. **Harper Bioquímica ilustrada**. 27. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Brasil, 2008.

STRYER, L. **Bioquímica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

COZOLINO, Silvia Maria Franciscato e Cristiane Cominetti: **Bases Bioquímicas e Fisiológicas da Nutrição: Nas diferentes fases da vida, na saúde e na doença, Bioquímica aplicada a Educação Física**, Manole 2013.

CARVALHO, Hernandes F. e Shirlei Maria Recco-Pimentel: **A célula, Bioquímica Aplicada à Educação Física**, 3ª Edição, Manole 2013.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD154	Introdução ao Estudo do Lazer	60	2	1	0
<p>Ementa: O lazer, o trabalho e a educação na sociedade e na escola. Os conteúdos do lazer. O lazer no Brasil: histórico, funções, equipamentos, espaços e tempo. O lazer na infância: direitos e concepções. Planejamento e prática pedagógica do lazer na escola.</p> <p>Bibliografia Básica ALMEIDA, D. F.; NERI, A. A.; FIGUEIREDO, P. O.; ATHAYDE, P. F. (Org.). Política, Lazer e Formação. Brasília: Thesaurus, 2010. GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. Direito Social ao Lazer no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2015. ISAYAMA, H. F. (Org.). Lazer em Estudo: currículo e formação profissional. Campinas: Papirus, 2010. QUEIROZ, L.B. Juventude, Lazer e Políticas Públicas no Acre. Rio Branco: Edufac, 2018.</p> <p>Bibliografia Complementar BRUHNS, H. T. (Org.). Temas sobre o Lazer. Campinas: Autores Associados, 2000. CASTELLANI FILHO, L. (Org.). Gestão Pública e Política de Lazer: a formação de agentes sociais. Campinas: Autores Associados, 2007. DUMAZEDIER, J. Sociologia Empírica do Lazer. São Paulo: Perspectiva, 2008. FERRARESI, C.S. O Direito ao Lazer das pessoas portadoras de necessidades especiais na Constituição Federal. São Paulo: Porto de Ideias, 2010. GUTIERREZ, G. L. Lazer e Prazer: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas: Autores Associados, 2001. MARCELLINO, N. C. Estudos do Lazer: uma introdução. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. MELO, V. A. Esporte e Lazer: conceitos. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD361	Aprendizagem Motora	60	2	1	0
<p>Ementa: Processos da aprendizagem motora: aspectos dos domínios cognitivo, afetivo e motor. Controle do movimento humano: sensação, percepção, atenção e diferenças individuais na aprendizagem motora. Conhecimentos dos resultados da aprendizagem motora, a prática e a transferência da aprendizagem.</p>					

Bibliografia Básica

GALLAHUE, D. L.; JOHN C.; OZMUN. **Compreendendo o desenvolvimento motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3.ed. Tradução de Maria Aparecida da Silva Pereira Araújo, Juliana de Medeiros Ribeiro, Juliana Pinheiro Silva. São Paulo: Phorte, 2005.

GALLHUE, D. L. **Educação Física Desenvolvimentista para todas as crianças.** 4^a. ed. Tradução Samantha Prado Stamativ e Adriana Elisa Inacio. São Paulo: Phorte, 2008.

MAGILL, R. A. **Aprendizagem Motora:** conceitos e aplicações. São Paulo: Edagrd Blucher Ltda, 2000.

Bibliografia Complementar

SILVA, L. R. R. da. **Desempenho Esportivo:** treinamento com crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2006.

TANI, G. **Comportamento motor:** Aprendizagem e desenvolvimento. Guanabara Koogan.

SILVA JUNIOR, A. G. da S. **Aprendizagem por meio da ludicidade.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

FAIRBROTHER, J. T. **Fundamentos do Comportamento Motor, Aprendizagem Motora.** São Paulo: Manole 2012.

SHUMWAY-COOK, A.; MARJORIE, H. W. **Controle Motor:** Teoria e aplicações práticas, Aprendizagem Motora, 3. ed, São Paulo: Manole, 2010

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD357	Crescimento e Desenvolvimento Humano	60	2	1	0

Ementa: Teorias e fases do desenvolvimento motor, intelectual, moral e social. Análise dos mecanismos e variáveis que influenciam o desenvolvimento humano nas diferentes fases de maturação do indivíduo. Experiências de observação e análise dos diferentes estágios de desenvolvimento humano e em diferentes espaços de intervenção profissional da Educação Física. Etapas da maturação do movimento.

Bibliografia Básica

GALLAHUE, D. L.; JOHN C.; OZMUN. **Compreendendo o desenvolvimento motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3.ed. Tradução de Maria Aparecida da Silva Pereira Araújo, Juliana de Medeiros Ribeiro, Juliana Pinheiro Silva. São Paulo: Phorte, 2005.

GALLHUE, D. L. **Educação Física Desenvolvimentista para todas as crianças.** 4^a. ed. Tradução Samantha Prado Stamativ e Adriana Elisa Inacio. São Paulo: Phorte, 2008.

MALINA, R. M.; BOUCHARD, C. **Atividade física do atleta jovem:** do crescimento à maturação. São Paulo: Roca, 2002.

Bibliografia Complementar

DALAVIER, F.; MICHAEL G. **Aprendendo Anatomia Muscular Funcional, Cinesiologia.** São Paulo: Manole, 2013.

OATIS, C. A. **Cinesiologia:** A mecânica e Patomecânica do Movimento Humano, 2. ed. São Paulo: Manole, 2014

FLOYD, R. T.: **Manual de Cinesiologia Estrutural, Cinesiologia.** 16. ed. São Paulo: Manole, 2011.

BARREIROS, J. Envelhecimento, degeneração, desuso e lentidão psicomotora. In: BARREIROS, J.; ESPANHA, M.; CORREIA, P. P. **Atividade física e envelhecimento**. Cruz Quebrada: FMH, 2006. p. 89-104.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD364	Fisiologia do Exercício Físico	60	2	1	0

Ementa: Introdução aos conhecimentos da fisiologia do exercício, através de estudos teóricos, no intuito de viabilizar o conhecimento básico sobre alterações metabólicas advindas com a atividade física, em crianças, adolescentes, adultos e idosos. Buscar enfatizar o conhecimento sobre as alterações músculo esqueléticas e cardiorrespiratórias decorrentes da prática de atividade física.

Bibliografia Básica

MCARDLE, D. W., KATCH, L. F., KATCH, L. V. **Fisiologia do Exercício. Nutrição, Energia e desempenho humano**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

POWERS, SCOTT K. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho** I Scott K. 8. ed. Barueri: SP, Manole, 2014.

KENNEY, W. LARRY. **Fisiologia do esporte e do exercício**. 5.ed. São Paulo, SP : Manole, 2013.

Bibliografia Complementar

WILMORE, J.H.; COSTILL, D.L. **Fisiologia do Esporte e do Exercício**. São Paulo: Manole, 2001.

WEINECK, J. **Biologia do Esporte**. São Paulo: Manole, 2000.

GUYTON, A.C.; HALL, J. E. **Tratado de Fisiologia Médica**, 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

POWERS, K. S.; EDWARD, T. H. **Fisiologia do Exercício: Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho**, Fisiologia do Exercício, 6. Ed. Manole, 2009.

ROWLAND, W. T. **Fisiologia do Exercício na criança, Fisiologia do exercício**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2008.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD604	Atividades Rítmicas e Dança	60	2	1	0

Ementa: Introdução ao ritmo: Conceito, origem, características, tipos e funções gerais relacionadas ao movimento. A história da dança. Dança na Escola.

Bibliografia Básica

VERDERI, ÉRICA. **Dança na Escola**. São Paulo: Phorte, 2009.

PAIVA, IONE MARIA RAMOS DE. **Cantando e brincando: desenvolvendo a afetividade**. Rio de Janeiro: SPRINT, 2006.

GRAMANI, JOSE EDUARDO. **Rítmica viva - a consciência musical do ritmo**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, VANJA.. **Dança escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: sprint, 2009.

TUBINO, MANOEL JOSE GOMES. **As teorias da educação física e do esporte**. São Paulo: Manole, 2002.

SULLIVAN JANDY; STEVEN J. **Cuidados com o jovem atleta**. São Paulo: Manole, 2004.

VIANNA, KLAUSS. **A dança**. 5. ed. São Paulo: Summus editorial, 2008.

CAMARGO, MARIA LIGIA MARCONDES DE. **Musica/movimento: um universo em duas dimensões; aspectos técnicos e pedagógicos**. Belo Horizonte: Villa rica, 1994.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD390	Saúde e Meio Ambiente	30	2	0	0
<p>Ementa: Aborda os conceitos gerais de Saúde Ambiental, suas elaborações teóricas e sociais discutindo a interdisciplinaridade desse campo de estudo, assim como, conceitos de promoção da saúde humana e meio ambiente; estímulo à saúde, ecologia social e à cultura de paz; saneamento e manejo ambiental para a promoção da saúde e suas interações com o meio ambiente, as condições sanitárias e as políticas públicas relacionadas e princípios de sustentabilidade; educação permanente e do educador à preservação do meio ambiente e da vida.</p> <p>Bibliografia Básica PHILIPPI JUNIOR, R. A. (Editor). Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005. 841p. TRINDADE, D. F. (Org.) <i>et al.</i> O Meio Ambiente e a Sociedade Contemporânea. São Paulo: Suprema Cultura, 2011. MALETTA, C. H. M. Epidemiologia e Saúde Pública. 3. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar CARLOS, V. M.; FRACETO, L. F.; ROSA, A. H. Meio Ambiente e Sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012. LOUREIRO, C. F. (Org.). Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. MARC, P. S.; JANET, J. Ecologia e Saúde: uma medicina para o futuro. Lisboa: Instituto Piaget, 2009. PAPINI, S. Vigilância em Saúde Ambiental: uma Nova Área da Ecologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 20012. ROUQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. G. C. da. Epidemiologia e saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD605	Ginásticas Competitivas	60	2	1	0
<p>Ementa: Estudo teórico-prático das Ginásticas Competitivas: ginástica rítmica, ginástica artística, ginástica acrobática entre outras. Procedimentos pedagógicos para o seu ensino.</p> <p>Bibliografia Básica GAIO, R. (Org.). Ginástica Rítmica: da iniciação ao alto nível. Jundiaí, SP: Fontoura, 2008.</p>					

GONZALES A.; HELOISA de A. **Pedagogia da Ginástica Rítmica: teoria e prática**. São Paulo: Phorte, 2011.

PAOLIELLO, E.; TOLEDO, E. (Orgs.). **Possibilidades da Ginástica Rítmica**. São Paulo: Phorte, 2010.

Bibliografia Complementar

HAAS, J. G. **Anatomia da Dança**. Barueri: Manole, 2011.

FRANKLIN, E. **Condicionamento Físico para dança: técnicas para a otimização do desempenho em todos os estilos**. Barueri: Manole 2013

BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

NUNOMURA, M.; TSUKAMOTO, M. H. C. **Fundamentos das Ginásticas**. São Paulo: Fontoura, 2009.

MENDES, R. A.; LEITE, N. **Ginástica Laboral: princípios e aplicações práticas**. 3. ed. Barueri: Manole, 2012.

NUNOMURA, M. **Ginástica artística**. São Paulo: Odysseus, 2008.

TOLEDO, E. de; SILVA, P. C. da C. **Democratizando o ensino da ginástica: estudos e exemplos de sua implantação em diferentes contextos sociais**. São Paulo: Fontoura, 2013.

ARAÚJO, C.; LEBRE, E. **Manual de Ginástica Rítmica**. Portugal: Editora Porto, 2006.

BERNARDI, L.M.O.; LOURENÇO, M. R. A. **Ginástica Rítmica: ensinando corda, arco e bola**. São Paulo: Fontoura, 2014.

BREGOLATO, R. A. **Cultura corporal da dança**. São Paulo: Ícone, 2007.

MALDONADO, M. T. **Nos passos da dança**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VERDERI, E. **Dança na escola: uma abordagem pedagógica**. São Paulo: Phorte, 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCD606	Atividades Aquáticas I	60	2	1	0

Ementa: A Natação como educação, esporte, recreação, saúde, terapia. Estudo da mecânica dos estilos e ensino dos nados crawl e costas. Regras aplicadas aos estilos. Nados crawl e costas: fundamentação técnica, saídas e viradas. Noções básicas de polo aquático e nado artístico.

Bibliografia Básica

MACHADO, D. C. **Metodologia da natação**. São Paulo: Ed. EPU, 1978. 230p.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de natação 2022 - 2026, Português e inglês.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de polo aquático 2022 - 2026, Português e inglês.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de nado artístico 2022 - 2026, Português e inglês.

Bibliografia Complementar

MCLEOD, I. A. **Anatomia da Natação**. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

GREGUOL, M. **Natação Adaptada, Atividades Aquáticas I**. São Paulo: Manole, 2010.

LIMA, W. U. de. **Ensinando natação**. São Paulo: Phorte, 1999.

SUZUKI, F. S.; VIEIRA, A. A. U. **Natação: da pedagogia a biomecânica**. Maringá: Viseu, 2019.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD607	Atividades Aquáticas II	60	2	1	0

Ementa: Estudo da mecânica dos estilos e ensino dos nados peito e borboleta. Regras aplicadas aos estilos, fundamentação técnica, saídas, viradas. Noções básicas de saltos ornamentais e hidroginástica. Iniciação ao treinamento, organização de competições e balizamento em natação.

Bibliografia Básica

MACHADO, D. C. **Metodologia da natação**. São Paulo: Ed. EPU, 1978. 230p.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de natação 2022 - 2026, Português e inglês.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de polo aquático 2022 - 2026, Português e inglês.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de nado artístico 2022 - 2026, Português e inglês.

Bibliografia Complementar

MCLEOD, I. A. **Anatomia da Natação**. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

GREGUOL, M. **Natação Adaptada, Atividades Aquáticas I**. São Paulo: Manole, 2010.

LIMA, W. U. de. **Ensinando natação**. São Paulo: Phorte, 1999.

SUZUKI, F. S.; VIEIRA, A. A. U. **Natação: da pedagogia a biomecânica**. Maringá: Viseu, 2019.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD608	Atletismo I	60	2	1	0

Ementa: Histórico e evolução do atletismo. Tipos de provas existentes no atletismo. Provas de campo e provas de pista; pista de atletismo; escalonamento; corridas geral das corridas: (velocidade, meio fundo e fundo); locais de saída das corridas na pista; blocos de saída; comandos do arbitro nas saídas; formas de chegada; classificação (eliminatórias e finais); séries e baterias; maratona; marcha atlética; corrida de revezamento, corrida com barreiras e obstáculos; classificação geral dos saltos (horizontal e vertical); saltos horizontais: salto em extensão e salto triplo.

Bibliografia Básica

FERNADES, J. L. **Atletismo os saltos**: técnicas, iniciação, treinamentos. São Paulo: EPU. Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO: **regras oficiais de atletismo**. São Paulo: Phorte, 2016-2017.

KIRSCH, A. **Atletismo**: metodologia para iniciação em escolas e clubes. Tradução de Gabriela Annerl Silveira. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1983.

Bibliografia Complementar

FERNADES, J. L. **Atletismo**: corridas. Ed. Pedagógicas e Universitárias: São Paulo, 1979.

ROMERO F. E. **Guia Metodológico de Exercícios em atletismo**: formação, técnica e treinamento. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, M. C. M. de. **Atletismo escolar**: uma proposta de ensino na educação infantil. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

SUSLOV, F. P. **Atletismo**: preparação dos melhores corredores do mundo nas provas de velocidade e barreira. Londrina: Midiograf, 1998. 100p.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD609	Atletismo II	60	2	1	0
<p>Ementa: Classificação geral dos saltos (horizontal e vertical); saltos verticais: salto em altura e salto com vara; estilos do salto em altura (estilo tesoura; estilo rolo ventral e estilo fosbury flop); regras e regulamentos dos saltos verticais; classificação geral dos lançamentos (peso, disco, martelo e dardo); diferença entre lançamentos e arremessos; regras gerais dos lançamentos; peso (estrutura do implemento, regras e movimentos técnicos); disco (estrutura do implemento, regras e movimentos técnicos); dardo (estrutura do implemento, regras e movimentos técnicos); martelo (estrutura do implemento, regras e movimentos técnicos); estudos dos conteúdos e procedimentos técnicos e pedagógicos que levam a uma vivência e aprendizagem do atletismo para o ensino nos diferentes níveis escolares e de competição. Introdução a organização de uma competição de atletismo.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>FERNADES, J. L. Atletismo os saltos: técnicas, iniciação, treinamentos. São Paulo: EPU.Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.</p> <p>ATLETISMO: regras de competição. 2004-2005. SP. Phorte editora. 2005.</p> <p>CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO: regras oficiais de atletismo. SP. Phorte, 2016-2017.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>FERNADES, J. L. Atletismo: saltos e lançamentos. São Paulo: EPU.Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.</p> <p>ROMERO F. E. Guia Metodológico de Exercícios em atletismo: formação, técnica e treinamento. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, M. C. M. de. Atletismo escolar: uma proposta de ensino na educação infantil. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.</p> <p>SUSLOV, F. P. Atletismo: preparação dos melhores corredores do mundo nas provas de velocidade e barreira. Londrina: Midiograf, 1998. 100p.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E

CCSD610	Basquetebol	60	2	1	0
<p>Ementa: Estudo da origem, evolução, objetivos e regras básicas do basquetebol. Aprendizado de técnicas, táticas e conceitos básicos de sistemas de defesa e ataque. Os processos pedagógicos para o ensino do basquetebol. Orientação didático-pedagógica para utilização do basquetebol como recurso educativo e basquete em cadeira de rodas.</p>					
<p>Bibliografia Básica CARVALHO, W. Basquetebol: Sistemas de ataque e defesa. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. FERREIRA, A. E. X.; ROSE JUNIOR., D. de. Basquetebol: técnicas e táticas uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2010. PAES, R.R.; MONTAGNER, P.C.; FERREIRA, H.B. Pedagogia do esporte: iniciação e treinamento em basquetebol. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p>					
<p>Bibliografia Complementar DAIUTO, M. Basquetebol: Metodologia do ensino. São Paulo: Editora Brasipol, 1983. DAIUTO, M. Basquetebol: Origem e evolução. São Paulo: Editora Iglu, 1991. CBB, FIBA. Livro de Regras Oficiais de Basquetebol. 2002. ROSE JUNIOR, D. de; VALMOR T. Basquetebol: Uma Visão Integrada Entre Ciência e Prática, Basquetebol, Manole 2010. MARONEZE, S. Basquetebol: Manual de Ensino. São Paulo: Icone, 2013.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD611	Voleibol	60	2	1	0
<p>Ementa: Dimensões históricas do voleibol, evolução e análise das regras. Introdução aos movimentos técnicos do voleibol e seus processos pedagógicos de ensino, fundamentos táticos do voleibol: sistemas de defesa e de ataque. Orientação didático-pedagógica para utilização do voleibol como recurso educativo, planejamento, metodologias de ensino e avaliação.</p>					
<p>Bibliografia Básica BORSARI, J. R. Voleibol. Aprendizagem e Treinamento .4. ed. Ampliada e Atualizada 2010 – 2012. BIZZOCCHI, C. O Voleibol de Alto Nível: da Iniciação À Competição – 4. ed. São Paulo: Manole, 2013. BOJIKIAN, J. C. M.; BOJIKIAN, L. P. Ensinando Voleibol. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.</p>					
<p>Bibliografia Complementar REYNAUD, C.; SHONDELL, D. A Bíblia do Treinador de Voleibol. Porto Alegre: Artmed, 2005. SUVOROV, Y. P. Voleibol: Iniciação. Volume 1. 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. SUVOROV, Y. P. Voleibol: Iniciação. Volume 2. 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. BOJIKIAN, J. C. M. Ensinando Voleibol. 5. ed. São Paulo: Phort, 2012.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E

CCSD612	Futebol	60	2	1	0
<p>Ementa: Dimensões históricas do futebol de campo. Processos pedagógicos para o ensino do futebol de campo. Aspectos técnicos, táticos, físicos, e psicológicos na formação e desenvolvimento do jogador. Orientação didático-pedagógica para utilização do futebol de campo como recurso educativo. Noções de regras.</p>					
<p>Bibliografia Básica THIENGO, C. Glossário do Futebol Brasileiro: termos e conceitos relacionados às dimensões técnica e tática. 2.ed.Rio de Janeiro: CBF Academy Brasil, 2020. FREIRE, J. B. Pedagogia do Futebol. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. GOMES, A. C. Futebol: treinamento desportivo de alto rendimento. Porto alegre: Artemed, 2008.</p>					
<p>Bibliografia Complementar DRUBSKY, R. O Universo Tático do Futebol-Escola Brasileira. Belo Horizonte: Editora Health., 2003. KIRKENDALL T. D. Anatomia do Futebol: Guia Ilustrado para o aumento de força, velocidade e agilidade no futebol. São Paulo: Manole, 2009. FRISSELLI, A.; MANTOVANI, M. Futebol: Teoria e Prática. São Paulo: Phorte, 1999.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD613	Futsal	60	2	1	0
<p>Ementa: Dimensões históricas do futsal e evolução das regras. Processos pedagógicos e fundamentos básicos da aprendizagem do futsal. Orientação didático-pedagógica para utilização do futsal como recurso educativo. Aspectos técnicos e táticos para a formação de atletas.</p>					
<p>Bibliografia Básica ANDRADE, M. X. Futsal Início, Meio e Finalidade: noções sobre preparação física, tática e técnica. Marechal Cândido Rondon: Líder, 2010. SALES, R.M. Futsal & Futebol: bases metodológicas. São Paulo: Ícone, 2011. ANDRADE JUNIOR, J. R. de. Futsal - Aquisição, Iniciação e Especialização. Juruá Editora, 2007.</p>					
<p>Bibliografia Complementar GOMES, A. C.; MACHADO, J. de A. Futsal: metodologia e planejamento na infância e adolescência. Londrina: Midiograf, 2001. FERREIRA, R. L. Futsal e a iniciação. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. MELO, R. S. de. Futsal: 1000 Exercícios. Rio de Janeiro: Sprint, 2011 NAVARRO, A. C.; ALMEIDA, R. de. Futsal. São Paulo: Phorte. 2008. MUTTI, Daniel. Futsal: da Iniciação ao Alto Nível. São Paulo: Phorte, 2003. SAAD, M. A.; COSTA, C. F. Futsal: movimentações defensivas e ofensivas. 2. ed. Visual Books. VOSER, R.C. Iniciação ao Futsal: abordagem recreativa. 3.ed. Canoas: ULBRA, 2004.</p>					

Código	Nome da Disciplina		Créditos
--------	--------------------	--	----------

		Carga Horária	T	P	E
CCSD614	Handebol	60	2	1	0
<p>Ementa: Dimensões históricas do handebol: origem, desenvolvimento, institucionalização e análise das regras. Fundamentos técnicos e táticos do handebol. Processos e Aplicações didático-pedagógicas para o ensino do handebol: planejamento, metodologias de ensino e avaliação. Estudo da dimensão social do handebol. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do handebol.</p> <p>Bibliografia Básica ALMEIDA, A. G.; DECHECHI, C. J. Handebol: Conceitos e Aplicações. Barueri: Manole 2012. GRECO, P. J.; ROMERO, J. J. F. Manual de Handebol: da iniciação ao alto nível. São Paulo: Phorte, 2012 TENROLLER, C. A. Handebol: teoria e prática. Rio de Janeiro: 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar ALBUQUERQUE, L. R. Handebol: da iniciação à preparação esportiva. Curitiba: Champagnat PUC-PR, 2013. STEIN, Hans-Gert.; FEDERHOFF, E. Handebol. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1995. SIMÕES, A. C. Handebol defensivo: conceitos técnicos e táticos. 2.ed. São Paulo: Phorte, 2008. SANTOS, L. R. G. Handebol: 1000 exercícios. 2.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD615	Metodologia da Pesquisa Científica	60	4	0	0
<p>Ementa: Prática de leitura. Importância, compreensão e interpretação de textos. Fundamentos da metodologia científica. Pesquisa científica. Aspectos éticos da pesquisa. Normalização, elaboração e apresentação de trabalhos científicos.</p> <p>Bibliografia Básica ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR.1587 – Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: ABNT, 2011 _____. NBR.6027:2003. Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. _____. NBR.6023:2002. Informação e documentação - Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. _____. NBR.10520:2002 – Informação e documentação – Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002. _____. NBR.6028:2003. Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.</p>					

_____ NBR.6024:2003. Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Procedimentos. Rio de Janeiro, 2003.

_____ NBR.14724:2006. Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico**, 18. ed. Porto Alegre: Dactílio Plus, 2016.

MATTOS, M.; ROSSETTO, A.; BLECHER, S. **Metodologia da Pesquisa Em Educação Física: construindo sua monografia, artigos e projetos**. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, J. L. de. **Texto Acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2010.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Tradução de Denise Regina de Sales e Márcia dos Santos Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA745	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	2	1	0

Ementa: Utilização instrumental da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e seu uso em contextos reais de comunicação com a pessoa surda. Conhecimento específico acerca dos aspectos sintáticos, morfológicos e fonológicos de Libras. Fundamentos legais do ensino de Libras.

Bibliografia Básica

FELIPE, T. A. LIBRAS EM CONTEXTO: Curso Básico – Livro CD/DVD do Estudante. CDU. Ed. Brasília: MEC – SEESP – Programa Nacional Interiorizando a Libras, 2007.

FERNANDES, S.; STRBEL K.. **Aspectos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais**. Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre. Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

ALBRES, N.de A.; VILHALVA, S. **Língua de Sinais: Processo de Aprendizagem como Segunda Língua**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da

Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República: Casa Civil, 2005. Disponível em: [HTTP://www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp)>. Acesso em: 04 jun. 2008.

BRASIL. Sabores e Práticas da Inclusão: desenvolvimento competência para o atendimento as necessidades educacionais especiais de alunos surdos. 2. ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CEFET/SC. Centro Federal de Educação Tecnologia de Santa Catarina/ Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos – NEPEs. Santa Catarina. Caderno Pedagógico I. Curso de Libras. 2007.

Dicionário da Língua Brasileira de Sinais Libras. Dicionário da Língua Brasileira dos Sinais. www.acessobrasil.org.br/libras/. 2006.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD133	Planejamento e Gestão em Educação Física	60	2	1	0
<p>Ementa: Estudo e análise da Estrutura, Legislação e Política Brasileira de Educação Física e Desporto. Administração, gestão e organização das atividades de Educação Física e Desportos no sistema de ensino, estruturas governamentais e unidades esportivas (elaboração de projetos, organização de eventos e certames esportivos).</p> <p>Bibliografia Básica MARCELLINO, N. C.; ZIGNONI, P.; PINTO, L. M. S. M. (Org.). Como Fazer Projetos de Lazer: elaboração, execução e avaliação. Campinas: Papyrus, 2007. POINT, D. R. Organização de Eventos Esportivos. Londrina: Midiograf, 2004. REZENDE, J. R. Sistemas de Disputas para Competições Esportivas: torneios & campeonatos. Rio de Janeiro: Phorte, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar DRUCKER, P. F. Introdução à Administração. São Paulo: Pioneira, 1998. ROCHE, F. P. Gestão Desportiva: planejamento estratégico nas organizações desportivas. Porto Alegre: Artmed, 2002. TUBINO, M. J. G. Dimensões Sociais do Esporte. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015. SCHIMITT, P. M. (Org.). Novo Código Brasileiro de Justiça Desportiva – Alterado pela Resolução 29, de 10/12/2009 do CNE. São Paulo: Quartier Latin, 2010.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD535	Introdução à Bioestatística	60	4	0	0
<p>Ementa: Conhecer as principais técnicas estatísticas aplicadas aos estudos em saúde humana e na interpretação de artigos científicos. Conceitos e métodos estatísticos aplicados na coleta, organização, descrição, análise, apresentação, interpretação de dados quantitativos (epidemiológicos, demográficos e outros) e a sua utilização para a tomada de decisão em saúde: frequências, proporções, distribuição normal, significância estatística.</p> <p>Bibliografia Básica</p>					

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. 19 ed. Atual. São Paulo: Saraiva: 2009.
 CLARK, J.; DOWNING, D. **Estatística Aplicada**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
 BÓS AJG. **Epi Info Sem Mistérios**: um manual prático. EDIPUCRS. Porto Alegre, 2012.

Bibliografia Complementar

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
 VIEIRA, S. **Bioestatística**: tópicos avançados. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2010.
 OLIVEIRA, J.U.C. **Estatística**: uma nova abordagem. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD348	Cineantropometria	60	2	1	0

Ementa: Origem e evolução da cineantropometria. Conceitos gerais e princípios das medidas. Medidas e avaliação morfológicas e antropométricas. Medidas e avaliação funcionais. Métodos e técnicas em avaliação. Avaliação das qualidades físicas.

Bibliografia Básica

FERNANDES FILHO, J. **A prática da avaliação física**. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.
 MARINS, J. C. B.; GIANNICHI, R. S. **Avaliação e prescrição de atividade física**: guia prático. Rio de Janeiro: Shape, 1996.
 ROCHA, P. E. C. **Medidas e avaliação em ciências do esporte**. 7. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.

Bibliografia Complementar

MATSUDO, S. M. M. **Avaliação do idoso**: física e funcional. Londrina: Midiograf, 2000.
 PETROSKI, E. L. (Org.). **Antropometria**: técnicas e padronizações. Porto Alegre: Palotti, 1999.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD616	Ética e Bioética em Educação Física	30	2	0	0

Ementa: Conceituação e compreensão da ética como construção pessoal e social. Dilemas morais que permeiam o exercício da profissão no contexto plural brasileiro. Fundamentos éticos indispensáveis à formação do Profissional de Educação Física. Caracterização da ética profissional, da conduta profissional em Educação Física. Código de Ética da Educação Física.

Bibliografia Básica

BARBOSA, C. L. de A. **Ética na Educação Física**. São Paulo: Vozes, 2013.

TOJAL, J. B.; BARBOSA, A. P. (Orgs.) **A Ética e a bioética na preparação na intervenção do profissional de educação física**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2006.

MOSQUERA-GONZÁLEZ, M. J.; PATO, A.S. Modelo educativo da «não violência» e do fair-play para o esporte e para a vida. Les règles educacionais à travers le Code de la «?non-violence?» et du fair-play [Modelo educacional de “não violência” e fair play para o esporte e para a vida. As regras educacionais através do Código da “não violência” e do jogo limpo]. **Ciências do Movimento e do Esporte**. v. 92, p.57–62, 2018.

Bibliografia Complementar

FORTES, P. A de C. **Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais: autonomia e direitos do paciente: estudos de casos**. São Paulo: EPU, 2005.

GOMES, N. L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. *In*: Eliane Cavalleiro. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação; repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

TOJAL, J. B. (Org.); COSTA, L. P. da; BERESFORD, H. **Ética Profissional na Educação Física**. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

BRANDÃO, C. **Bioética na Educação Física**. Maceió: Catavento, 2003.

DURAND, G. **Introdução geral à bioética: história, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Loyola, 2003. 431 p. ISBN 85-15-02578-7.

ARAÚJO, L. Z. S. de. **A Bioética nos experimentos com seres humanos e animais**. Montes Claros: Unimontes, 2002.

DAOLIO, J. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD617	Emergência em Educação Física	60	4	0	0

Ementa: Concepções e princípios de atendimento de emergência. Aspectos epidemiológicos, acidentes, lesões esportivas e agravos associados à prática do esporte e da educação física escolar. Técnicas de primeiros socorros, prevenção de lesões e recursos pedagógicos para o ensino de Emergência em Educação Física.

Bibliografia Básica

ARCHER, P. **Massagem Terapêutica Esportiva, Emergência em Educação Física**. São Paulo: Manole, 2008.

FLEGEL, M. J. **Primeiros Socorros no Esporte, Emergência em Educação Física**. 4. ed. São Paulo: Manole 2013.

KEIL, A. **Bandagem Terapêutica no esporte e na reabilitação, Emergência em Educação Física**. São Paulo: Manole, 2014.

Bibliografia Complementar

BERGERON, J.D.G. **Primeiros Socorros**. São Paulo: Atheneu, 1999.

HARLEY, J. **Manual de primeiros socorros**. São Paulo: Ibrasa, 1998.

NOVAES, G.S. *et al.* **Guia de socorros de urgência**. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2004.

WALKER, B. **Lesões no Esporte: Uma Abordagem Anatômica, Emergência em Ed. Física**. São Paulo: Manole, 2011.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD618	Atividade Física Adaptada	60	4	0	0
<p>Ementa: Estudos introdutórios das deficiências do ponto de vista histórico social. Histórico das deficiências seus aspectos gerais e suas atualidades. Principais deficiências, causas, consequências e implicações. Procedimentos metodológicos e adaptações necessárias para a inclusão da prática da educação Física.</p> <p>Bibliografia Básica DIEHL, R. M. Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência: em situação de inclusão e em grupos específicos. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2008. GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 3 ed. Barueri, SP: Manole, 2013. RODRIGUES, D. Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar ALMEIDA, M. T. P. Jogos cooperativos: aprendizagem, métodos e práticas. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2011. CANALES, L. k. Atividades Físicas para jovens com deficiências graves. Barueri, SP: Manole, 2013. DECASTRO, M. E. Atividade Física Adaptada. São Paulo: Tecmedd, 2005. FRUG, C. S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo: Plexus, 2001. GORLA, J. I.; CAMPANA, M. B.; OLIVEIRA, L. Z. Teste e Avaliação em Esporte Adaptado. São Paulo: Phorte, 2009. PICCHI, M. B. Parceiros da inclusão escolar. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.</p> <p>SOLER, R. Brincando e aprendendo na Educação Física Especial: planos de aula. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006. TEIXEIRA, L. Atividade Física Adaptada e Saúde: da teoria à prática. São Paulo: Phorte, 2008. WINNICK, J. P. Educação Física e Esportes Adaptados. Barueri, SP: Manole, 2004.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA971	Didática	75	3	1	0
<p>Ementa: Didática: fundamentos históricos e epistemológicos. Didática e interdisciplinaridade: as interações entre Didática, Currículo e as Ciências com implicações na Educação. Fundamentação teórico-metodológica das práticas pedagógicas. Organização intencional e sistemática do ensino: processo de planejamento e planificação do ensino no contexto da escola (planos escolares e planos de ensino): finalidades e componentes constitutivos (objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, recursos didáticos e avaliação da aprendizagem).</p> <p>Bibliografia Básica</p>					

FELDMAN, D. **Ajudar a ensinar**: relações entre didática e ensino. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

Bibliografia Complementar

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MARTINS, J. S. **O trabalho com projetos de pesquisa**: do ensino fundamental ao ensino médio. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

MEDEL, C. R. M. A. **Projeto político-pedagógico**: construção e implementação na escola. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

MORALES, P. **Avaliação escolar**: o que é, como se faz. Trad. Nicolás Nyimi Campário. São Paulo: Loyola, 2003.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TARDIF, M. **Saberes docentes & formação profissional**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA186	Educação e Sociedade	60	4	0	0

Ementa: A institucionalização da educação escolar e a evolução da escola na sociedade moderna. A relação educação e sociedade e as diferentes formas de interpretação das funções e finalidades formativas da escola.

Bibliografia Básica

CORTELLA, M. S. **A Escola e o Conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 2001.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A economia das trocas simbólicas**. Perspectiva, 1976.

CHIROLLET, J. **Filosofia e Sociedade da Informação**. Tradução de Antônio Viegas, Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

KILPATRICK, W. **Educação para uma civilização em mudança**. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E

CELA660	Investigação e Prática Pedagógica I	75	1	2	0
<p>Ementa: A especificidade da pesquisa em Educação. O estudo sistemático do cotidiano escolar e a sua inter-relação com a prática pedagógica.</p> <p>Bibliografia Básica ANDRÉ, M. E. D. A. (Org.) O papel da pesquisa na prática dos professores. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001. CANDAU, V. M. (Org.) Reinventar a escola. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. FONTANA, R. A. C. De que tempos a escola é feita? In: VIELLA, M. A. L. (Org.) Tempos e espaços de formação. Chapecó: Argos, 2003.</p> <p>Bibliografia Complementar BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Brasília, 1996. ESTEBAM, M. T (Org.) Escola, currículo e Avaliação. São Paulo: Cortez, 2003. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. OLIVEIRA, N. R. A escola, esse mundo estranho. In: PUCCI, B. (Org.) Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. Petrópolis: Vozes; São Carlos, SP: EDUFSCAR, 1994.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	60	4	0	0
<p>Ementa: A produção teórica sobre currículo e gestão escolar no Brasil. Políticas e práticas de currículo e de gestão. O currículo como organização geral da escola. Os níveis formais e reais de realização curricular. As orientações curriculares do ensino Fundamental e Médio. A gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico. Identidade, diversidade e diferença no currículo e na gestão da escola.</p> <p>Bibliografia Básica FERREIRA, N. S. C. (Org.) Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro, 2006. LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008. LIMA, L. C. A Escola como Organização Educativa: uma abordagem sociológica. 33ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar GENTILI, P. A Falsificação do Consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998. APPLE, M. W. Ideologia e Currículo. Tradução: Vinicius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. ACRE. Lei 1.201/96. Institucionaliza a gestão Democrática nas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino. Rio Branco, 1996. _____. Lei 1.513/03. Dispõe sobre a gestão democrática do sistema público do Estado do Acre e dá outras providencias. Rio Branco, 2003.</p>					

_____. Instrução Normativa N° 004/2004. Estabelece diretrizes administrativo-pedagógicas no âmbito das escolas da rede estadual de ensino. Rio Branco, 2004.

LÜCK, H. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e Programas no Brasil**. 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. F. F. (Org.). **Política e Gestão da Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAVIANI, D. **PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

TORRES, C. A. (Org.) **Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação**. Tradução: Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA968	Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino	60	4	0	0

Ementa: A organização da educação no Brasil. A Educação Básica-Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Modalidades da Educação no contexto das políticas educacionais e da legislação de ensino; Lei de Diretrizes e Bases Nacional. Política de Financiamento da Educação Básica. Plano Nacional de Educação e Legislação Estadual de Ensino.

Bibliografia Básica

DOURADO, L. F. **Financiamento da Educação Básica**. Campinas, SP; Goiânia, GO: Editora da UFG, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar**: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação no Brasil**: a organização escolar. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

Bibliografia Complementar

CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil**: leitura crítico compreensiva artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DEMO, P. **A Nova LDB**: ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. **Sistema Educacional Brasileiro**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Matricula Cidadã**: uma experiência de organização do Sistema Público de Ensino. Rio Branco, AC: SEMEC, 2007.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional.	60	4	0	0
<p>Ementa: A construção da identidade profissional: relações de gênero, classe e as representações socioculturais da profissão. Profissionalização, choque de realidade e socialização profissional. O magistério como carreira: acesso, progressão e organização sindical. Absenteísmo e mal estar docente.</p> <p>Bibliografia Básica VEIGA, I. P. A.; D'AVILA, C. M. (Org.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008. PEIXOTO, A. C.; PASSOS, M. (Org.). A escola e seus atores: educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. HYPOLITO, Á. L. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas, SP: Papirus, 1997.</p> <p>Bibliografia Complementar CATANI, D. B. Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997. ESTEVE, J. M. O Mal estar Docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999. COSTA, M.V. Trabalho docente e profissionalismo. Porto alegre: Sulina, 1995.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA973	Psicologia da Educação	60	4	0	0
<p>Ementa: Concepções psicológicas subjacentes às teorias de desenvolvimento e aprendizagem: comportamental, cognitiva, humanista e psicanalista. As práticas educativas dos contextos familiar, escolar e social, problematizadas pela psicologia em consonância com as diferenças culturais, étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional. Aspectos que interferem no processo de desenvolvimento e aprendizagem: afetividade, relações interpessoais e motivação.</p> <p>Bibliografia Básica LA ROSA, J. (Org.). Psicologia e Educação: o significado do aprender. 8. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. 2. ed. São Paulo: EPU, 2015. PIAGET, J. Seis Estudos de Psicologia. Tradução de Magalhães Maria Alice D'Ámorim; Paulo Sérgio Lima Silva. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar OLIVEIRA, M. K. Vygotsky- Aprendizagem e Desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.</p>					

WOOLFOLK, A. E. **Psicologia da Educação**. 7. ed. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA059	Fundamentos da Educação Especial	60	4	0	0

Ementa: Caracterização, conceito e objetivos da Educação Especial. Aspectos filosóficos, princípios norteadores, modalidades de atendimento. Abordagens Didáticas para portadores de necessidades especiais.

Bibliografia Básica

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem:** educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FLEITH, D. S. (Org.) **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação:** volume 1: orientação a professores. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade.** São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Projeto Escola Viva:** garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais. MEC, 2000-v.1.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 43/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educacionais especiais acesso e qualidade.** Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Lei n 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão:** recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

BRASIL. **Desenvolvendo competências para o atendimento as necessidades educacionais especiais de alunos surdos.** Brasília: SEESP/MEC, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação/SEF/SEE. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 1999. WOOLFOLK, A. E. **Psicologia da Educação**. 7. ed. Tradução Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2000.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky- **Aprendizagem e Desenvolvimento:** um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD619	Ginástica na Escola	60	2	1	0

Ementa: Histórico e evolução da ginástica. Terminologias e técnicas usuais com e sem implementos manuais. A Ginástica nos documentos orientadores da educação nacional e do Estado. Prática pedagógica, sob orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de ensino.

Bibliografia Básica

GAIO, R. (org.). **Ginástica Rítmica:** da iniciação ao alto nível. Jundiaí, SP: Fontoura, 2008.
GONZALES ALONSO, H. de A. **Pedagogia da Ginástica Rítmica:** teoria e prática. São Paulo: Phorte, 2011.
PAOLIELLO, E.; TOLEDO, E. (orgs.). Possibilidades da Ginastica Rítmica. São Paulo: Phorte, 2010.

Bibliografia Complementar

HAAS, J. G. **Anatomia da Dança.** Barueri: Manole, 2011.
FRANKLIN, E. **Condicionamento Físico para dança:** técnicas para a otimização do desempenho em todos os estilos. Barueri: Manole 2013.
BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
NUNOMURA, M.; TSUKAMOTO, M. H C. **Fundamentos das Ginásticas.** São Paulo: Fontoura, 2009.
MENDES, R. A.; LEITE, N. **Ginástica Laboral:** princípios e aplicações práticas. 3. ed. Barueri: Manole, 2012.
NUNOMURA, M. **Ginástica artística.** São Paulo: Odysseus, 2008.
TOLEDO, E. de; SILVA, P. C. da C. **Democratizando o ensino da ginástica:** estudos e exemplos de sua implantação em diferentes contextos sociais. São Paulo: Fontoura, 2013.
ARAÚJO, C.; LEBRE, E. **Manual de Ginástica Rítmica.** Portugal: Editora Porto, 2006.
BERNARDI, L.M.O.; LOURENÇO, M. R. A. **Ginástica Rítmica:** ensinando corda, arco e bola. São Paulo: Fontoura, 2014.
BREGOLATO, R. A. **Cultura corporal da dança.** São Paulo: Ícone, 2007.
MALDONADO, M. T. **Nos passos da dança.** São Paulo: Saraiva, 2006.
VERDERI, E. **Dança na escola:** uma abordagem pedagógica. São Paulo: Phorte, 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD620	Educação Física no Ensino Infantil e Fundamental I	60	2	1	0

Ementa: Estudo e prática pedagógica da Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Aplicação de conhecimentos relativos ao planejamento, objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação do processo ensino-aprendizagem da Educação Física.

Bibliografia Básica

BRASIL. LEI No 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 11/06/2017.
MEIRELLES, Renata (Org.). **Território do brincar:** diálogo com escolas. Alana, 2015.
SANTOS, M. O. dos; RIBEIRO, M. I. S. (OrgS.). **Educação Infantil:** os desafios estão postos e o que estamos fazendo? Salvador: Sooffset, 2014.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S.C. RANGEL, C.A.I. Jogos e brincadeiras. In: DARIDO, S.C.; RANGEL, C.A.I.

A Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MEZZARI, J.; GARBIN, I.M.F.; WENDHAUSEN, A; M.P. **Educação Física na Educação Infantil e suas diferentes abordagens:** em busca de pistas bibliográficas.

Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/11242>.

SAYÃO, Deborah Thomé. Infância, Educação Física e Educação Infantil. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/dborahfln.rtf>>. Acesso em 23 nov. 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD621	Educação Física no Ensino Fundamental II	60	2	1	0
<p>Ementa: Estudo e prática pedagógica da Educação Física no Ensino Fundamental II. Aplicação de conhecimentos relativos ao planejamento, objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação do processo ensino-aprendizagem da Educação Física.</p> <p>Bibliografia Básica BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez.1996.</p> <p>_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física – Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>Bibliografia Complementar ACRE. Secretaria de Estado de Educação. Referencial Curricular de Educação Física para a rede pública estadual de ensino do Estado do Acre. Rio Branco: SEE/AC, 2004. ASSIS, V. O. Os Referenciais Curriculares para a Educação Física na Escola do Ensino Fundamental da Rede Estadual Brasileira: Uma análise teórico-metodológica. 128 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro: 2008.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD622	Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino	60	2	1	0

Ementa: Estudo e prática pedagógica da Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino. Aplicação de conhecimentos relativos ao planejamento, objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação do processo ensino-aprendizagem da Educação Física.

Bibliografia Básica

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Conhecimentos de Educação Física.** Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. LEI No 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 11/06/2017.

Bibliografia Complementar

BETTI, I. C. R.; MIZUKAMI, M. da G.N. História de vida: Trajetória se uma professora se Educação Física. **MOTRIZ**, Rio Claro, SP, v. 3, n. 2, p. 108-115, dezembro, 1997.

RESENDE, H. G. Reflexões sobre algumas contradições da educação física no âmbito da escola pública e alguns caminhos didático-pedagógicos na perspectiva da cultura corporal. **Revista Movimento**, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, P. 21-28, set. 1994.

SANTO, W. R. do E.; CUPOLILLO, A. V. Teoria E Prática Pedagógica em Educação Física: Um estudo sob a perspectiva da pesquisa participante. **Rev. Univ. Rural, Sér. Ci. Humanas.** Seropédica, RJ: EDUR, v. 27, n. 1-2, p. 99-105, jan.-dez., 2005.

SILVA, P. N. G. Prática de Ensino em Educação Física: Por uma formação do professor pesquisador. In: HERMIDA, Jorge Fernando (Org.). **Educação Física: conhecimento e saber escolar.** João Pessoa, PB: EDUFPA, 2009.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física Escolar. **Rev. Paul. Educ. Fís.**, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996.

SORIANO, J. B.; WINTERSTEIN P. J. Satisfação no trabalho do professor de Educação Física. **Rev. paul. Educ. Fís.** São Paulo, v.12, n.2, p. 145-59, jul./dez. 1998.

TAFFAREL, C. Z.; ESCOBAR, M. O. A Cultura Corporal. In: HERMIDA, Jorge Fernando (Org.). **Educação Física: conhecimento e saber escolar.** João Pessoa, PB: EDUFPA, 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD623	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar I	225	0	0	5

Ementa: Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar na Educação Básica - Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Observação e análise da realidade escolar e do currículo, coleta de dados institucionais, atividades de docência, planejamento, acompanhamento de atividades de ensino, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação. Elaboração de relatório técnico-científico e socialização da experiência de estágio.

Bibliografia Básica

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Orientações para Estágio em Licenciatura.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ACRE. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes. **Currículo de Referência Único do Acre.** Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/ac_curriculo_acre.pdf. Acesso em: 26 de julho. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Acesso em: 26 de julho de 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2020. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 26 de julho de 2022.

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. Andrade. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, W. R.; FAJARDO-TURBIN, A. E.(Org.). **Como fazer relatórios de estágio supervisionado: formação de professores nas licenciaturas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BARBOSA, C. L. A. **Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CALDERANO, M. da A. (Org.). **Estágio curricular: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD624	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar II	225	0	0	5

EMENTA: Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar na Educação Básica - Ensino Fundamental II. Observação e análise da realidade escolar e do currículo, coleta de dados institucionais, atividades de docência, planejamento, acompanhamento de atividades de ensino, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação. Elaboração de relatório técnico-científico e socialização da experiência de estágio.

Bibliografia Básica

BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; ALVARENGA, Maria; BIANCHI, Roberto.

Orientações para Estágio em Licenciatura. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ACRE. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes. **Currículo de Referência Único do Acre**. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/ac_curriculo_acre.pdf. Acesso em: 26 de julho. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Acesso em: 26 de julho de 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2020. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 26 de julho de 2022.

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado.** São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PIMENTA, S. Gar.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Wagner Rodrigues; FAJARDO-TURBIN, Ana Emília (Org.). **Como fazer relatórios de estágio supervisionado: formação de professores nas licenciaturas.** Brasília: Liber Livro, 2012.

BARBOSA, C. L. A. **Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CALDERANO, M. da A. (Org.). **Estágio curricular: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD625	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar III	225	0	0	5

Ementa: Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar na Educação Básica - Ensino médio e outras modalidades de ensino. Observação e análise da realidade escolar e do currículo, coleta de dados institucionais, atividades de docência, planejamento, acompanhamento de atividades de ensino, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação. Elaboração de relatório técnico-científico e socialização da experiência de estágio.

Bibliografia Básica

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Orientações para Estágio em Licenciatura.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ACRE. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes. **Currículo de Referência Único do Acre.** Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/ac_curriculo_acre.pdf. Acesso em: 26 de julho. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf Acesso em: 26 de julho de 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2020. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 26 de julho de 2022.

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, W. R.; FAJARDO-TURBIN, A. E. (Org.). **Como fazer relatórios de estágio supervisionado: formação de professores nas licenciaturas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BARBOSA, C. L. A. **Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CALDERANO, Maria da Assunção (Org.). **Estágio curricular: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD626	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	60	4	0	0

Ementa: Orientação para elaboração e definição do projeto de pesquisa sob a orientação de um docente. Orientação para submissão ao comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Orientação para a apresentação e defesa pública de qualificação do projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica

NELSON, Jack K.; THOMAS, Jerry R. **Métodos de Pesquisa Em Atividade Física**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa Qualitativa em Saúde**. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

FONTELLES, Mauro José. **Bioestatística Aplicada À Pesquisa Experimental**. Vol. 1. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2010.

SAKS, Mike; ALLSOP, Judith. **Pesquisa em saúde: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Rio de Janeiro: Roca, 2011.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD627	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II	60	4	0	0

Ementa: Instrumentalização acadêmica para a execução do projeto de pesquisa; coleta, processamento, análise e publicação dos dados sob orientação docente de acordo com normas aprovadas pelo Colegiado do Curso de Educação Física. Defesa pública para avaliação por uma banca examinadora.

Bibliografia Básica

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 175p.
 MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 306p.
 PESCUA, D.; CASTILHO, A. P. F. de. **Projeto de pesquisa: o que é? Como fazer? – um guia para sua elaboração**. São Paulo: Olho d'Água, 2005. 96p.

Bibliografia Complementar

CIRIBELLI, M. C. **Projeto de pesquisa**. Rio de Janeiro: Letras, 2000.
 ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1999.
 PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Apresentação de trabalhos científicos: monografia, tcc, teses, dissertações**. 10. ed. São Paulo: Futura, 2004. 141 p.
 COSTA, A. F. G. de. **Guia de elaboração de relatórios de pesquisa-monografia: trabalho de iniciação científica, dissertações, teses e editoração de livros**. Rio de Janeiro: Unitec, 1998.
 FILHO, D. P.; SANTOS, J. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 2000.

Quadro X - Disciplinas optativas.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD628	Imunologia	60	4	0	0
<p>Ementa: Desenvolvimento de raciocínio holístico do aluno ao estudo de imunologia aplicado tanto na proteção contra patógenos quanto em reparo tecidual e envelhecimento. Análise das moléculas, células e tecidos que compõem o sistema imune, e suas interações com outros sistemas (e.g., endócrino, microbioma e neuronal) tanto na prevenção de doenças quanto no tratamento, em especial de doenças crônicas não transmissíveis (e.g., Depressão, Obesidade, Câncer e Diabetes Melitos do tipo 2, ...). Estudo da interação tanto do sistema imune inato quanto do adaptativo e suas modificações com os diferentes tipos de exercícios físicos seja para saúde geral, na educação física escolar, seja no treinamento de alto rendimento esportivo.</p>					
<p>Bibliografia Básica KENNETH, M.; PAUL, T.; MARK, W. Imunobiologia de Janeway. 8.ed. Tradução de Ana Paula Franco Lambert <i>et al.</i> Porto Alegre: Artmed, 2014. ABBAS, A.; LICHTMANN, A.; PILLAI, S. Imunologia celular e molecular. 8. Ed. Elsevier, 2015. ROITT, I. M. Fundamentos de Imunologia. 13. ed. Guanabara: koogan, 2018.</p>					
<p>Bibliografia Complementar RICH, R. R. <i>et al.</i> Clinical Immunology: Principles and Practice. 5. ed. Elsevier, 2019. ABBAS, A.; LICHTMANN, A.; PILLAI, S. Imunologia celular e molecular. 8.ed. Elsevier. 2015.</p>					

ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.H.; PILLAI, S. **Imunologia Básica. Funções e distúrbios do sistema imunológico**. 6. ed. Guanabara: Koogan, 2021.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD629	Prescrição do Exercício Físico na Saúde e na Doença	60	4	0	0

Ementa: Abordagem de saúde, doença e qualidade de vida, bem como dos principais indicadores em termos individuais e populacionais. Fisiopatologia das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e os benefícios e riscos dos exercícios físicos no tratamento dessas doenças. Prescrição de exercícios cardiorrespiratórios e neuromusculares na prevenção, tratamento e reabilitação das DCNT. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

NIEMAN, D. C. **Exercício e Saúde**. São Paulo: Manole, 2010.

VAISBERG, Mauro; MELLO, Marco Túlio. **Exercícios na saúde e na doença**. São Paulo: Manole, 2010.

ALLSEN, H.V. **Exercício e qualidade de vida: uma abordagem personalizada**. São Paulo: Manole, 2001.

Bibliografia Complementar

POLITO, M. **Prescrição de exercícios para saúde e qualidade de vida**. São Paulo: Phorte, 2010.

NAHAS, M.V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**. Londrina: Midiograf, 2006.

NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. **Cardiologia do Exercício: do atleta ao cardiopata**. São Paulo: Manole, 2010.

KENDALL, F. P. *et al.* **Músculos: provas e funções com postura e dor**. 2. ed. Barueri: Manole, 2007.

FALUDI, A. A. *et al.* Atualização da diretriz brasileira de dislipidemias e prevenção da aterosclerose–2017. **Arquivos brasileiros de cardiologia**, v. 109, p. 1-76, 2017.

ABESCO, Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica.

Diretrizes Brasileiras de Obesidade 2016. 4. ed. São Paulo: Companygraf, 2016.

BARROSO, W. K. S. *et al.* Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial–2020. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 116, p. 516-658, 2021.

CARVALHO, T. de *et al.* Diretriz Brasileira de Reabilitação Cardiovascular–2020.

Arquivos brasileiros de cardiologia, v. 114, p. 943-987, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020. Clannad Editora Científica, 2019.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD353	Sociologia do Esporte	45	3	0	0

Ementa: Conceitos fundamentais em sociologia e teorias sociológicas. Análise sociológica do esporte moderno. As relações entre o fenômeno esportivo e a sociedade contemporânea. O esporte como fruto do processo civilizatório: mídia, violência, poder e mercado. Constituição de uma leitura significativa do lazer como fator social, na sua pluralidade e nos diferentes ambientes.

Bibliografia Básica

MARCHI JR. Wanderley. **Ensaio em Sociologia do Esporte**. (orgs). Autores Paranaense. Curitiba. 2011.

DEMO, Pedro. **Introdução à Sociologia: Complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social**. Editora Atlas. São Paulo. 2012.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. Editora Perspectiva. São Paulo. 2008.

Bibliografia Complementar

IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA. 2009.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa, Edições 70. 2005.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte** (2a ed.). Ijuí, RG: Ed. Unijuí. 2003.

BARBANTI, Valdir J.: **Dicionário de Educação Física e Esporte, Sociologia do Esporte**, 3º Edição, Manole 2011.

LINHALES, Meily Assbú. **A escola e o esporte: uma história de práticas culturais**. São Paulo: Cortez, 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD373	Psicologia do Esporte	60	4	0	0

Ementa: Conhecimento geral sobre a Psicologia do/no esporte. Neurociências aplicada a Psicologia do esporte e Exercício Físico. Últimos avanços em Psicologia do Esporte e Exercício Físico como Ciência do Esporte.

Bibliografia Básica

SAMULSKI, D.M. **Psicologia do Esporte: manual para educação física, psicologia e fisioterapia**. Barueri, SP: Editora Manole, 2002.

MACHADO, A. A. **Educação Física no Ensino Superior: Psicologia do Esporte**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2007.

BARRETO, J. A. **Psicologia do Esporte: para o atleta de alto rendimento**. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

Bibliografia Complementar

WEINBERG, R. S. e GOULD, D. **Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício**. Maria Cristina Monteiro (tradução). Artmed, Porto Alegre, 2001.

FEIJÓ, O. **Psicologia para o Esporte: Corpo e movimento**. Rio de Janeiro. Editora Shape, 2001.

DANTAS, E. H. M. **Psicofisiologia**. Rio de Janeiro. Editora Shape, 2001.

DE ROSE JR, D. **Esporte e atividade física na infância e adolescência: Uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre. Artmed Editora, 2002.

VALLE, M. P. **Dinâmica de grupos aplicada à psicologia do esporte**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2007.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD368	Nutrição Esportiva	60	4	0	0

Ementa: Abordar os princípios da Nutrição Aplicados à Educação Física e aos Esportes. Evidenciar as alterações orgânicas importantes promovidas pelo movimento humano. Entender essas alterações orgânicas a curto e em longo prazo que é imprescindível para a elaboração multidisciplinar de um programa nutricional adequado. Os nutrientes essenciais; seu papel metabólico e sua dinâmica, fontes e recomendações de nutrientes para os diversos objetivos na prática da atividade física; recursos ergogênicos. As consequências das carências alimentares nas fases de desenvolvimento humano e na atividade física. Baseado na ideia de que grande parte da atuação dos professores de Educação Física está relacionada ao exercício físico e aspectos nutricionais, tal disciplina torna-se imprescindível.

Bibliografia Básica

William D. McArdle, Frank I. Katch, Victor L. Katch. **Fisiologia do exercício | Nutrição, energia e desempenho humano**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
 MCARDLE, D. WILLIAN, KATCH, L. FRANK, KATCH, L. VITOR. **Nutrição para o esporte e exercício**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
 HIRSCHBRUCH, Marcia Daskal: **Nutrição Esportiva: Uma visão prática, Nutrição Aplicada a Educação Física**, 3º Edição, Manole 2014.

Bibliografia Complementar

WILMORE, J.H. & COSTILL, D.L. **Fisiologia do Esporte e do Exercício**. São Paulo: Manole, 2001.
 WOLINSKY, I.; HICKSON, J.; JAMES, F. **Nutrição no exercício e no esporte**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2003.
 DUNFORD, Marie: **Fundamentos de nutrição no esporte e no exercício físico, Nutrição Aplicada A Educação Física E Desporto**, Manole 2012.
 MCARDLE, D. WILLIAN, KATCH, L. FRANK, KATCH, L. VITOR. **Fundamentos de Fisiologia do exercício** – 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
 GUALANO, Bruno: **Suplementação de Creatina: Efeitos Ergogênicos, Terapêuticos e Adversos, Nutrição Aplicada a Educação Física**, Manole 2014.
 KLEINER, Susan M.: **Nutrição para o Treinamento de Força, Nutrição Aplicada A Educação Física E Desporto**, 3º Edição, Manole 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD374	Treinamento Desportivo	75	1	2	0

Ementa: Evolução do treinamento desportivo. Fundamentos do treinamento desportivo. Princípios Científicos do Treinamento Desportivo. Qualidades e Capacidades Físicas. Métodos de treinamento. Periodização e organização do treinamento desportivo.

Bibliografia Básica

DANTAS, E. H. M.; ARAÚJO, C. A. S. **A prática da preparação física**. 7. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2022.
 MUJIKA, I. **Polimento e Maximização para um ótimo desempenho físico, Treinamento Desportivo**. São Paulo: Manole, 2012.
 MCCONNELL, A. **Treinamento Respiratório: Para um desempenho superior, Treinamento Desportivo**. São Paulo: Manole, 2013.

Bibliografia Complementar

BOMPA, T. **Periodização**. São Paulo: Phorte, 2002.
 WEINECK, J. **Treinamento Ideal**. São Paulo: Manole, 2003.
 ELLSWORTH, A. **Treinamento do Core: Anatomia Ilustrada, Treinamento Desportivo**, Manole 2012.
 AMULSKI, D.; HANS-JOACHIM M.; PRADO, L. S. **Treinamento Esportivo**, São Paulo: Manole, 2013.
 BARBANTI, V.J. **Treinamento Desportivo: As capacidades motoras dos esportistas, Treinamento Desportivo**. São Paulo: Manole, 2010.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD356	Biomecânica do Movimento Humano	60	2	1	0

Ementa: História da biomecânica. Terminologia básica do movimento humano. Princípios de cinética e cinemática do movimento. Biomecânica dos ossos e músculos. Torque e sistemas de alavancas. Centro de massa e centro de gravidade. Introdução à análise biomecânica das atividades esportivas.

Bibliografia Básica

HALL, Susan. J. **Biomecânica Básica**. 5ª. Ed. São Paulo: Manole, 2009.
 HAMILL, Joseph; KNUTZEN, Kathleen M. **Bases Biomecânicas do Movimento Humano**. 3ª. Ed. São Paulo: Manole, 2012.
 MCGINNIS. Peter, M. **Biomecânica do Esporte e Exercício**. Porto Alegre: Artmd Editora, 2002.

Bibliografia Complementar

KAPANDJI: **O que é Biomecânica, Biomecânica do Movimento Humano**, Manole 2013.
 ACKLAND, Timothy R., Bruce C. Elliott e John Bloomfield: **Anatomia e Biomecânica Aplicadas no Esporte, Biomecânica de Movimento Humano**, 2º Edição, Manole 2011.
 HAMILL, Joseph e Kathleen M. Knutzen: **Bases Biomecânicas do Movimento Humano, Biomecânica do Movimento Humano**, 2 Edição, Manole 2008.
 HAMILL, Joseph e Kathleen M. Knutzen: **Bases Biomecânicas do Movimento Humano, 2º Edição**, Manole 2012.
 HALL, Susan J.: **Biomecânica Básica, Biomecânica do Movimento Humano**, 5º Edição, Manole 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD630	Políticas Públicas e Legislação em Educação Física, Esporte e Lazer	60	4	0	0

Ementa: Relações entre Estado e sociedade civil. Direitos sociais e cidadania. Conhecimento geral das políticas de esporte e lazer. História e fundamentos em políticas sociais e políticas públicas. Estudo e análise da estrutura, legislação e política públicas de educação física, esporte e lazer.

Bibliografia Básica

FILHO, Álvaro Melo. **Nova Lei Pelé: Avanços e Impactos**. Rio de Janeiro: Editora Maquinária, 2011.

MARCELINO, Nelson C. (Org.). **Lazer & Esporte: Políticas Públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SUASSUNA, Dulce; AZEVEDO, Aldo Antonio de. (Org.). **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007.

Bibliografia Complementar

Dias, R., & Matos, F. (2012). **Políticas públicas: Princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas

TUBINO, Manoel José Gomes. **O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília; UDE, Walter (org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Políticas de esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD371	Empreendedorismo e Plano de Negócios em Educação Física	45	3	0	0

Ementa: Estudo dos principais conceitos e características do empreendedorismo. Caracterização de gestão empreendedora e suas implicações para as organizações. Estudo dos conhecimentos básicos sobre a elaboração de um plano de negócio na área de Educação Física focada em saúde e rendimento. Elaboração de um plano de negócio.

Bibliografia Básica

SOUZA, Eda C. L.; GUIMARÃES, Tomás de A. (Orgs.). **Empreendedorismo além do plano de negócio**. São Paulo: Atlas, 2005.

BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRITO, Flávio Lúcio. **Como elaborar um plano de negócio**. Colaboradores Haroldo Mota de Almeida, Luiz Antônio Nolasco dos Santos, Mauro de Souza Henriques. - Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2004.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia Financeira de Estudos e Projetos. **Brasil inovações: o desafio empreendedor: 40 histórias de sucesso de empresas que investem em inovações** Brasília: IEC, 2006.

INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR. **Como fazer uma empresa dar certo em um país incerto. Conselhos e Lições de 51 dos Empreendedores Mais Bem-sucedidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

LENZI, Fernando César. **A nova geração de empreendedores: guia para elaboração de um plano de negócios**. São Paulo: Atlas, 2009.

HISRICH, R.D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**: São Paulo: Virtual / Bookman. 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD051	Patologia Geral	60	2	1	0
<p>Ementa: Processos patológicos observados nas doenças mais comuns da criança, do adulto, do idoso e da gestante.</p> <p>Bibliografia Básica BRITO, T., BACCHI, C. E., ALMEIDA, P. C. Patologia: processos gerais. Editores Marcelllo Franco, 6.ed. São Paulo: Atheneu, 2015. ABBAS, A. K. <i>et al.</i>: Patologia: Bases patológicas das doenças. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; ASTER, J. C. R. Patologia Básica. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar COTRAN, R. S. <i>et al.</i> Patologia: Bases patológicas das doenças. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. BRASILEIRO, Filho G. B. Patologia. 7. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. BRASILEIRO, Filho G. B. Patologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. KUMAR, V.; ROBBINS, S. L. Patologia Estrutural e Funcional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. MONTENEGRO, M. R.; FRANCO, M. Patologia Processos Gerais. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 1999. 320 p. MONTENEGRO, M. R.; BACCHI, C. E.; BRITO, T. Patologia Processos Gerais. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD384	Modalidades de Esportes de lutas	45	1	1	0
<p>Ementa: Histórico e características de cada modalidade de luta. Significados das lutas na Educação Física. A influência africana. Tipos de lutas. Processos de ensino-aprendizagem de habilidades motoras típicas das lutas. Demanda fisiológica das lutas. Modalidades de lutas olímpicas. Jogos de luta. Vivência prática nas modalidades de luta.</p> <p>Bibliografia Básica BAPTISTA, C.F.S. Judô: da escola à competição. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. FRANCHINI, E. Judô: desempenho competitivo. São Paulo: Manole, 2001. PAULA, G.G. Karatê esporte: táticas e estratégias. São Paulo: Ibrasa, 2000. LOPES, A. H.; CALABRE, L. Diversidade cultural brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2005. 286 p.</p> <p>Bibliografia Complementar SILVA, J. M. A linguagem do corpo na capoeira. Rio de Janeiro: Sprint, 2004. GOMES, N. L. Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação, n. 23 Rio de Janeiro, p. 75-85, Maio/Agosto 2003. BREDA, M. Pedagogia do esporte aplicada às lutas. São Paulo: Phorte, 2010. FRANCHICHI, E. Judô Desempenho Competitivo, Modalidades de Esportes de Lutas, 2. ed. São Paulo: Manole, 2010.</p>					

SILVA, G. de O.; HEINE, V. **Capoeira: um instrumento psicomotor para cidadania**. São Paulo: Phorte, 2008.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD389	Saúde coletiva	45	1	1	0

Ementa: Estuda a saúde coletiva enfocando: a trajetória das políticas de saúde no Brasil até o processo de construção e consolidação do SUS, por meio dos contextos históricos e legislações pertinentes à organização dos serviços de saúde na dimensão participativa da sociedade; processo saúde/doença; modelos de saúde e vigilância em saúde, assim como organização de redes de atenção à saúde, assim como o perfil epidemiológico da população e da determinação histórico-social nacional, regional e local.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia prático do Programa Saúde da Família**. Brasília, Ministério da Saúde, 2001.
BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 2004.
ROUQUAYROL, M. Z; FILHO, M. Z. **Epidemiologia e Saúde**. 6.ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

Bibliografia Complementar

LIMA, N. T *et al.* **Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.
ROUQUAYROL, M. Z; FILHO, M. Z. **Epidemiologia e Saúde**. 6.ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.
STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.
EIBENSCHUTZ, C. (org.) **Política de Saúde: o público e o privado**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
CAMPOS, G. W. de S. **Reforma da reforma: repensando a saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD165	Metodologia do Tênis	60	2	1	0

Ementa: Dimensões históricas e culturais do tênis. Processos pedagógicos para o ensino do tênis. Aspectos técnicos e táticos do tênis. Orientação didático-pedagógica para a utilização do tênis como recurso educativo. Noções das regras. Prática pedagógica do tênis.

Bibliografia Básica

BALBINOTTI, C. **O Ensino do Tênis: Novas Perspectivas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
ISHIZAKI M, C. M. **Tênis: Aprendizagem e treinamento**. 2. ed. São Paulo: Phorte; 2008.
MACHADO, O. **Tênis Total**. Campinas: Floss editorial, Interior, 1999.

Bibliografia Complementar

SKORODUMOVA, A. P. **Tênis de campo**: treinamento de alto nível; [organização e adaptação científica Antonio Carlos Gomes, Patrícia Medrado; tradução Alexander - Guarulhos, SP, Phorte Editora, 1999.

GALLWEY, T.W. **O jogo interior de tênis**. São Paulo: Texto novo, 1996.

REGRAS INTERNACIONAIS DE TENIS WOODS. **Kathy e Ron Woods**: Prática de tênis após os 50, Metodologia do tênis. São Paulo: Manole, 2010.

GALLIET R. **Tênis**: Metodologia de Ensino. São Paulo: Sprint, 1996.

VIEIRA S.; FREITAS, A. **O que é Tênis**. Editora Casa da Palavra, 2009

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD392	Esportes Radicais e de Aventura	45	1	1	0

Ementa: Identificação das principais modalidades de esportes de aventura no meio terrestre, aéreo e aquático. Esportes de aventura suas características e modalidades. Diferenciação de atividades radicais das de aventura. Vivências de atividades físicas de aventura na natureza. Cuidados especiais na segurança dos participantes e na manutenção dos equipamentos.

Bibliografia Básica

MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Turismo, Lazer e Natureza**. São Paulo: Editora Manole, 2003.

SCHWARTZ, G. M. (Coord.). **Atividades Recreativas**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.

DIAS, C. A. G.; ANDRADE, E. A. J (Org.). **Em Busca da Aventura**: princípios, olhares sobre esporte, lazer e natureza. Niterói: EdUFF, 2009.

Bibliografia Complementar:

COSTA, V. M.; FERREIRA, N. T. Esportes de Aventura e Risco na Montanha: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.

GRUN, M. **Ética e educação Ambiental**: a conexão necessária. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

UVINHA, R. R. **Juventude, Lazer e Esportes Radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

ASHCROFT, F. **A Vida no Limite**: A Ciência da Sobrevivência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COSTA, V. L. M. **Esportes de Aventura e Risco na Montanha**: Um Mergulho no Imaginário. São Paulo: Manole, 2000.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD393	Farmacologia	60	4	0	0

Ementa: Estudo da farmacocinética, farmacodinâmica, farmacologia do sistema nervoso autônomo, farmacologia do sistema nervoso central, farmacologia do sistema cardiovascular, farmacologia do sistema gastrointestinal. Estudo de fármacos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde relativo a diurese, controladores glicêmico (insulina e hipoglicemiantes), antiinflamatórios não-esteróides, antiinflamatórios, esteróides aplicada ao esporte e saúde.

Bibliografia Básica

GOODMAN; GILMAN, M. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. Interamericana do Brasil Ltda, 2006.

PENILDON, S. **Farmacologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

KATZUNG, B.G. **Farmacologia Básica e Clínica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Bibliografia Complementar

FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L. **Farmacologia Clínica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

GOLAN, D. E. **Princípios de Farmacologia**. A Base Fisiopatológica da Farmacoterapia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

TAVARES, W. **Antibióticos e Quimioterápicos para o uso clínico**. 2. ed. Atheneu, 2009.

HARVEY, R.A.; MYCEK, M.J.; CHAMPE, P.C. **Farmacologia ilustrada**, 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

RANG, H. P; DALE, M. M. **Farmacologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD394	Genética	60	2	1	0

Ementa: Estudo das bases mendelianas da herança. Estudo e definição de genes: estrutura, função, recombinação, regulação, mutação e interação. Estudo das aberrações cromossômicas. Caracterização da dinâmica dos genes nas populações. Estudo dos mecanismos genéticos de evolução. Estudo dos aspectos genéticos humanos gerais. Estudo dos principais genes que influenciam no esporte e que podem influenciar na manutenção da saúde.

Bibliografia Básica

STRACHAN, T.; READ, A.P. **Genética Molecular Humana**. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2013.

PIERCE, BENJAMIN A. **Genética: um enfoque conceitual**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BORGES-OSÓRIO, M. R.; ROBINSON, W. M. **Genética Humana**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

Bibliografia Complementar

EPSTEIN, D. J. **The Sports Gene: Inside the Science of Extraordinary Athletic Performance**. New York: Penguin Group, 2013.

KREBS, J. E. *et al.* **Lewin's Genes X**. 10 ed. London, United Kingdom: Ed. Jones e Bartlett Publishers International, 2011.

RINGO, J. **Genética Básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GRIFFITHS, A. J. F. *et al.* **Introdução 'a Genética**. 8. ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 2006.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD395	Gerontologia	60	4	0	0
<p>Ementa: Estudo dos fenômenos biopsicossociais envolvidos no processo de envelhecimento dos seres humanos. Aborda o processo de transição demográfica e epidemiológica, assim como o impacto do envelhecimento da população mundial, nacional e local; a importância do conhecimento dos instrumentos legais/políticas públicas voltadas à saúde do idoso. Introduce quanto à avaliação multidimensional na atenção à pessoa idosa.</p> <p>Bibliografia Básica BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica Envelhecimento e saúde da pessoa idosa n.19, Ministério da Saúde, 2006. ELIOPOULOS, C. Enfermagem Gerontológica. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 568 p. FREITAS, E. V. <i>et al.</i> Tratado de geriatria e gerontologia. 2. ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar BRASIL, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília. 2003. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 2.528, de 19 de outubro de 2006. POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO IDOSO. Brasília, Diário Oficial da União; Poder executivo, DF, 20 de out. 2006, seção 1, p. 142. NERI, A. L. (org). Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. Edições SESC SP. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, , 2007, 288p. LIMA-COSTA, M. F.; MATOS, D. L.; CAMARANO, A. M. Evolução das Desigualdades em saúde entre idosos adultos brasileiros – um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 1998, 2003). Ciências e Saúde Coletiva, v. 11, n 4 . 2006, p. 941 – 950. LEBRÃO, M. L.; LAURENTI, R. Saúde, bem estar e envelhecimento – O Estudo SABE no Município de São Paulo. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 8, n 2, 2005, p. 127 – 141.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD118	Corporeidade e Movimento	60	2	1	0
<p>Ementa: Corpo e Movimento: Dimensão Conceitual; movimento como linguagem e como cultura. Planejamento e execução de situações de ensino aprendizagem que promovam a cultura do movimento com finalidade de lazer, expressão de sentimentos, afeto e emoções, levantamento e registro de práticas da cultura local relacionada ao movimento.</p> <p>Bibliografia Básica BREGOLATO, R. A. Cultura Corporal do Esporte: Livro do Professor e do Aluno. São Paulo: Ícone, 2003. _____. Cultura Corporal da Dança: Livro do Professor e do Aluno. São Paulo: Ícone, 2006. OLIVEIRA, W. C.; DAMIANO, G. A.; PEREIRA, L. H. P. (Orgs.). Corporeidade, Educação e Tecnologias: experiências, possibilidades e desafios. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.</p> <p>Bibliografia Básica BREGOLATO, R. A. Cultura Corporal do Esporte: Livro do Professor e do Aluno. São Paulo: Ícone, 2003.</p>					

_____. **Cultura Corporal da Dança**: Livro do Professor e do Aluno. São Paulo: Ícone, 2006.

OLIVEIRA, W. C.; DAMIANO, G. A.; PEREIRA, L. H. P. (Orgs.). **Corporeidade, Educação e Tecnologias**: experiências, possibilidades e desafios. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

Bibliografia Complementar

BENJAMIN, W. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

NÓBREGA, T. P. **Corporeidade e Educação Física**: do corpo-objeto ao corpo-sujeito. Natal: EDUFRN, 2005.

ROMERO, E.; PEREIRA, E. G. **Universo do Corpo**: masculinidades e feminilidades. Rio de Janeiro: Shape, 2008.

SOARES, C. L. **Imagens da Educação no Corpo**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD119	Teoria e Prática da Ginástica Escolar	60	2	1	0

Ementa: Estudo dos princípios educacionais que norteiam o ensino da ginástica: fundamentos básicos, estruturação de exercícios, habilidades perceptivos motoras e qualidades físicas dos movimentos gímnicos. Aspectos metodológicos do processo ensino aprendizagem da ginástica. A prática pedagógica compreendendo a atividade através de observação dirigida e/ou experiência de ensino.

Bibliografia Básica

AYOUB, E. **Ginástica Geral e Educação Física Escolar**. Campinas: Unicamp, 2003.

FREIRE, J. B. SCAGLIA, A. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

SOUZA, E.P.M. **Ginástica Geral**: experiências e reflexões. São Paulo: Phorte, 2008.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S. C. **Os Conteúdos da Educação Física na escola**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. São Paulo: Phorte, 2008.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD120	Fundamentos do Esporte Escolar	60	2	1	0

Ementa: O fenômeno esportivo. As dimensões sociais do esporte. Esporte como cultura corporal do movimento. Transformações didático-pedagógica do Esporte. Esporte escolar e

as ações governamentais. Análise crítica dos valores e funções atribuídos ao esporte. O ensino de atividades recreativo-esportivas. A organização de materiais e adaptação de espaços.

Bibliografia Básica

GOULART, A. R. **Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar**: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. Editora Labrador LTDA, 2018.

DE ROSE JR, D. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Artmed Editora, 2009.

GALATTI, L. R. *et al.* Pedagogia do esporte: procedimentos pedagógicos aplicados aos jogos esportivos coletivos. **Conexões**, v. 6, p. 397-408, 2008.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S. C. **Os Conteúdos da Educação Física na escola**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. São Paulo: Phorte, 2008.

RÉ, A. H. N. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância e adolescência: Implicações para o esporte. **Motricidade**, v. 7, n. 3, p. 55-67, 2011.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD127	Jogo e Educação	60	2	1	0

Ementa: Jogo brinquedo e brincadeira: abordagens teóricas (definições conceitos e classificações).O papel pedagógico do jogo: concepções filosóficas, psicológicas, sócio-antropológicas e implicações no ensino aprendizagem. O jogo na educação: aspectos históricos, culturais e afetivos. Confecção e utilização de brinquedos de material reciclável para as diversas fases do desenvolvimento.

Bibliografia Básica

GOULART, A. R. **Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar**: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. Editora Labrador LTDA, 2018.

DE ROSE, J. R. D. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Artmed Editora, 2009.

GALATTI, L. R. *et al.* Pedagogia do esporte: procedimentos pedagógicos aplicados aos jogos esportivos coletivos. **Conexões**, v. 6, p. 397-408, 2008.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S. C. **Os Conteúdos da Educação Física na escola**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. São Paulo: Phorte, 2008.

RÉ, A. H. N. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E

CCSD153	Introdução aos Estudos de Fisioterapia	60	2	1	0
<p>Ementa: Evolução e conceito da fisioterapia: sua relação com a saúde e educação física. Análise de postura e patologias associadas a coluna vertebral e lesões esportiva . Osteoporose e atividades físicas. Doenças da sociedade moderna: LER/DORT.</p>					
<p>Bibliografia Básica KISNER, C. M.; COLBY, L. A. Exercícios Terapêuticos: fundamentos e técnicas. 5. ed. Barueri: Manole, 2015. MAGEE, D. J.; ZACHAZEWSKI, J. E.; QUILLEN, W. S. Prática da Reabilitação Musculoesquelética: princípios e fundamentos científicos. Barueri: Manole, 2013. PINHEIRO, G. B. Introdução à Fisioterapia. Série Fisio, Fisioterapia Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p>					
<p>Bibliografia Complementar ABRAHÃO, J., SZNELWAR, L. I.; SILVINO, A.; SARNET, M.; PINHO, D. Introdução à Ergonomia: da Prática à Teoria. São Paulo: Blucher, 2009. ALVES, V. L. S.; JUNIOR, DUARTE JR, A. Fisioterapia nas Lesões do Esporte. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014. DANIELLOU, F. A Ergonomia em Busca de seus Princípios. São Paulo: Blucher, 2004. DELIBERATO, P. C. P. Exercícios Terapêuticos: guia teórico para estudantes e profissionais. Barueri: Manole, 2006. KENDALL, F. P. Músculos: provas e funções. 5. edi. Barueri: Manole, 2007. MIDDLEDITCH, A.; OLIVER, J. Anatomia Funcional da Coluna. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2008. PINHEIRO, A. C. S. F. ; ARAÚJO, M. B. Ergonomia Aplicada à Anatomia e à Fisiologia do Trabalhador. Goiânia: Ab Editora, 2008. PRENTICE, W. E. Fisioterapia na Prática Esportiva: uma abordagem baseada em competências. 14. ed. Porto Alegre: Amgh Editora, 2011.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD159	Teoria e Prática dos Jogos e Brincadeira Populares	60	2	1	0
<p>Ementa: Estudo da influência das culturas africanas, europeia e indígena no surgimento dos jogos populares brasileiros. Jogos e brincadeiras populares: conceito, classificação, fundamentos. Planejamento de atividades com jogos e brincadeiras populares relacionados ao desenvolvimento do escolar.</p>					
<p>Bibliografia Básica GOULART, A. R. Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. Editora Labrador LTDA, 2018. KOCH, K. Pequenos Jogos Esportivos, Recreação e Lazer, 8. ed., Manole, 2005. GONÇALVES, K.; PAÇOCA, T. A. Manual de Lazer e Recreação. São Paulo: Phorte, 2010. MARCELINO, N. C. Lazer e Sociedade: múltiplas relações. Editora Alínea e Átomo, 2008.</p>					
<p>Bibliografia Complementar</p>					

DARIDO, S. C. **Os Conteúdos da Educação Física na escola**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DE ROSE JR, D. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. Artmed Editora, 2009.

GALATTI, L. R. *et al.* Pedagogia do esporte: procedimentos pedagógicos aplicados aos jogos esportivos coletivos. **Conexões**, v. 6, p. 397-408, 2008.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. São Paulo: Phorte, 2008.

RÉ, A. H. N. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância e adolescência: Implicações para o esporte. **Motricidade**, v. 7, n. 3, p. 55-67, 2011.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD156	Educação Física na Educação Indígena e Campo	60	2	1	0
<p>Ementa: Trata dos projetos de educação escolar indígena e do campo existente no Acre: as iniciativas governamentais e não-governamentais. As práticas da cultura corporal indígena: ritos, danças, brinquedos, brincadeiras, pintura corporal. A ressignificação dos esportes nas culturais indígenas e de campo locais: o caso do futebol e outros. Estudo e investigação de materiais e projetos pedagógicos de educação indígena e do campo.</p> <p>Bibliografia Básica BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/ SEF, 2002. BENTO, C. C.; GONÇALVES JUNIOR, L. Pluralidade Cultural nas Aulas de Educação Física Escolar: a contribuição de diferentes povos. Curitiba, 2007, p. 868 – 873. ANJOS, J. L.; ALMEIDA, F. Q. (Orgs). O Jogo das Comunidades Tradicionais. Curitiba: Appris, 2016.</p> <p>Bibliografia Complementar CUNHA, M. C.; CESARINO, P. N. (Orgs). Políticas Culturais e Povos Indígenas. Curitiba: Juruá, 2012. TERENA, M. O Esporte como resgate de Identidade e Cultura. <i>In: A Cultura Corporal Indígena</i>. Guarapuava: Unicentro, 2003. ROCHA FERREIRA, M. B. <i>et al.</i> Jogos indígenas, realizações urbanas e construções miméticas. Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ciência e Cultura. Temas e Tendências. Cultura Indígena. Ano 60, n. 4, 2008.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD631	Hidroginástica	60	4	0	0
<p>Ementa: Histórico, definição e introdução à modalidade. Aspectos biomecânicos do meio aquático e aplicações nas aulas de hidroginástica. Métodos de treinamento e estruturação das aulas de hidroginástica: aulas aeróbias, circuitadas, localizadas e intervaladas. Planejamento e aplicação prática de aulas e programas de hidroginástica.</p>					

Bibliografia Básica

BAUN, MARYBETH PAPPAS. **Exercícios de hidroginástica: exercícios e rotinas para tonificação, condicionamento físico e saúde**. 2ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

SIMÕES, REGINA; ET AL. **Hidroginástica: Propostas de exercícios para idosos**. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2015.

AWBREY, BRIAN J.; TARPINIAN, STEVE. **Hidroginástica: um guia para condicionamento, treinamento e aprimoramento de desempenho na água**. Editora Gaia, 2008.

Bibliografia Complementar

DI MASI F. & REXONA. **A ciência aplicada a hidroginástica**. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

ABOARRAGE, N. **Hidrotreinamento**. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

CORREA, F. R. C. **Atividades aquáticas para bebês**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

MACHADO, D. C. **Metodologia da Nataçãõ**. 2 ed. São Paulo: EPU, 2004.

LIMA, W. U. **Ensinando nataçãõ**. 4 ed. São Paulo: Phorte, 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD632	Epidemiologia	60	4	0	0

Ementa: Conceitos, aplicações e usos da epidemiologia. Evolução histórica. Processo saúde e doença. Indicadores de Saúde. Epidemiologia descritiva e analítica. Medidas de associação. Delineamento de estudos epidemiológicos. Fontes de dados epidemiológicos e sistemas nacionais de informação para a saúde.

Bibliografia Básica

ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia e Saúde** - 7ª Ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.

MEDRONHO, R. A.; BLOCH, K. V.; **Epidemiologia** - 2ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

FLORINDO, A. A. e HALLAL, P. C. **Epidemiologia da Atividade Física**. São Paulo: Atheneu, 2011.

Bibliografia Complementar

ROTHMAN, K; GREENLAND, S.; LASH, T. **Epidemiologia Moderna** - 3ª Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

PITANGA, F. **Epidemiologia da Atividade Física, Exercício Físico e Saúde** - 3ª ed. Bela Vista: Phorte, 2010.

FRANCO, Laércio Joel e Afonso Dinis Costa Passos: **Fundamentos da Epidemiologia, Epidemiologia**, 2º Edição, Manole 2010.

GORDIS L. **Epidemiologia**. 2º Ed. Editora Revinter. 2004.

PEREIRA. M.G. **Epidemiologia: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1995.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD164	Fundamentos do Karatê	60	2	1	0

Ementa: Dimensões históricas e culturais do Karatê. Processos pedagógicos para o ensino do Karatê. Orientação didático-pedagógica para a utilização do Karatê como recurso educativo. Noções das regras. Prática pedagógica do Karatê na escola.

Bibliografia Básica

PAULA, G.G. **Karatê Esporte: táticas e estratégias.** São Paulo: Ibrasa, 2000.

NAKAYAMAa, M. **Karatê Dinâmico.** São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

NAKAYAMAb, M. **O Melhor do Karatê: Bassai, Kanku.** São Paulo: Cultrix, 2000. V. 6, 11 v.

Bibliografia Complementar

NAKAYAMAc, M. **O Melhor do Karatê: Gankaku, Jion.** São Paulo: Cultrix, 2000. V. 8, 11 v.

BREDA, M. **Pedagogia do esporte aplicada às lutas.** São Paulo: Phorte, 2010.

SÁ, M. A. L. **Manual de preparação física para o Karatê.** São Paulo: Ediouro, 1988.

_____. **O poder do Karatê em 60 exercícios.** São Paulo: Ediouro, 1982.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD634	Práticas Alternativas em Educação Física	60	4	0	0

Ementa: Introdução ao método Pilates. Histórico e princípios. Exercícios em aparelhos e no solo. Exercícios respiratórios, de alongamento e de relaxamento. Estudo sobre postura humana e suas alterações. Métodos de avaliação postural e prescrição de exercícios posturais em escolares.

Bibliografia Básica

SANTOS, Josenei Braga dos. **Manual de Postura: Avaliação e prescrição de exercícios preventivos, corretivos e compensatórios** 1.ed. São Paulo: Icone, 2019.

MOFFAT, Marilyn; VICKERY, Steve. **Manual de manutenção e reeducação postural da American Physical Therapy Association.** Porto Alegre: Artmed, 2002. (UFAC)

MATOS, Oslei de. **Avaliação postural e prescrição de exercícios corretivos.** São Paulo: Phorte, 2013.

Bibliografia Complementar

ISACOWITZ, Rael; KLIPPINGER, Karen. **Anatomia do Pilates.** São Paulo: Manole, 2013. (UFAC)

KAMINOFF, Leslie; MATTHEWS, Amy. **Anatomia da Ioga: guia ilustrado de posturas, movimentos e técnicas de respiração,** 2.ed. São Paulo: Manole, 2013.

FREITAS, Isabella et al. **O método pilates na melhora do equilíbrio da população idosa brasileira: uma revisão de literatura.** Research, Society and Development, v. 10, n. 11. 2021.

SILVA, R. A.; OLIVEIRA, M. R.; GIL, A. W. O. **Equilíbrio postural: avaliação e intervenção por meio de exercícios associados às estratégias de controle neuromuscular.** Curitiba: CRV, 2017.

SOUCHARD, Philippe-Emmanuel. **Reeducação postural global: método do campo fechado.** São Paulo: Icone, 1998.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E

CCSD117	Metodologia do Trabalho Acadêmico	60	4	0	0
<p>Ementa: Prática de leitura, importância compreensão e interpretação. Tipos de trabalhos científicos. Fontes de pesquisa. Normatização e aspectos formais dos trabalhos científicos.</p> <p>Bibliografia Básica ANDRADE, M. M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico, 17. ed. Porto Alegre: s.n., 2013. LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Fundamentos da Metodologia Científica. 8. ed. São Paulo. Atlas, 2017.</p> <p>Bibliografia Complementar MATTOS, M. G. Metodologia da Pesquisa em Educação Física. São Paulo: Phorte, 2008. MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. SEVERINO, Antônio J. Metodologia do Trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017. THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. Métodos de Pesquisa em Atividade Física. Tradução de Denise Regina de Sales e Márcia dos Santos Dornelles. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD635	Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Educação	60	4	0	0
<p>Ementa: Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Estudo das questões afro e indígenas no Brasil e no Acre: Legislação e Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva. Negrismo e Negritude - diferenças conceituais. O Movimento Negritude nas Américas. Direitos Humanos na Educação.</p> <p>Bibliografia Básica BRASIL. Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana”. _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005. 204 p.(número de consulta: 379.260981 S959 2. ed. / 2005) CANDAU, V. M. F. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 45-56, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal no 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos) (número de consulta:305.80981 E21 2005) MCLAREN, P. Multiculturalismo crítico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. SILVA, T. T. S. (org). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. SILVA, A. C. A Discriminação do Negro no Livro Didático. Salvador, CEAO-CED, 1995.</p>					

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília, Ministério da Educação, 2000.

MOREIRA, A. F. B. Educação Escolar e Cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação, Brasil**, v. -, n. n.23, p. 156-168, 2003

GOUVÊA, M. C. S. de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 77-89, Jn/abr, 2005.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2008.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez., 1996.

Quadro XI – Membros do Corpo Docente

Nome do Professores	Formação Inicial	Titulação	RT
Adriane Corrêa da Silva	Licenciatura em Educação Física	Mestre	DE
Angelita Pereira dos Santos da Conceição	Licenciatura em Educação Física	Doutora	DE
Aristéia Nunes Sampaio	Licenciatura em Educação Física	Mestre	DE
Carlos Roberto Teixeira Ferreira	Licenciatura em Educação Física	Mestre	DE
Eduardo Andrade Gonçalves	Licenciatura em Educação Física	Mestre	20h
Eliane Elicker	Licenciatura em Educação Física	Mestre	DE
Jader de Andrade Bezerra	Licenciatura em Educação Física	Doutor	DE
Jaqueline dos Santos Valente	Licenciatura em Educação Física	Doutora	DE
Jeane Maria Moura Costa	Licenciatura em Educação Física	Mestre	DE
Jefferson Teixeira Sarmento de Lima	Licenciatura em Educação Física	Mestre	DE
João José Albuquerque de Sousa Júnior	Bacharelado em Educação Física	Mestre	DE
João Petrolitano Gonçalves de Assis	Licenciatura em Educação Física	Mestre	DE
José Reinaldo Cajado de Azevedo	Licenciatura em Educação Física	Doutor	DE
Lucicléia Barreto de Queiroz	Licenciatura em Educação Física	Doutora	DE
Mauro José de Deus Moraes	Licenciatura em Educação Física	Doutor	DE
Miguel Junior Sordi Bortolini	Licenciatura em Educação Física	Doutor	DE

Neméia de Oliveira Farias	Licenciatura em Educação Física	Doutora	DE
Norma Suely Tinoco Lima	Licenciatura em Educação Física	Esp.	DE
Oyatagan Levy Pimenta da Silva	Licenciatura em Educação Física	Mestre	DE
Rejane Marcelina Ribeiro	Licenciatura em Educação Física	Esp.	20h
Rosangela A. Bertocco Macedo	Licenciatura em Educação Física	Doutora	DE
Sandro Victor Alves Melo	Bacharelado em Educação Física	Mestre	DE
Shirley Regina de Almeida Batista	Licenciatura em Educação Física	Doutora	DE

Quadro XII – Membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física.

Portaria do Colegiado Vigente no Período de Tramitação do PPC	Nome	Área de Atuação	Centro
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	João Petrolitano Gonçalves de Assis	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Angelita Pereira dos Santos da Conceição	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Lucicléia Barreto de Queiroz	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Jefferson Teixeira Sarmento de Lima	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Shirley Regina de Almeida Batista	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Rejane Marcelina Ribeiro	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Oyatagan Levy Pimenta da Silva	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Jader de Andrade Bezerra	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Rosangela Aparecida Bertocco Macedo	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Nemeia de Oliveira Farias	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Aristéia Nunes Sampaio	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Pierre André Garcia Pires	Pedagogia	CELA
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Viviani Fernanda Hojas	Pedagogia	CELA
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	João Carlos de Oliveira Filho	-	CCSD

Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Bruno Moreira da Silva	-	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Joamerson Paz de Andrade	-	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Thalisney Souza de Paiva	-	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Geovane Bruno Guimaraes Cordeiro	-	CCSD

Quadro XIII – Membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Educação Física.

Nome do Professores	Número da Portaria
Profa. Dra. Lucicléia Barreto de Queiroz	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Dra. Rosângela Aparecida Bertocco Macedo	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Dra. Angelita Pereira dos Santos	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Dra. Shirley Regina de Almeida Batista	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Dra. Neméia de Oliveira Farias	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Valete Barros	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Prof. Dr. Pierre André Garcia Pires	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Prof. Me. João Petrolitano Gonçalves de Assis	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Prof. Me. Jefferson Teixeira Sarmento de Lima	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Esp. Rejane Marcelina Ribeiro	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Esp. Norma Suely Tinocco Lima	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022

Quadro XIV – Núcleo de Apoio a Inclusão (NAI) para Atendimento Educacional Especializado (Membros da Equipe Multidisciplinar (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, técnicos e intérpretes))

Nome	Função
João Xavier	Coordenador
Antônia Diniz	Técnica em Assuntos Educacionais
Bruno Ramos	Fisioterapeuta
Carla Perez	Assistente Social

4 METODOLOGIA ADOTADA PARA A EXECUÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO CURSO

O curso de Licenciatura em Educação Física, prioritariamente, se constitui num espaço estimulador de uma postura crítica-reflexiva, frente ao desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional. Nesse sentido, a mobilização de saberes tradicionais, da experiência e do conhecimento sistematizado irão mediar o processo de construção da identidade dos futuros profissionais em Educação Física. Tais saberes devem ser valorizados, problematizados e investigados ao longo da formação.

Neste sentido, o esforço metodológico para a formação da proposta pedagógica, passa pela compreensão das diversas teorias que orientam o fazer profissional da área de licenciatura em Educação Física, tornando esse movimento um eixo balizador do processo formativo. A metodologia visa o processo formativo em sua totalidade, considerando as dimensões de aprendizagem, implantação, gestão e avaliação dos cursos, através do diálogo igualitário, da pluralidade cultural, da democracia na gestão dos processos acadêmicos, nas relações interpessoais e profissionais e no uso das novas tecnologias de otimização da aprendizagem.

Essas atividades foram incorporadas às várias disciplinas, constantes na estrutura curricular do curso. Tais atividades visam desenvolver nos graduandos a capacidade de se exprimir com clareza conceitos de ciências exatas, em especial os conteúdos da Educação Física. O curso apresenta o cronograma de quatro anos para o cumprimento da carga horária proposta de 3345 horas. A estrutura curricular formulada visando contemplar o estudo e aplicação do movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Os campos mencionados acima deverão contemplar conteúdos que visem à formação de um profissional generalista, humanista e crítico. Este profissional deverá ser qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A verificação de aprendizagem nos Cursos de Graduação é tratada no Regimento Geral da UFAC, aprovado na Resolução n° 30, de dezembro de 2011 do CONSU e alterada pela Resolução de n° 50, de 19 de setembro de 2013 do CONSU, na qual destacamos:

Art. 306 A verificação da eficiência compreenderá as avaliações progressivas e a avaliação final, que devem verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina.

§ 1º Entende-se por avaliações progressivas aquelas feitas ao longo do período letivo, consideradas “N1” (nota 1) e “N2” (nota 2), objetivando

verificar o rendimento do aluno em relação ao conteúdo ministrado durante o período.

§ 2º A “N1” e a “N2” deverão corresponder, cada uma delas, à avaliação de, aproximadamente, cinquenta por cento do conteúdo programado para a disciplina, sendo aplicadas proporcionalmente no decorrer do período letivo.

§ 3º Para composição de cada “N1” e “N2”, o professor deverá utilizar, no mínimo, dois instrumentos de avaliação, devendo, para tanto, estar previsto no plano de curso da disciplina.

§ 4º A última avaliação da “N1” deverá ser aplicada até o encerramento da metade do conteúdo programático.

§ 5º A última avaliação da “N2” não poderá ser aplicada antes de decorrido, pelo menos, 85% do conteúdo programático.

Art. 308 As provas teóricas devem ser aplicadas dentro das dependências da Universidade Federal do Acre, nas datas e horários regulares estabelecidos para cada disciplina.

Art. 309 O professor deve discutir com os alunos os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação, esclarecendo as dúvidas pertinentes.

Art. 310 As avaliações escritas progressivas (“N1” e “N2”), depois de corrigidas, serão devolvidas ao aluno pelo professor em sala de aula, com a respectiva divulgação do rendimento escolar.

§ 1º A divulgação das notas de qualquer atividade de avaliação deverá ser feita antes da aplicação do instrumento de avaliação subsequente, sob pena de a referida avaliação ser anulada.

Art. 311 A divulgação do rendimento escolar ocorrerá no momento da devolução das provas aos alunos, devendo ser feita, obrigatoriamente, no sistema operacional da Universidade Federal do Acre.

Art. 313 Será assegurado ao aluno o direito à segunda chamada das provas ou prorrogação para realização ou entrega de outras avaliações, quando justificada a ausência por impedimento legal ou motivo de doença, devidamente comprovados, desde que solicitada ao Colegiado de Curso, por escrito, até três dias úteis após a avaliação.

Art. 314 Será considerado aprovado na disciplina o aluno que, cumulativamente, obtiver:

I – no mínimo 75% da frequência às atividades didáticas programadas para o período letivo;

II – média final (MF) igual ou superior a cinco no período letivo correspondente.

Art. 315 Não haverá abono de faltas, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 316 Será considerado aprovado na disciplina, com dispensa do exame final, o aluno que, cumprido a frequência mínima exigida, obtiver média parcial igual ou superior a oito.

Parágrafo único. A média parcial (MP) é obtida pela média aritmética de “N1” e “N2” ($MP = [N1+N2] / 2$).

Art. 317 Terá direito ao exame final (EF) o aluno que cumprir a frequência mínima exigida nas atividades acadêmicas e que não tiver obtido média parcial igual a zero.

Portanto, a avaliação da aprendizagem deverá ser coerente com os princípios da Universidade, ou seja, de forma processual, mediadora, formativa e contínua e permitir a verificação da aprendizagem do ponto de vista significativo, possibilitando ao aluno a aquisição dos conhecimentos específicos, das competências e habilidades propostas no diálogo professor-aluno.

A avaliação está intrinsecamente relacionada ao processo pedagógico e deve estar inserida de tal modo que valorize cada educando no seu nível de maturidade e compreensão. Deve ser usada como ferramenta durante todo o processo de aprendizagem e os instrumentos de avaliação precisam ser diversificados, com momentos de análise, reflexão, envolvimento e tomada de decisões, tanto do professor como do aluno.

O processo avaliativo deve ser capaz de verificar o domínio de conteúdo específicos de cada disciplina; a capacidade de estabelecer relações entre os conteúdos vistos no âmbito da mesma disciplina e entre os das demais disciplinas do currículo; o tipo de posicionamento do aluno frente ao conhecimento científico. O instrumento para avaliação da aprendizagem poderá incluir prova escrita, oral, prova prática, debates, trabalho de pesquisa, trabalho de campo, trabalho individual, trabalho em grupo, seminário, relatório ou outro, de acordo com a natureza do componente curricular, respeitando a autonomia docente e de acordo com a legislação interna para avaliação da aprendizagem (Regimento Geral da UFAC do Art. 278 ao 298).

6 AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS

Os processos de avaliação interna e externa estão previstos na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações.

Conforme a nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 065 de 09 de outubro de 2014, a autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e

organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

Dessa forma, o sistema de auto avaliação do Curso de Educação Física da Ufac observará indicadores de ensino, pesquisa e extensão e estará respaldado em indicadores quantitativos e qualitativos.

Os aspectos quantitativos que subsidiarão a avaliação do curso incidirão em dados de fluxo estudantil, como número de candidato vaga no processo seletivo, frequência, taxas de evasão, repetência, rendimento escolar, bem como dados semestrais das avaliações, realizadas pelos estudantes, das disciplinas cursadas e dos dados anuais das avaliações realizadas pela CPA – Comissão Própria de Avaliação, dentre outros que são comparados com os dados estatísticos oficiais fornecidos pelo INEP.

A avaliação dos docentes, dentro do processo de avaliação quantitativa - qualitativa, permitirá um acompanhamento das ações do professor por parte: dos discentes; do colegiado; da autoavaliação docente; Tutoria aos docentes em estágio probatório e avaliação das condições de trabalho.

Como aspectos qualitativos ocorrerão o acompanhamento da inserção do egresso do curso no mercado de trabalho, inclusive com o acompanhamento dos resultados dos concursos públicos, além de outros indicadores qualitativos tomados como referência a partir dos eventos pedagógicos que serão promovidos pelo curso de Educação Física, quando da ocorrência de debate acadêmico entre discentes, docentes e egressos.

7 GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A gestão do curso de Licenciatura em Educação Física será realizada pelo colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física, assim como o Núcleo Docente Estruturante NDE.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de acordo com a Resolução CONAES nº 01, de 17-07-2010, OF.CIRC.MEC/INEP/DAES/CONAES Nº 0074, de 31-08-2010 e o Regimento Geral da UFAC, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas, de natureza consultiva, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso de graduação. São atribuições do NDE:

- Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física.

A composição do NDE deve ser definida pelo Colegiado do curso de Licenciatura em Educação Física e terão em sua composição um mínimo de: 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente de cada curso; 60% (sessenta por cento) dos seus membros devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; e, 20% (vinte por cento) dos seus membros devem ter regime de trabalho integral.

Os docentes eleitos para o NDE, terão mandato de 03 (três) anos, sendo renováveis, respeitado o Regimento Geral da UFAC. O NDE será presidido por um de seus membros, eleito pela maioria, para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido.

O Colegiado será presidido pelo coordenador do curso ou seu vice coordenador, representantes docentes e por representantes discentes na proporção fixada em legislação vigente.

Será de competência do Colegiado de Curso e do NDE, cumprir e fazer cumprir as determinações estabelecidas no Regimento Interno do UFAC, assim como, gerenciar os resultados da autoavaliação institucional e autoavaliação do Curso.

Caberá ao colegiado do curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante, propor projetos que possibilitem estar continuamente avaliando a aprendizagem, gestão e Estrutura Curricular com o objetivo de:

- Analisar o resultado da autoavaliação do curso.
- Elaborar um plano de ações de melhorias ou manutenção a curto a médio e longo prazo.
- Garantir a instalação de metodologias que primem por planejamentos coletivos que visem integrar o máximo possível as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Estar acompanhando a implantação da estrutura curricular sempre em uma discussão aberta e coletiva.
- Acompanhar as orientações legais, teóricas e as necessidades práticas de forma a manter o currículo sempre atualizado.

A avaliação interna das disciplinas será realiza semestralmente por meio do preenchimento de um questionário disponível no Portal do Aluno disponibilizado pela Pró-Reitoria de Graduação, contando com uma análise crítica das disciplinas cursadas pelos

estudantes. Os dados resultantes da avaliação são tabulados, transformados em gráficos e disponibilizados às coordenações de cursos que, junto aos respectivos Núcleo Docente Estruturante (NDE), irão analisar e enviar os resultados aos colegiados. O objetivo é propor metas e estratégias voltadas para reduzir ou eliminar as fragilidades identificadas.

De maneira geral a autoavaliação do curso segue o padrão da avaliação externa do curso, entendendo que a mesma orienta de maneira apropriada as atividades avaliativas internas, além de facilitar o processo de geração de banco de dados e, posterior alimentação de sistemas avaliativos “online” no INEP.

Desta forma, quanto a abrangência, a avaliação deverá contemplar:

- A análise do projeto pedagógico do curso, do corpo docente e a infraestrutura utilizada de forma direta ou indireta pelo curso;
- A análise da infraestrutura, dos serviços e dos recursos humanos oferecidos para o curso;
- As áreas acadêmicas e pedagógicas, nos seus diferentes níveis hierárquicos.

Para tanto, os diferentes textos e ferramentas, com seus indicadores e critérios ficam organizados em três dimensões:

Dimensão 1: Organização didática e pedagógica

PDI, PPC, Gestão e Avaliação do Curso.

Dimensão 2: Corpo social

Dirigentes, Docentes, técnicos, discentes e egressos, prestadores de serviços gerais.

Dimensão 3: Infraestrutura física e logística

Instalações gerais e específicas, salas de aula, biblioteca, laboratórios, veículos e mecanismos diversos de funcionamento.

Outros aspectos gerais avaliados pelos diferentes agentes (alunos, professores e técnicos), são as instalações gerais e específicas, salas de aula, biblioteca, laboratórios, veículos e mecanismos diversos de funcionamento.

A avaliação deverá manter uma natureza formativa e utilizar diferentes instrumentos que resultarão em relatórios e análises qualitativas. As diferentes dimensões a serem avaliadas pelos diferentes agentes (alunos, professores, técnicos, coordenador, dentre outros) poderão ser subdivididas em CATEGORIAS. Para cada categoria existirão os INDICADORES, que são evidências quantitativas ou qualitativas, que, de uma forma simples ou complexa, caracterizam o estado da categoria. No Programa de Avaliação e Autoavaliação do Curso também devem existir questões de resposta aberta e textual onde os agentes poderão expressar suas críticas e sugestões.

8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)

Conforme o Regimento Geral da UFAC, o Estágio é uma atividade acadêmica específica, disciplinada pela legislação vigente. O estágio curricular obrigatório é aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso como componente curricular indispensável para integralização curricular. Assim o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Física, visa dar cumprimento aos dispositivos legais pertinentes, a Lei nº 11.788, de dezembro de 2008, na qual destacamos:

Art.1 Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art.2 O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art.3 O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2 da Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º da Lei e por menção de aprovação final.

O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Nestes termos, o Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório no curso de Licenciatura em Educação Física, e requer o cumprimento de determinadas exigências legais que autorizam a prática profissional. O estágio, ao ser considerado parte da estrutura curricular dos cursos de Graduação em Educação Física, e por integrar a carga horária dos cursos, torna-se pré-requisito para a obtenção do certificado de conclusão.

Atualmente a Resolução Nº 06/2018 do CNE, que institui as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Educação Física, estabelece:

CAPÍTULO III - DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 11 As atividades práticas da etapa específica da Licenciatura deverão conter o estágio supervisionado, bem como outras vinculadas aos diversos ambientes de aprendizado escolares e não escolares.

§ 1º O estágio deverá corresponder a 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física ao aprendizado em ambiente de prática real, e deverá considerar as políticas institucionais de aproximação ao ambiente da escola e às políticas de extensão na perspectiva da atribuição de habilidades e competências.

§ 2º O estágio deverá expressar e integrar o conjunto de atividades práticas realizadas ao longo do curso e ser oferecido, de forma articulada, com as políticas e as atividades de extensão da instituição com curso.

§ 3º Os graduandos em atividades de estágio deverão ter seu desempenho e aproveitamento avaliado por metodologia própria desenvolvida no âmbito do Projeto Pedagógico Curricular do Curso e do Projeto Institucional.

As exigências legais para a prática profissional e demais normativas não descritas no PPC, estão regulamentadas por meio do Regulamento de Estágio Obrigatório do Curso de Licenciatura em Educação Física (anexo 1).

9 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio não obrigatório, previsto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, poderá ser realizado voluntariamente pelo estudante para enriquecer a sua formação acadêmica e profissional, não podendo ter sua carga horária contabilizada para a integralização curricular.

Em consonância com Resolução CONSU nº 14, de 06 de dezembro de 2010, em seu art. 3º, parágrafo 2º - O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso o qual constitui atividade de formação acadêmico-profissional do aluno.

10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados, devendo ser feito sob a coordenação de um orientador.

Para todos os discentes do Curso de Licenciatura em Educação Física, o TCC representa uma atividade acadêmica avaliativa e obrigatória que consiste em um trabalho de ensino, pesquisa, prática assistencial ou educativa, orientado por um docente do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Acre, podendo ter um coorientador, desde que tenha aceitação do orientador principal.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo permitir uma imersão do aluno no campo de atuação profissional em educação física, dando embasamento sobre questões relevantes respaldadas em literatura pertinente.

O Trabalho poderá ser construído em qualquer período do curso, porém sua sistematização deverá ser realizada nas disciplinas TCC I e TCC II, durante o 6º e 8º períodos do curso, tendo como pré-requisito da disciplina de TCCI a disciplina de Metodologia da Pesquisa e pré-requisito da disciplina de TCC II a disciplina de TCC I.

O TCC poderá ser feito por até dois (2) alunos. Estes deverão cumprir o objetivo de propiciar aos acadêmicos do Curso a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido no decorrer do curso, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografias especializadas, aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica das diversas ciências e de sua aplicação e promoção da discussão de temas relevantes à Educação Física no contexto local, regional e nacional; desenvolver capacidades criativas, inovadoras, além da comunicação escrita, oral e gráfica; desenvolver aspectos humanos e éticos por meio da interação com outros profissionais e contribuir com o processo de avaliação da proposta pedagógica do curso de graduação em Educação Física.

A definição do Professor Orientador é de livre escolha do aluno, devendo o professor manifestar seu aceite por escrito, no formulário de “Termo de aceite de orientação”, incluindo coorientação, se houver.

O trabalho de TCC deve ter início no 6º (sexto) período do Curso de Educação Física na disciplina de TCC I, com a definição do tema, orientador e assinatura do Termo de Compromisso de Orientação, com a finalidade da elaboração do projeto de pesquisa. No final

do 6º (sexto) período, deverá ser realizada a apresentação do projeto para os professores que colaboram na disciplina e também para os demais alunos. No 8º (oitavo) período, na disciplina de TCC II, destinada a realização e conclusão da pesquisa, deverá ocorrer a defesa em apresentação pública do TCC.

A orientação do discente deverá ser realizada por um docente do curso de Educação Física da Universidade Federal do Acre (Resolução CNE nº 6, de 18 de dezembro de 2018, art. 25, alínea d), podendo ter um coorientador, desde que tenha aceitação do orientador principal.

Todo material científico produzido durante o TCC será considerado de domínio público, respeitando-se os direitos autorais, conforme disposto no Código Civil, Lei Ordinária nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998.

O TCC deverá ser apresentado no formato de monografia ou artigo científico, seguindo as diretrizes estabelecidas no regulamento de TCC (Anexo II).

O trabalho produzido deverá ser submetido a uma banca de avaliação, composta pelo orientador e dois membros convidados, respeitando, de forma obrigatória, as áreas de atuação dos professores previstas no PPC do curso. A banca do TCC deverá ser previamente aprovada pelo colegiado do curso.

O aluno se tornará apto a requerer a matrícula nas disciplinas de TCC I e após ter integralizado 2000 horas aula do currículo do Curso de Licenciatura em Educação Física.

Todas as competências, formulários e demais normativas não descritas no PPC, sobre o TCC do Curso de Licenciatura em Educação Física estão regulamentadas por meio do Regulamento de TCC (Anexo II).

11 CURRICULARIZAÇÃO DE EXTENSÃO

A curricularização das ações de extensão consiste na integralização de atividades extensionistas no processo formativo do discente. É a regida pela resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020, que regulamenta a curricularização das ações de extensão dos cursos de graduação da Universidade Federal do Acre (UFAC), para atender o estabelecido na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e dá outras providências, em especial a Meta 12, estratégia 12.7; a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Entende-se por Ação Curricular de Extensão (Acex) um conjunto de atividades planejadas e/ou desenvolvidas juntamente com a comunidade externa, com o objetivo de

desenvolver habilidades e competências previstas no currículo, nas quais os(as) estudantes serão protagonistas na organização e execução.

As Acex devem ter relevância acadêmica, científica e social e se efetivam por meio de “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante”, conforme disposto no art. 7º da Resolução nº 7/2018 MEC/CNE/CES, será incorporada à matriz curricular de forma indissociável com o ensino e a pesquisa integrando o percurso acadêmico do discente.

A curricularização das ações de extensão é obrigatória para todos os(as) estudantes, e será composta de no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular conforme disposto no art. 4º da Resolução nº 7/2018 MEC/CNE/CES.

A carga horária referente à curricularização das ações de extensão do Curso de Licenciatura em Educação Física, será integrada aos componentes curriculares teóricos e/ou práticos das disciplinas, excetuando atividades de estágios e trabalhos de conclusão de curso, e de forma dissociada das disciplinas, através de programas, projetos, curso de extensão, prestação de serviços e evento, desde que sigam as diretrizes da Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020, CEPEX.

Para efeito de curricularização da extensão nas atividades de ensino, estão definidas 18 (dezoito) disciplinas curricularizáveis (quadro 12), cujos componentes curriculares coadunam com a definição, princípios e modalidades previstos nessa da Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020/CEPEX, com definição de 8 horas de suas respectivas cargas horárias, para as ações de curricularização, totalizando 144 horas. De forma obrigatória, as Acex serão detalhadas nos planos de curso das referidas disciplinas e devem ser avaliadas progressivamente por meio da “N1” (nota 1) e “N2” (nota 2).

As Acex desenvolvidas dissociadas das disciplinas, serão ofertadas de forma periódica com carga horária total de 191 horas, divididas nos semestres letivos, (quadro 13). Para que as ações de extensão, realizadas de forma dissociadas das disciplinas sejam curricularizadas, há a necessidade de estarem integradas as ações de extensão do curso de Educação Física.

Quadro XV - Disciplinas definidas para a curricularização

CÓDIGO	DISCIPLINA NÚCLEO COMUM	CH
CCSD361	Aprendizagem motora	8
CCSD604	Atividades rítmicas e dança	8
CCSD605	Ginásticas competitivas	8
CCSD606	Atividades aquáticas I	8
CCSD607	Atividades aquáticas II	8

CCSD608	Atletismo I	8
CCSD609	Atletismo II	8
CCSD610	Basquetebol	8
CCSD611	Voleibol	8
CCSD612	Futebol	8
CCSD613	Futsal	8
CCSD614	Handebol	8
CCSD348	Cineantropometria	8
CCSD154	Introdução ao Estudo do Lazer	8
CCSD619	Ginástica na escola	8
CCSD620	Educação física no ensino infantil e fundamental I	8
CCSD621	Educação física no ensino fundamental II	8
CCSD622	Educação física no ensino médio e outras modalidades de ensino	8
TOTAL		144

Quadro XVI - Distribuição da Carga horária de Curricularização da Extensão, modelo dissociado da disciplina.

Modalidade	Título	Carga horária	Período de execução
Programa	-	-	-
Projetos	- Atividade Física na Promoção de Saúde;	336h	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º
	- Na ponta do pé: balé para crianças;	192h	5º, 6º e 7º
	- Idoso Ativo na Ufac;	192h	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º
	- Mexa-se com o voleibol;	192h	3º, 4º, 5º, 6º e 7º
	- Projeto nadar na Ufac;	192h	4º, 5º, 6º e 7º
	- Ginástica Rítmica na Ufac;	192h	6º e 7º
	- Malhando na Ufac;	336h	5º, 6º e 7º
	- Quem dança é mais feliz;	192h	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º
	- Avaliação Física e orientação nutricional;	336h	5º, 6º e 7º
- Beach tênis na Ufac;	192h	3º, 4º, 5º, 6º e 7º	
Prestação de serviços	-	-	-
Curso de Extensão	- Obesidade e emagrecimento	20h	7º
	- Curso de Elaboração e Gestão de projetos Esportivos Sociais	60h	5º
	- Políticas Públicas de Esporte e Lazer	60h	5º
Eventos	- CAFAC: Congresso de Atividades Físicas do Acre	60h	4º
	- Semana de Educação Física	60h	3º
	- Mostra de Dança da Ufac	40h	2º
	- Benefícios da prática de exercícios para portadores de diabetes	10h	5º

	- Benefícios da prática de exercícios para portadores de hipertensão	10h	6º
--	--	-----	----

Parágrafo único. O docente do curso de Educação Física poderá propor ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física, a inclusão de um programa e/ou projeto e/ou prestação de serviço e/ou curso de extensão e/ou evento para serem inseridos no rol de Acex dissociadas das disciplinas. Os projetos incluídos e suas respectivas cargas horárias, não poderão alterar a carga horária do curso e da curricularização da extensão, sendo apenas, mais possibilidades para os alunos cumprirem a carga horária mínima da curricularização. Caberá ao colegiado analisar e aprovar a solicitação.

Todas as competências, formulários e demais normativas das Acex, não descritas no PPC, estão normatizadas no regulamento de curricularização da Extensão do Curso de Licenciatura em Educação Física (anexo III).

12 LEGISLAÇÃO BÁSICA

12.1 Legislação Federal

- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e dá outras providências, em especial a Meta 12, estratégia 12.7; a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
- Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010 - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, normatiza o Estágio Curricular não Obrigatório.
- Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008 - que dispõe sobre o estágio de estudantes.
- Portaria SINAES Nº 1081, de 29 de agosto de 2008 - aprova em extrato o instrumento de avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

- Portaria Normativa/MEC n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2011. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
- Resolução CNE/CES Nº 3, de 02 de julho de 2007 – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

12.2 Normas e Legislação Institucional – UFAC

- Resolução nº 31, CEPEX, de 15 de dezembro de 2020. Normatiza a Curricularização das Ações de Extensão.
- Regimento Geral da UFAC – regulamenta os dispositivos constantes no Estatuto da Universidade Federal do Acre nos aspectos de organização e de funcionamento comuns aos vários órgãos e às instancias deliberativas.
- Resolução Reitoria nº 03, de 29 de janeiro de 2009, regulamenta no âmbito da UFAC a modalidade de estágio não-obrigatório, homologada pela Resolução CONSU nº 08, de 05 de fevereiro de 2009, determina a inclusão da modalidade de estágio não-obrigatório nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Acre.
- Resolução CONSU nº 09, de 05 de fevereiro de 2009, estabelece as Diretrizes para a Formação de Docentes da Educação Básica, em nível superior, dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Acre.
- Resolução Reitoria nº 06, de 30 de agosto de 2011, aprova ad referendum e estabelece normas para o horário de realização das Práticas e Estágios dos cursos de Graduação da UFAC, homologada pela Resolução CEPEX nº 026, de 14 de outubro DE 2011.

13 REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais – Curso de Educação Física. Resolução no 6, de 18 de dezembro de 2018, Conselho Nacional de Educação – Brasil, 2018

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Brasília, DF, 2007.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>

MOLINA NETO, V.; MOLINA, R. M. K. Identidades e perspectivas da Educação Física na América do Sul. In: BRACHT, V.; CRISORIO, R. A Educação Física no Brasil e na Argentina. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Prosul, 2003.

SILVA, R. N.; RUFATO, J. A. Educação Física no ensino a distância: uma revisão. Caderno Intersaberes, v. 9, n. 17, 2020. UNESCO (2020).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Estatuto UFAC. Rio Branco, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Plano de desenvolvimento institucional – PDI – 2011 a 2014, Rio Branco-Acre, dezembro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Regimento Geral. Rio Branco-Acre, dezembro, 2011.

ANEXOS

ANEXO I - Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Educação Física.

ANEXO II - Regulamento do TCC.

ANEXO III - Regulamento da Curricularização da Extensão.

ANEXO IV - Ata de aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física pelo Colegiado de Curso.

ANEXO V - Ata de aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física pela Assembleia de Centro.

ANEXO VI - Portaria de designação do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação Física.

ANEXO VII - Portaria de designação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física.

ANEXO VIII - Portaria de designação do Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DESPORTO

**REGULAMENTO DO ESTAGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO
DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA MODALIDADE EAD**

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento visa estabelecer as normas e diretrizes do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFAC, na modalidade de Educação a Distância – EAD, de acordo com o Regulamento Geral da Ufac, resolução nº 019, de 22 de maio de 2017 do CEPEX, que aprovar as normas gerais de estágio curricular supervisionado obrigatório para os cursos de graduação da Universidade Federal do Acre, e a lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispões sobre o estágio de estudantes.

CAPÍTULO II
DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 2º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de anos iniciais, dos anos finais do ensino fundamental, de ensino médio, da educação especial e, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Art. 3º O Estágio Supervisionado consiste em atividades nos diferentes campos de atuação profissional da área de Licenciatura em Educação Física.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 4º São Objetivos do Estágio:

- I - oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver experiências práticas no Campo de Estágio, a fim de melhor prepará-lo para o exercício da profissão, aprimorando sua capacidade criativa e de análise crítica;
- II - proporcionar ao aluno estagiário aplicar seus conhecimentos teóricos, motivando seus estudos e proporcionando-lhe contato com o futuro mercado profissional;
- III - contribuir para que o aluno se defina em face de sua futura profissão, percebendo eventuais deficiências e buscando seu aprimoramento;
- V - propiciar o relato das atividades realizadas, conforme metas previamente definidas;

CAPÍTULO IV DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado pode ser realizado em unidades de ensino de Educação Básica, pública ou privada; desde que sejam atendidas as seguintes exigências:

- I – os campos de estágio deverão estar devidamente conveniados com a Universidade Federal do Acre;
- II- existência de infraestrutura física, material e de recursos humanos;
- III- anuência do campo de estágio às condições de coordenação e avaliação do estágio;
- IV- aceitação das condições de realização do estágio como ação de parceria, visando à qualidade de formação humana e profissional do estagiário.

§ 1º Excepcionalmente, quando não houver um profissional de Educação Física habilitado a exercer a função de supervisor de estágio, o pedagogo ou o coordenador de ensino ou o próprio professor orientador de estágio poderá ser supervisor do campo de estágio, desde que haja anuência da coordenação do curso e da coordenação do estágio curricular supervisionado.

§ 2º Excepcionalmente as atividades de campo do Estágio Curricular Supervisionado poderão ser desenvolvidas em espaços de aprendizagem não formal, a critério da Coordenação de Estágio.

CAPÍTULO VI DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Art. 6º É obrigatória a formalização do Termo de Compromisso de Estágio, assinado pelo responsável legal da unidade concedente, pelo responsável legal da UFAC e pelo estagiário.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º Os (As) partícipes envolvidos (as) com o processo do Estágio Curricular Supervisionado são:

I - coordenador de estágio, docente da UFAC;

II - professor(a) orientador de Estágio Curricular Supervisionado, docente da UFAC;

III – estagiário(a), estudante da UFAC;

IV – supervisor do campo de estágio, regente de classe, profissional da instituição concedente de estágio.

§ 1º Os (As) profissionais envolvidos(as) com o processo de Estágio Curricular Supervisionado – coordenadores, professores(as) e regente de classe – devem ter formação acadêmica na área de conhecimento ou afins do curso.

CAPÍTULO VII

DO COORDENADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º O Coordenador do Estágio Supervisionado é o professor que administra e supervisiona de forma global a realização dos estágios.

Art. 9º São atribuições do Coordenador de Estágio Supervisionado:

I - promover a gestão pedagógica e administrativa do estágio supervisionado;

II - elaborar normas e diretrizes para a realização, acompanhamento e avaliação dos estágios;

III - coordenar e agilizar o intercâmbio dos Campos de Estágio, buscando oportunidades para o desenvolvimento dos estágios;

IV - realizar levantamento e organizar cadastro dos diversos campos de Estágios possíveis;

V - contatar e encaminhar ao Campo de Estágio a documentação necessária à sua viabilização;

VI - orientar e divulgar oportunidades e campos de estágio;

VII - encaminhar oficialmente o Professor Orientador e os acadêmicos aos respectivos Campos de Estágio;

VIII - manter contato regular com o Professor Orientador e com o Supervisor do campo de estágio, visando o aprimoramento das atividades de estágio;

IX - prestar assistência técnico-pedagógica, sempre que necessário, ao Professor Orientador e aos acadêmicos, fornecendo subsídios para a elaboração dos Relatórios de Estágio;

X - acompanhar a elaboração e cumprimento do cronograma fixado pelos orientadores;

XI - organizar a dinâmica e os trabalhos do Seminário de Avaliação;

- XII - manter vigilância quanto aos aspectos legais das atividades de estágio;
- XIII - garantir o fluxo de informações relativas ao desenvolvimento, acompanhamento e avaliação dos estágios;
- XIV - zelar pelo cumprimento da realização das atividades e respectivos prazos.
- XV - julgar os pedidos de aproveitamento de Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO VIII DO ORIENTADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 10 Orientador é o docente licenciado em educação física da UFAC que presta assessoria e orientação direta e indireta ao estagiário, durante todas as etapas da realização do Estágio.

Art. 11 São atribuições do Professor Orientador de Estágio:

- I – colaborar com o coordenador de estágio na seleção dos Campos de Estágio;
- II – conhecer o Campo de Estágio;
- III – participar da elaboração do plano de ensino do estágio supervisionado;
- IV - prestar assessoria técnica e pedagógica ao estagiário, durante todas as etapas do Estágio;
- V - organizar e sistematizar a operacionalização do Estágio;
- VI - orientar e avaliar os trabalhos acadêmicos pertinentes aos seus campos de estágio;
- VII - elaborar juntamente com o orientando o cronograma do seu campo de estágio e entrega dos trabalhos;
- VIII - preencher ficha de avaliação de desempenho e frequência do discente;
- IX - acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no Campo de Estágio;
- X - avaliar o desempenho do estagiário no Seminário de Avaliação;
- XI - assinar a ficha resumo do Campo de Estágio;
- XII - mediar qualquer questão relativa ao desenvolvimento do Estágio, entre o Estagiário e o Campo de Estágio, informando o Coordenador do Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO IX DO ESTAGIÁRIO

Art. 12 Estagiário é o acadêmico regularmente matriculado na disciplina de Estágio Supervisionado, aceito por pessoas jurídicas de direito público ou privado no âmbito escolar ou extraescolar, relacionado ao desenvolvimento de atividades pertinentes à formação do Licenciado em Educação Física.

Art. 13 O estagiário deverá evidenciar, ao longo das atividades do estágio, requisitos essenciais ao desempenho da profissão, tais como:

- I - comportamento dinâmico, crítico e criativo sobre a realidade circundante;
- II - capacidade de diagnosticar problemas e propor soluções, sugerindo e desenvolvendo ações, nos âmbitos escolar e/ou extraescolar, de acordo com perspectivas científico-educacionais contemporâneas;
- III - aprimoramento das capacidades intelectuais e sociais, como: criatividade, iniciativa, liderança, ética, sociabilidade e consciência de seu papel no contexto profissional.

Art. 14 O estagiário deve se apresentar no Campo de Estágio vestido com camisa com a logo da UFAC e com a identificação de estagiário nas costas, nas cores branca ou azul.

I – No caso da turma de estágio optar pela a escolha de um modelo específico, deverá consultar a coordenação de estágio.

Art. 15 São atribuições do estagiário:

- I - conhecer a legislação relacionada às atividades do estágio, ao Campo de Estágio e à área de atuação;
- II - cumprir as normas do presente regulamento;
- III - respeitar e cumprir as normas e procedimentos do Campo de Estágio;
- IV - providenciar a documentação necessária para início do estágio;
- V - ser assíduo e pontual nas atividades de estágio;
- VI - negociar com o local onde exerce atividade profissional, quando for o caso, requerendo liberação para cumprir a carga horária de estágio;
- VII - comunicar ao Professor Orientador quaisquer impedimentos para o desenvolvimento do Estágio, para que sejam tomadas as devidas providências;
- VIII - manter postura ética e profissional durante todas as etapas do processo de estágio, demonstrando atitudes e apresentação pessoal condizentes com a área de atuação;
- IX - manter sigilo quanto a informações e assuntos internos do Campo de Estágio, em qualquer situação ou atividade do estágio;
- X - elaborar o cronograma do campo de estágio e submetê-lo à aprovação do Professor Orientador;
- XI - acatar a orientação, recomendação e parecer avaliativo do Professor Orientador, do Coordenador do Estágio Supervisionado e do Supervisor de Campo do Estágio, assumindo e participando de todas as etapas do desenvolvimento do estágio;
- XII - cumprir integralmente as atividades/etapas previstas na proposta de estágio aprovada;

XIII - participar de outras atividades planejadas pelo Campo de Estágio durante o período de realização de estágio;

XIV - elaborar e submeter à apreciação do Professor Orientador os Relatórios de Estágio;

XV - responsabilizar-se pelos instrumentos/formulários de frequência, acompanhamento e avaliação das atividades de estágio e encaminhá-los ao Professor Orientador;

XVI - reformular os Relatórios de Estágio, quando for o caso, de acordo com as orientações do Professor Orientador.

CAPÍTULO X

DO SUPERVISOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 16 Supervisor de Campo de Estágio é o regente de classe, profissional habilitado designado pelo Campo de Estágio para dar apoio ao Estagiário e servir de intermediário entre o Campo de Estágio e a Instituição de Ensino.

Art. 17 São atribuições do Supervisor do Campo de Estágio:

I - orientar e acompanhar o estagiário no desenvolvimento das atividades de estágio, prestando orientações sobre as normas e procedimentos do Campo de Estágio;

II - apreciar e adequar à proposta de Estágio elaborado pelo Estagiário à realidade do Campo de Estágio;

III - preencher instrumentos/formulários de acompanhamento e avaliação do Estágio, dando vistas ao controle de frequência e Relatórios de Estágio;

IV - manter contato com o Coordenador do Estágio Supervisionado, solicitando reunião quando necessário;

V - zelar pela observância do convênio celebrado entre o Campo de Estágio e a UFAC.

CAPÍTULO XI

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 18 O Estágio Supervisionado para os alunos do curso de Licenciatura em Educação Física, é composto por uma carga horária de 675 (seiscentos e setenta e cinco) horas, deve ser cumprido nos vários segmentos da Educação Básica, da seguinte forma:

I - Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física I – 225 (duzentos e vinte e cinco) horas. Desenvolvimento de atividades na Educação Básica - Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Observação e análise da realidade escolar e do currículo, coleta de dados institucionais, atividades de docência, planejamento, acompanhamento de atividades de ensino,

seleção e organização de materiais curriculares e avaliação. Elaboração de relatório técnico-científico de estágio e socialização da experiência de estágio.

II - Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física II – 225 (duzentos e vinte e cinco) horas. Desenvolvimento de atividades na Educação Básica - Ensino Fundamental II. Observação e análise da realidade escolar e do currículo, coleta de dados institucionais, atividades de docência, planejamento, acompanhamento de atividades de ensino, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação. Elaboração de relatório técnico-científico de estágio e socialização da experiência de estágio.

III - estágio Curricular Supervisionado em Educação Física III - 225 (duzentos e vinte e cinco) horas. Desenvolvimento de atividades na Educação Básica - Ensino médio e outras modalidades de ensino. Observação e análise da realidade escolar e do currículo, coleta de dados institucionais, atividades de docência, planejamento, acompanhamento de atividades de ensino, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação. Elaboração de relatório técnico-científico de estágio e socialização da experiência de estágio.

Art. 19 Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas, conforme previsto na Resolução CNE-CP Nº. 2, de 01 de julho de 2015.

Art. 20 O Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física I, II e III, deverão contemplar atividades das seguintes naturezas de acordo com o plano de ação dos professores:

I - atividades de “observação” direta da intervenção pedagógica ocorrida nas aulas de Educação Física ou projetos a ela relacionados;

II - atividades de “participação” direta ou indireta da intervenção pedagógica ocorrida nas aulas de Educação Física ou projetos a ela relacionados;

III - atividades de “regência” na intervenção pedagógica ocorrida nas aulas de Educação Física ou projetos a ela relacionados;

IV - atividades que não envolvam diretamente a intervenção pedagógica, mas relacionadas às questões inerentes à Educação Física e à escola como um todo, tais como reuniões de planejamento, conselhos de classe, palestras, seminários, cursos de capacitação, visitas técnicas, eventos e festividades desenvolvidos na própria escola ou por ela organizados.

CAPÍTULO XII

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Considerando a Resolução nº 19, de 22 de maio de 2017, do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Ufac, que regulamenta os estágios curriculares obrigatório, destacamos o artigo 23, 24 e 25.

Art. 23 - A avaliação do estagiário ocorrerá de forma sistemática e contínua por parte do professor orientador, com a contribuição dos supervisores e profissionais do campo de estágio.

Art. 24 - A composição da nota de estágio curricular supervisionado obrigatório compreenderá as avaliações progressivas, verificando o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa de atividades do estágio.

§ 1º - Entende-se por avaliações progressivas aquelas feitas ao longo do período letivo, consideradas “N1” (nota 1) e “N2” (nota 2), objetivando verificar o rendimento do aluno em relação às atividades práticas realizadas no período do estágio.

§ 2º - As notas “N1” e “N2” corresponderão às atividades que serão definidas por cada regulamento de curso nos seus respectivos Projetos Pedagógicos Curriculares - PPCs.

Art. 25 - A frequência mínima exigida para o Estágio obedecerá ao estabelecido no Regimento Geral da Universidade Federal do Acre.

Art. 26 - Será considerado aprovado no Estágio o aluno que, cumprindo a carga horária mínima exigida, obtiver média aritmética parcial (N1 e N2) igual ou superior a 8,0 (oito) pontos ou obtiver média final (NF) igual ou superior a 5,0 (cinco).

§ 1º - O aluno que não alcançar a média parcial estabelecida no caput será submetido à aplicação de exame final prático.

§ 2º - A média final será obtida por meio da média aritmética da média parcial e da nota do exame final prático.

§ 3º - Não haverá realização de prova final de caráter teórico para o estágio curricular supervisionado obrigatório.

§ 4º - Em caso de não previsão de exame final prático no Projeto Pedagógico Curricular - PPC, a média final será a média aritmética das notas N1 e N2.

Art. 21 Para que o Aluno Estagiário seja considerado aprovado no Estágio Supervisionado, deverá cumprir satisfatoriamente todas as atividades apresentadas neste manual. Além do cumprimento da carga horária mínima (75%) da carga horária total em cada um dos segmentos de estágio, constituirão instrumentos parciais de avaliação do Estágio Supervisionado os seguintes documentos:

a) Planejamento do Estágio;

b) Avaliação do Supervisor de Estágio da Instituição Cedente;

c) Relatórios parciais e final de Estágio, segundo as normas da ABNT.

Art. 22 Será considerado reprovado no estágio o acadêmico que obtiver média inferior a cinco (5,0) no Estágio Supervisionado e/ou frequência inferior a 75% da carga horário do Estágio.

Art. 23 As atribuições para a primeira e segunda avaliação (N1 e N2) bem como a avaliação final ocorrerão:

I – Para a composição da nota 1 (N1), será considerado: cinco (5,0) pontos de organização do relatório parcial de estágio mais cinco (5,0) pontos de nota do desempenho do estagiário (nota atribuída pelo supervisor do campo de estágio).

II – Para a composição da nota 2 (N2), será considerado: quatro (4,0) pontos do relatório final de estágio, mais quatro (4,0) pontos de desempenho do estagiário (nota atribuída pelo supervisor do campo de estágio), mais dois (2,0) pontos da apresentação do seminário de estágio.

III – da avaliação final (NF). Terá direito a avaliação final o estagiário que não alcançar a média parcial estabelecida e ter cumprido o mínimo de 75% da carga horária do estágio. Para a avaliação Final, o discente será submetido à aplicação de exame final prático, conforme Art. 26 § 1º da resolução nº 19, de 22 de maio de 2017, do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Ufac.

§ 1º Entende-se por exame final prático a realização de 5 (cinco) aulas práticas no campo de estágio, referente aos conteúdos do estágio em questão. A avaliação será realizada pelo orientador do estágio supervisionado.

§ 2º Para a apresentação do seminário de estágio, é obrigatório a entrega do relatório final ao professor orientador.

§ 3º O relatório final deverá, de forma obrigatória, ser submetido na plataforma SIGES e entregue uma cópia impressa na coordenação do curso.

§ 4º Não haverá recuperação ou reposição de carga horária para o aluno que não obtiver a nota mínima exigida cinco (5,0), devendo o mesmo cursar novamente o estágio.

§ 5º Não será permitido reposição de carga horária, exceto em casos excepcionais, garantidos em lei ou aprovado pelo Colegiado.

CAPÍTULO XIII

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 24 O Estagiário deverá de forma obrigatória elaborar um relatório de estágio supervisionado, como requisito parcial para aprovação na disciplina Estágio Supervisionado do

Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Acre. O relatório deverá ser estruturado, segundo as normas da ABNT, com os seguintes componentes:

- Capa;
- Folha de Rosto;
- Sumário;
- Introdução;
- Apresentação da escola;
- Relatório descritivo;
- Conclusão;
- Referências;
- Anexos:

Anexo A - carta de apresentação para as escolas (plataforma siges)*.

Anexo B - termo de compromisso de estágio curricular supervisionado de ensino(plataforma siges)*.

Anexo C - ficha resumo das atividades de estágio.

Anexo D - relatório de observação de aulas.

Anexo E - relatório de participação em aula.

Anexo F - relatório de aulas ministradas/plano de aula.

Anexo G - ficha de avaliação do desempenho acadêmico realizada pelo professor da turma / supervisor).

Anexo H - ficha de avaliação do desempenho acadêmico realizada pelo professor orientador).

- Apêndices:

Art. 25 No relatório final de estágio os anexos e apêndices são componentes obrigatórios, tendo em vista que nestes estão registrados a rotina do estagiário e confirmação da presença e participação do mesmo nas atividades de estágio através das assinaturas dos profissionais da instituição cedente e da UFAC.

§ 1º Carta de apresentação, termo de compromisso, relatórios e fichas:

A – CARTA DE APRESENTAÇÃO

Obtida após cadastro no SIGES, disponível no endereço eletrônico:
<https://sistemas.ufac.br/estagios/>

B- TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE ENSINO.

D - RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE AULAS

ESCOLA:	
ENDEREÇO / BAIRRO:	
PROFESSOR SUPERVISOR:	
ALUNO ESTAGIÁRIO (REGENTE):	
ALUNO ESTAGIÁRIO (PARTICIPANTE):	
SÉRIE / TURMA:	PERÍODO:
NÚMERO DE ALUNOS:	
DATA:	HORÁRIO:
TEMA:	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A AULA:	

Rio Branco - Acre, ____ / ____ / ____ Estagiário: _____

E - RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM AULA

ESCOLA:

ENDEREÇO / BAIRRO:	
PROFESSOR SUPERVISOR:	
ALUNO ESTAGIÁRIO (REGENTE):	
ALUNO ESTAGIÁRIO (PARTICIPANTE):	
SÉRIE / TURMA:	PERÍODO:
NÚMERO DE ALUNOS:	TURMA:
DATA:	HORÁRIO:
TEMA:	
<p>CONSIDERAÇÕES SOBRE A AULA:</p> <p>Em que a sua participação foi mais relevante nesta aula?</p>	

Rio Branco – Acre ____/____/____

Estagiário _____

F - RELATÓRIO DE AULAS MINISTRADAS /PLANO DE AULA

ESCOLA:

ENDEREÇO / BAIRRO:	
PROFESSOR SUPERVISOR:	
ALUNO ESTAGIÁRIO:	
SÉRIE / TURMA:	PERÍODO:
NÚMERO DE ALUNOS:	TURMA:
DATA:	HORÁRIO:
TEMA:	
OBJETIVOS:	
CONTEÚDO:	
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:	
RECURSOS DIDÁTICOS:	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:	

Rio Branco -Acre ___/___ / _____

Estagiário: _____

G - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROFESSOR DA TURMA / SUPERVISOR

Escola: _____

Acadêmico: _____

Professor Supervisor: _____

	EXC	MB	BOM	REG	INS
1. Assiduidade					

2. Teve sempre ética profissional					
3. Respeitou os regulamentos da instituição					
4. Postura profissional					
5. Iniciativa e capacidade de liderança					
7. Tomou decisões adequadas ao momento					
8. Organizou adequadamente os conteúdos					
9. Demonstrou domínio dos conteúdos					
10. Utilizou vocabulário adequado ao nível da turma					
11. Adequação da explicação oral c/ os ex. Práticos					
12. Preparou antecipadamente os materiais					
13. Utilizou os recursos tecnológicos com segurança					
14. Variou a forma de participação dos alunos					
15. Envolveu a turma durante a aula					
16. Explicou e iniciou prontamente as atividades					
17. Corrigiu imediatamente os erros observados					
18. Evitou os problemas disciplinares					
19. Avaliou sempre os objetivos propostos na aula					
20. Manteve sempre uma interação com a turma					
21. Estimulou a criatividade do aluno					
22. Criou e estimulou atividades extraclases					
23. Cumpru o início e a duração da aula.					

Excelente Muito bom Bom Regular Insuficiente **NOTA**
9.1 – 100 7.6 – 9.0 5.6 – 7.5 3.1 – 5.5 00 – 3.0 _____

Estagiário Supervisor do Estágio
H- RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROFESSOR ORIENTADOR

Escola: _____

Acadêmico: _____

Professor Orientador: _____

	EXC	MB	BOM	REG	INS
1. Assiduidade					

2. Teve sempre ética profissional					
3. Respeitou os regulamentos da instituição					
4. Postura profissional					
5. Iniciativa e capacidade de liderança					
7. Tomou decisões adequadas ao momento					
8. Organizou adequadamente os conteúdos					
9. Demonstrou domínio dos conteúdos					
10. Utilizou vocabulário adequado ao nível da turma					
11. Adequação da explicação oral c/ os ex. Práticos					
12. Preparou antecipadamente os materiais					
13. Utilizou os recursos tecnológicos com segurança					
14. Variou a forma de participação dos alunos					
15. Envolveu a turma durante a aula					
16. Explicou e iniciou prontamente as atividades					
17. Corrigiu imediatamente os erros observados					
18. Evitou os problemas disciplinares					
19. Avaliou sempre os objetivos propostos na aula					
20. Manteve sempre uma interação com a turma					
21. Estimulou a criatividade do aluno					
22. Criou e estimulou atividades extraclases					
23. Cumpriu o início e a duração da aula.					

Excelente	Muito bom	Bom	Regular	Insuficiente	NOTA
100	7.6 – 9.0	5.6 – 7.5	3.1 – 5.5	00 – 3.0	_____

Estagiário

Orientador do Estágio

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 A relação professor orientador/aluno para Estágio Supervisionado será de 1 orientador para 10 (dez) alunos no máximo.

Art. 27 Dependendo do número de estagiários aceitos por cada instituição, o professor orientador deverá utilizar integralmente o horário concedido ao estágio para visitar os vários grupos conforme cronograma por ele elaborado.

Art. 28 A carga horária do professor orientador será computada integralmente, tendo em vista que o mesmo desenvolverá suas atividades com o grupo de acadêmicos ao qual ficou responsável, cumprindo o horário estabelecido para a disciplina Estágio Curricular supervisionado.

Art. 29 Não será permitido os Supervisores possuírem vínculo familiar com o aluno.

Art. 30 As questões omissas serão apreciadas e resolvidas pelo Colegiado.

Art. 31 Este regulamento compõe o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física, na modalidade EaD, e entrará em vigor a partir da aprovação junto ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DESPORTO

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA MODALIDADE EAD

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O TCC do curso de Licenciatura em Educação Física na modalidade EAD, é o espaço destinado à realização de pesquisa e/ou publicação científica, representando a culminância da produção intelectual do aluno. O trabalho consiste do estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento como forma de contribuir para o segmento da Licenciatura em Educação Física.

CAPÍTULO II
DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, devendo ser feito sob a coordenação de um orientador, podendo ser elaborado sob a forma de monografia ou artigo científico.

§ 1º Para todos os discentes do Curso de Licenciatura em Educação Física, o TCC representa uma atividade acadêmica avaliativa e obrigatória que consiste em um trabalho de ensino, pesquisa, prática assistencial ou educativa, desenvolvido sob a orientação acadêmica de um docente do curso de Educação Física da Universidade Federal do Acre (Resolução CNE nº 6 , de 18 de dezembro de 2018, art. 25, alínea d), podendo ter um co-orientador, desde que tenha aceitação do orientador principal.

§ 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo permitir uma imersão do aluno no campo de atuação profissional em educação física, dando embasamento sobre questões relevantes respaldadas em literatura pertinente. Tem por finalidade propiciar ao aluno:

- a) Estímulo à produção científica;
- b) Aprofundamento temático numa área da docência em Educação Física;
- c) Dinamismo das atividades acadêmicas;
- d) Desenvolvimento de sua capacidade científica e criativa na área de interesse;
- e) Realização de experiências de pesquisa e extensão;
- f) A relação entre teoria e prática;
- g) Interação entre o corpo docente e discente.

CAPÍTULO III DA ORIENTAÇÃO E DOS REQUISITOS GERAIS

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de Licenciatura em Educação Física é composto pelas disciplinas de TCC I e TCC II.

§ 1º Para se matricular na disciplina TCC I, o aluno deve ter cursado um mínimo de 2.000 horas aula, do currículo do Curso de Licenciatura em Educação Física e ter sido aprovado na disciplina de Metodologia da Pesquisa e para a disciplina TCC II ter sido aprovado na disciplina de TCC I.

§ 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) poderá ser construído em qualquer período do curso, porém sua sistematização deverá ser realizada nas disciplinas TCC I e TCC II, durante o 6º e 8º períodos do curso.

§ 3º No 6º (sexto) período do Curso, a disciplina de TCC I, será destinada a definição de temas, orientador, assinatura do Termo de Compromisso de Orientação, definição e elaboração do projeto de TCC. Ao final do 6º período, deverá ser realizada a apresentação do projeto de TCC, para os professores que colaboram na disciplina e também para os demais alunos.

§ 4º No 8º período, a disciplina de TCC II, será destinada a execução do projeto de TCC I, com a coleta, processamento, análise e publicação dos resultados do trabalho, sob orientação docente. Ao final do 8º período, em conformidade com calendário a ser publicado, deverá ocorrer a defesa em apresentação pública do TCC.

Art. 4º O TCC poderá ser desenvolvido por até dois (2) alunos e a definição do professor orientador dependerá da disponibilidade de vagas dos mesmos e da linha de pesquisa, a critério do Colegiado do Curso.

CAPÍTULO IV DA ORIENTAÇÃO E DOS REQUISITOS GERAIS

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizado através do “Termo de Compromisso” entre Professor/Orientador e Orientando. O Termo de Compromisso deverá ser entregue ao professor de TCC, devidamente assinado pelo orientador/a, assim como, pelo orientando no prazo determinado pelo professor de TCC.

Parágrafo único. Os Trabalhos de Conclusão de Curso são atividades de natureza acadêmica e pressupõem a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação, na forma prevista nas normas internas da UFAC, onde acontecerão encontros semanais de acordo com a carga horária da disciplina.

Art. 6º O acadêmico fará, por escrito, a indicação de um professor orientador (Termo de Compromisso) levando em consideração a área de atuação do curso de Licenciatura em Educação Física e os prazos estabelecidos pelo professor de TCC, no 6º período na disciplina de TCC I.

Art. 7º Caso o acadêmico não encontre nenhum docente que se disponha a assumir a sua orientação, deverá procurar o professor (a) da Disciplina de TCC, a fim de que este lhe indique um orientador/a.

Parágrafo único. Na indicação de docentes orientadores, o professor (a) de TCC deverá observar as áreas do Curso de Licenciatura em Educação Física e levar em consideração, sempre que possível, a distribuição de acordo com as áreas de interesse dos docentes, bem como a distribuição equitativa de orientandos.

Art. 8º A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do/a acadêmico/a, o que não exime o docente orientador de desempenhar, adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Parágrafo único. É obrigação do/a docente orientador/a verificar a originalidade da pesquisa e fidelidade das fontes pesquisadas e citadas no Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO V DOS DIREITOS E DEVERES DOS ORIENTADORES

Art. 9º Cada docente pode orientar, no máximo, 02 (dois) trabalhos acadêmicos por semestre. O Professor orientador terá alocado a sua carga horária 2 (duas) horas semanais por orientação, com teto máximo de 10 (dez) horas.

Art. 10 A desistência por parte do/a orientador/a será por ele formalizada, mediante documento dirigido ao professor de TCC, especificando as razões da desistência.

Parágrafo único. É da competência do professor de TCC a solução de casos especiais, podendo o mesmo, se entender necessário, encaminhá-los para o Colegiado do Curso.

Art. 11 O docente orientador/a tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

a) Encaminhar, através do acadêmico, os documentos devidamente assinados e exigidos por este Regulamento: Termo de Compromisso (Formulário 1); Ficha de Controle de Orientação (Formulário 2), necessários para cada orientação, durante as disciplinas de TCC I e TCC II.

b) Atender seus orientandos, semanalmente, em local e horário previamente definidos.

c) O/a orientador/a tem a responsabilidade oficial de acompanhar o desenvolvimento do trabalho e qualificá-lo ou não para apreciação da Banca Examinadora, encaminhando-o ao professor (a) de TCC;

d) Registrar a frequência do aluno, dirigir e coordenar as discussões durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho, obrigatoriamente na ficha “Ficha de Controle de Orientação”, como documento comprobatório do desempenho acadêmico e da frequência as orientações.

g) Comunicar ao professor (a) de TCC quando o/a acadêmico/a não comparecer regularmente às sessões de orientação ou apresentar trabalho insuficiente e solicitar seu desligamento da função de orientador/a;

h) A Ficha de Controle de Orientação deverá ser encaminhada pelo professor-orientador ao professor (a) de TCC, assim que encerrar o período de orientação nas disciplinas de TCC I e TCC II;

i) Quando um orientando não comparece regularmente às sessões de orientação ou apresentar trabalho insuficiente o orientador pode comunicar o fato ao professor de TCC pedir seu desligamento da função.

j) Comparecer ao local de orientação nos dias e horários estabelecidos para prestar as devidas orientações ao acadêmico/a, comprometendo-se em auxiliar na definição da temática a ser estudada, no desenvolvimento do tema e na elaboração e apresentação do TCC;

k) Estabelecer a data de apresentação do projeto ao final da disciplina de TCC I e data da defesa pública do TCC ao final da disciplina de TCC II (levando em consideração o calendário acadêmico e cronograma do Professor de TCC, nas referidas disciplinas) e a composição da banca examinadora;

l) Participar das apresentações dos projetos de TCC na disciplina de TCC I e na defesa de TCC na disciplina de TCC II, para as quais estiver designado;

- m) Encaminhar o trabalho de TCC do discente em formato digital à banca examinadora com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco dias) da data da defesa pública.
- n) Preencher e assinar juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, a Ata de Defesa Pública do TCC e entregá-la ao professor (a) de TCC ao final da sessão de apresentação;
- o) Ao término da disciplina de TCC II, entregar ao professor (a) de TCC, 01 (uma) cópia do trabalho de TCC em formato digital (PDF) e uma cópia impressa, acompanhado da ata de defesa devidamente assinada pelos membros da banca examinadora para registro e publicação da nota do discente;
- p) Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ORIENTANDOS

Art. 12 É considerado acadêmico em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso, todo aquele que estiver matriculado nas disciplinas de TCC I e TCC II.

Art. 9º O acadêmico em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso tem, dentre outros, os seguintes deveres específicos:

- a) Frequentar as aulas da disciplina de TCC I e TCC II;
- b) Manter contatos semanais, com o orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa.
- c) A desistência, por parte do acadêmico, de seu orientador de TCC será por ele formalizada, mediante documento dirigido (Formulário 3) ao professor (a) de TCC, especificando as razões da desistência.
- d) Cumprir o Cronograma de Atividades divulgado pelo professor (a) nas disciplinas de TCC I e TCC II e por seu orientador para entrega do TCC e demais apêndices que o compõem;
- e) Trabalhar de comum acordo com seu orientador, formalizando a orientação perante o professor (a) da disciplina de TCC I.
- f) Elaborar a versão final do trabalho, de acordo com o presente Regulamento, normas da ABNT, ou nas normas de uma revista científica, quando o TCC for formatado na forma de um artigo científico.
- g) Comparecer no dia, hora e local determinados para a apresentação do projeto na disciplina de TCC I e na defesa pública do TCC, na disciplina de TCC II, com no mínimo 30 minutos de antecedência.

- h) No caso de ocorrências excepcionais no decorrer da apresentação do projeto e/ou TCC, o orientador poderá suspender a sessão, fixando, se necessário, nova data para a apresentação, observando o prazo constante no Calendário Acadêmico;
- i) Entregar no prazo de 5 (cinco dias) ao orientador a Versão Final do TCC com as correções sugeridas pela banca examinadora.
- j) Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 10º Caberá recurso do acadêmico em TCC após resultado deferido em Defesa Pública pela Banca Examinadora, somente ao Colegiado do Curso de Educação Física, no prazo de 24 horas a contar da data e hora da defesa.

Parágrafo único. Da decisão do Colegiado do Curso, caberá recurso às instâncias devidas de acordo com o Regimento Geral da UFAC.

CAPÍTULO VII DAS PENALIDADES

Art. 15 Todos os acadêmicos matriculados na disciplina de TCC I e TCC II, deverão cumprir os prazos previstos neste regulamento e normas suplementares divulgadas no cronograma da disciplina, em caso contrário, estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) O acadêmico que não observar o prazo de entrega do Termo de Compromisso de Orientação, divulgado pelo professor da disciplina de TCC I, não poderá cursar a disciplina;
- b) O acadêmico que não observar o prazo de entrega do TCC, na disciplina de TCC II, determinado pelo professor (a) de TCC, estará automaticamente reprovado;
- c) Caso seja constatado e devidamente comprovado qualquer tipo de plágio o acadêmico será automaticamente reprovado na disciplina, mesmo que o acadêmico já tenha apresentado e defendido seu TCC.

CAPÍTULO VIII DA BANCA EXAMINADORA

Art. 16 A versão final do trabalho de TCC, será defendida pelo acadêmico/ perante Banca Examinadora composta por três examinadores devendo ter formação compatível com o tema pesquisado a que se refere o trabalho. A Banca Examinadora será composta pelo orientador e mais dois professores avaliadores indicados pelo orientador e aprovados pelo Colegiado do Curso.

§ 1º A apresentação do TCC é aberta ao público.

§ 2º Não podendo comparecer algum dos professores designados para a Banca Examinadora, este deve justificar por escrito ao orientador o motivo de sua ausência e enviar a avaliação do trabalho através de parecer por escrito. Nestes casos excepcionais a Banca Examinadora poderá executar seus trabalhos com dois membros presentes.

§ 3º A apresentação oral de defesa do TCC na disciplina de TCC II, deverá ser efetuada pelo(s) acadêmico(s) que produziu o trabalho. No caso de impedimento, legalmente justificado, o orientador fixará nova data de apresentação, observando os prazos do calendário acadêmico.

§ 4º O acadêmico que desistir da apresentação oral, sem nenhuma justificativa, estará automaticamente reprovado.

Art.17 Poderão ser convidados para participar das Bancas Examinadoras professores da Universidade Federal do Acre ou de outras instituições de ensino superior respeitando suas respectivas áreas de atuação, desde que tenham seus nomes aprovados pelo colegiado do curso.

CAPÍTULO X DA DEFESA E AVALIAÇÃO

Art. 18 As sessões de Defesa Oral do TCC deverão ser públicas e poderão ser realizadas de forma presencial ou virtual.

Parágrafo único: No caso da apresentação virtual, na ocorrência de problemas de ordem técnicas como quedas de energia, interrompimento de sinal de internet, dentre outros, será agendada nova data de defesa pelo prof. Orientador para a devesa do trabalho de TCC.

Art. 19 O professor da disciplina de TCC II deverá elaborar um calendário em conformidade com o calendário acadêmico para defesa e entrega dos trabalhos de conclusão de curso.

Art. 20 Na defesa do TCC o acadêmico terá até 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho para a Banca Examinadora. Cada avaliador da Banca Examinadora terá de 05 a 10 minutos para fazer suas considerações e arguições, as quais deverão ser respeitadas e livres de interrupções, dispondo ainda o/a acadêmico/a de outros de 05 a 10 minutos para responder aos questionamentos.

Art. 21 Não deverá haver qualquer tipo de manifestação do professor orientador durante a apresentação do TCC ou durante a arguição dos colegas avaliadores. Este poderá manifestar-se enquanto membro da Banca Examinadora no seu momento de considerações e arguições.

Art. 22 A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração os critérios que constam nas Fichas de Avaliação do TCC.

Art. 23º As Avaliações dos TCC's serão feitas pelos Professores Orientadores e Avaliadores, sendo todos os membros da Banca Examinadora – Orientador + 2 Avaliadores.

CAPÍTULO X DA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS

Art. 24 As notas nas disciplinas de TCC I e TCC II do curso de Licenciatura em Educação Física Licenciatura na modalidade EAD, serão atribuídas da seguinte forma:

§ 1º Para a disciplina de TCC I, a composição de nota N1 e N2 será em conformidade com o previsto no cronograma da disciplina e em consonância com as normas e regimento da UFAC.

§ 2º Para a disciplina de TCC II, a composição de nota N1 e N2 será o resultado da média aritmética atribuída pela banca examinadora após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração os critérios que constam nas Fichas de Avaliação do TCC.

Art. 25 A validação da NOTA atribuída pela Banca Examinadora, na disciplina de TCCII, ficará condicionada à entrega da Versão Final do trabalho, com as devidas alterações sugeridas pela Banca, no prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data de Defesa Pública respeitando o que está estabelecido no cronograma divulgado pelo professor de TCC.

Parágrafo único. Para aprovação na disciplina de TCCII, o acadêmico deverá obter nota igual ou superior a 8,0 (oito) na média aritmética das notas individuais atribuídas pela Banca Examinadora.

CAPÍTULO XI DA ENTREGA DA VERSÃO FINAL

Art. 26 A versão final e corrigida do TCC, após as respectivas defesas perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue ao orientador de TCC em formato digital (PDF) e uma cópia impressa.

CAPÍTULO XII NORMATIZAÇÃO DO TCC, TERMOS E FICHAS DE AVALIAÇÃO

Art. 27 O TCC deverá de forma obrigatória ser elaborado sob a forma de monografia ou artigo científico, na qual deverá ser redigido:

§ 1º Monografia:

NBR: ABNT NBR 6023 2018 ou suas respectivas atualizações.

O texto deve ser apresentado com um mínimo de 15 e um número máximo de 25 páginas. Serão excluídas da contagem as páginas anteriores ao resumo, referências, apêndices e anexos.

A estrutura da monografia definida neste regulamento compõe-se de:

Elementos	Obrigatório	Opcional	Paginação
Pré-textuais	Capa Folha de rosto Folha de Aprovação Resumo na língua vernácula Resumo em língua inglesa Sumário	Errata Dedicatória Agradecimentos Epígrafe Lista de Ilustrações Lista de tabelas Lista de abreviaturas e siglas	A capa não conta e não numera. A partir da folha de rosto conta e não numera.
Textuais (Monografia)	Introdução Desenvolvimento Conclusão	-	Conta e numera
Pós-textuais	Referências	Apêndice (s) Anexo (s) Glossário Índice	Conta e numera

§ 2º Artigo científico:

A estrutura do artigo científico definida neste regulamento compõe-se de:

Elementos	Obrigatório	Opcional	Paginação
Pré-textuais	Capa Folha de rosto Folha de Aprovação Sumário	Errata Dedicatória Agradecimentos Epígrafe Lista de Ilustrações Lista de tabelas Lista de abreviaturas e siglas	A capa não conta e não numera. A partir da folha de rosto conta e não numera.
Textuais (Artigo)	- Apresentação - Artigo	-	Conta e numera
Pós-textuais	- Normas da revista - Norma da ABNT.	Apêndice (s) Anexo (s) Glossário	Conta e numera

		Índice	
--	--	--------	--

a) Elementos pré-textuais:

- Capa - elemento externo do trabalho que protege o seu conteúdo e deve conter: nome da instituição, nome (s) do (s) aluno (s), título do trabalho e subtítulo se houver, e o local, mês e ano. Igual a apresentada no projeto de pesquisa. Curso de Licenciatura Em Educação Física.

- Folha de rosto - no anverso, deve constar de: nome (s) do (s) autor (es), título e subtítulo, natureza do trabalho (Trabalho de Conclusão de Curso), grau pretendido (licenciatura), nome da instituição, nome do orientador e/ou coorientador e o local, mês e ano.

A ficha catalográfica deve constar no verso e na parte inferior da folha de rosto.

A mesma deve ser confeccionada na Biblioteca da UFAC.

- Errata - lista de páginas e linhas indicando a ocorrência de erros, que deve vir logo após a página de rosto.

d) Folha de aprovação - deve constar de: nome (s) do (s) autor (es), título e subtítulo, natureza do trabalho (Trabalho de Conclusão de Curso), grau pretendido (bacharel), nome da instituição, data de aprovação do trabalho, nome, titulação e instituição e dos membros da banca examinadora.

- Dedicatória - nesta folha, o autor presta homenagem ou dedica seu trabalho a alguém que contribuiu de alguma forma para a realização do trabalho.

- Agradecimentos - espaço destinado para o autor fazer agradecimentos àqueles que contribuíram de maneira relevante para a concretização do trabalho.

- Epígrafe - pensamento ou frase que serve de tema à abertura do trabalho, podendo ser do próprio autor ou de outros.

- Resumo na língua vernácula - destaca os pontos relevantes do trabalho (objetivo, métodos empregados, resultados e conclusões), devendo conter até 500 palavras, ser redigido em parágrafo único, sem tabulação, preferencialmente na 3ª pessoa do singular e na voz ativa. Pode ser apresentada na forma estruturada, quando os elementos principais (objetivo, metodologia, resultados e conclusão) são destacados em negrito. Deve ser seguido pelas três palavras-chave.

- Resumo em língua estrangeira - tradução do resumo em inglês (Abstract) ou espanhol (Resumen). Sendo seguido logo abaixo pelas três palavras-chave na língua de escolha do resumo.

- Listas - usadas quando há um número significativo de elementos ilustrativos ou explicativos como lista de tabelas, de ilustrações, de abreviaturas e siglas, de símbolos. Todas as listas

seguem a ordem de apresentação no texto do elemento, exceto a lista de abreviaturas, que segue ordem alfabética.

- Sumário - enumeração das principais divisões, seções e partes do trabalho, obedecendo mesma ordem e grafia com que são apresentadas no texto, acompanhadas do respectivo número de página. É o último elemento pré-textual e as partes são enumeradas em algarismos arábicos a partir da introdução.

b) Elementos textuais: (Modelo Monografia)

- Introdução - Parte inicial do texto, onde devem constar a delimitação do assunto tratado e outros elementos necessários para situar o tema do trabalho.

- Desenvolvimento - Parte principal do texto, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto.

- Conclusão - Parte final do texto, na qual se apresentam conclusões correspondentes aos objetivos ou hipóteses.

c) Elementos textuais: (Modelo Artigo)

- Apresentação - Parte inicial do texto, onde devem constar a delimitação do assunto tratado e outros elementos necessários para situar o tema do trabalho.

- Artigo – Versão completa do trabalho, seguindo as normas da revista científica ao qual será submetido e ou da ABNT.

d) Elementos pós-textuais:

- Referências – As referências são elaboradas de acordo com a ABNT NBR 6023:2002

- Apêndices - texto ou documento elaborado pelo autor (questionários, formulários, relatórios de entrevista...).

- Anexos - texto ou documento não elaborado pelo autor (parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, legislação, textos...).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO DESPORTO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - EAD

TERMO DE COMPROMISSO
PROFESSOR ORIENTADOR / ACADÊMICO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Tendo em vista a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado _____, do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Acre - UFAC, Campus Universitário de _____, eu, _____ Professor (a) Orientador (a), comprometo-me em orientar e acompanhar esse trabalho.

Eu, _____, Acadêmico (a) do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Acre - UFAC, Campus Universitário de _____, matrícula nº _____ declaro aceitar a metodologia do trabalho, as orientações e recomendações do Professor Orientador, bem como, declaro ter conhecimento das normas referentes ao desenvolvimento do TCC.

Rio Branco Acre, _____ de _____ de _____

Professor(a) Orientador (a)

Acadêmico (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO DESPORTO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - EAD

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE TCC

Nome do Acadêmico: _____

Nome do Professor Orientador: _____

Título do TCC: _____

Data	Descrição	Visto do acadêmico	Visto do Professor

Rio Branco Acre, _____ de _____ de _____

Professor(a) Orientador (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO DESPORTO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - EAD

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC

Candidato: _____

Título do TCC: _____

Data: _____, Horário; Início: _____ Término: _____

ELEMENTOS PARA AVALIAÇÃO	DETALHAMENTO	ESCALA DE OCORRÊNCIAS			PONTOS	PONTUAÇÃO
		sim	Em parte	não		
Regulamento do TCC	1.Segue as normas gerais do trabalho de conclusão de curso.				1,0	
	2.Segue as normas quanto a estrutura da monografia e/ou artigo.				0,5	
Da estrutura do TCC	1.O título está de acordo com o tema.				1,0	
	2.Existe relevância no tema apresentado.				0,5	
	3.Tem valor científico.				1,0	
Da defesa do TCC	1.Introduz o assunto de forma clara.				0,5	
	2.Desenvolve o tema com profundidade.				1,0	
	3.Dá sequência lógica ao assunto.				0,5	
	4.Fundamenta as afirmações que faz.				1,0	
	5.Apresenta Conhecimento sobre o tema.				1,0	
	6.Emprega a linguagem técnica.				0,5	
	7.Utiliza adequadamente os recursos didáticos.				0,5	
Conclusão	1.Consegue deixar claro os aspectos fundamentais do tema.				1,0	
Total de pontos						

Observação: _____

Nome do Avaliador: Prof. _____

Membro Avaliador



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -TCC

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, reuniu-se a banca examinadora, composta pelos professores _____, por meio de web conferência, através da plataforma _____, no link: _____, para avaliar a defesa de TCC do(s) discente(s) _____, visando a obtenção de título de Licenciado em Educação Física.

Após a defesa do TCC intitulado: _____, a banca examinadora passou a arguição do(s) discente(s) _____, e em seguida, reuniu-se para atribuir as notas, cujas planilhas seguem em anexo a esta Ata. O resultado ficou da seguinte forma:

Notas da Banca Examinadora

ASSINATURAS		NOTA
_____ Prof.	(Presidente)	
_____ Prof.	(Membro)	
_____ Prof.	(Membro)	
Nota Final		

A validação da média da Banca fica condicionada à entrega da versão final do TCC, com as devidas alterações apontadas pela Banca Examinadora, no prazo de 5 dias.

Para constar, eu, _____, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme foi assinada pelos membros da comissão examinadora. Sem mais nada a tratar, subscrevemo-nos.

Rio Branco – Acre, ____ de _____ de ____.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 Fica vedado ao professor da disciplina de TCC, o lançamento de notas de defesas cujas bancas não tenham sido aprovadas pelo colegiado do curso.

Art. 29 Os casos omissos neste regulamento serão deliberados pelo colegiado do curso.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas de documentação. Rio de Janeiro: ABNT.

ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1989. 180 p.

FACULDADE DE MEDICINA DE CAMPOS. Manual de elaboração e apresentação de trabalhos monográficos. Campos dos Goytacazes, 2002. 53 p.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 214 p.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DESPORTO

**REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA MODALIDADE
EAD**

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento visa estabelecer as normas e diretrizes sobre a curricularização da extensão no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Acre, de acordo com as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e o que regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE/2014-2024 e Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFAC.

CAPÍTULO II
DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 2º Entende-se por Ação Curricular de Extensão (Acex) um conjunto de atividades planejadas e/ou desenvolvidas juntamente com a comunidade externa, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências previstas no currículo, nas quais os(as) estudantes são protagonistas na organização e execução. As Acex têm relevância acadêmica, científica e social e se efetivam por meio de “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante”, conforme disposto no art. 7º da Resolução nº 7/2018 MEC/CNE/CES.

Art. 3º A curricularização das ações de extensão do curso de Licenciatura em Educação Física EAD é obrigatória para todos os(as) estudantes, composta, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular conforme disposto no art. 4º da Resolução nº 7/2018 MEC/CNE/CES, totalizando 335 horas.

Art. 4º A carga horária referente à curricularização das ações de extensão do Curso de Licenciatura em Educação Física, será integrada aos componentes curriculares teóricos e/ou práticos das disciplinas, excetuando atividades de estágios e trabalhos de conclusão de curso, e de forma dissociada das disciplinas, através de programas, projetos de extensão, curso de Extensão, prestação de serviços e eventos, desde que siga as diretrizes da Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020, CEPEX e previstas neste regulamento.

Art. 5º A distribuição da Carga Horária de Curricularização da Extensão deverá ser ofertada considerando o disposto no Art. 7 da Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020, que regulamenta a curricularização das ações de extensão dos cursos de graduação da Universidade Federal do Acre (Ufac), no qual destacamos:

Art. 7º Por seu caráter acadêmico de formação, as Acex devem se efetivar com a participação ativa de estudantes, ao longo de sua formação acadêmica e integralizadas até o final do penúltimo semestre do curso da graduação, de modo a oportunizar vivências de ensino e aprendizagem, a partir da interlocução com as demandas e desafios enfrentados por comunidades, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

§ 1º A carga horária relativa à participação dos(as) discentes como ouvintes ou apenas como público-alvo nas ações de extensão não pode ser integralizada como Acex, podendo ser aproveitada no componente curricular denominado como Atividade Complementar (AC), ou, de acordo com as normativas de cada PPC.

CAPÍTULO III

DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 6º Para efeito de curricularização da extensão nas atividades de ensino, estão definidas 18 (dezoito) disciplinas curricularizáveis (quadro 1), cujos componentes curriculares coadunam com a definição, princípios e modalidades previstos na Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020/CEPEX, com definição de 8 horas de suas respectivas cargas horárias, para as ações de curricularização, totalizando 144 horas, devendo ser ofertadas do 1º ao 7º semestre.

Art. 6º As Acex serão detalhadas nos planos de curso das referidas disciplinas e devem ser avaliadas progressivamente por meio da “N1” (nota 1) e “N2” (nota 2).

Art. 7º As Acex, vinculadas às disciplinas, devem ser executadas preferencialmente no mesmo turno de ocorrência do curso de graduação.

Quadro 1. Disciplinas definidas para a curricularização

CÓDIGO	DISCIPLINA NÚCLEO COMUM	CH
CCSD361	Aprendizagem motora	8
CCSD604	Atividades rítmicas e dança	8
CCSD605	Ginásticas competitivas	8
CCSD606	Atividades aquáticas I	8
CCSD607	Atividades aquáticas II	8
CCSD608	Atletismo I	8
CCSD609	Atletismo II	8
CCSD610	Basquetebol	8
CCSD611	Voleibol	8
CCSD612	Futebol	8
CCSD613	Futsal	8
CCSD614	Handebol	8
CCSD348	Cineantropometria	8
CCSD154	Introdução ao Estudo do Lazer	8
CCSD619	Ginástica na escola	8
CCSD620	Educação física no ensino infantil e fundamental I	8
CCSD621	Educação física no ensino fundamental II	8
CCSD622	Educação física no ensino médio e outras modalidades de ensino	8
TOTAL		144

CAPÍTULO IV

DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DISSOCIADAS DAS DISCIPLINAS

Art. 8º Parte das atividades de curricularização da extensão ocorrerá de forma dissociada das disciplinas sendo ofertadas de forma periódica do 1º ao 7º semestre.

Parágrafo único. Para que as Acex, realizadas de forma dissociadas das disciplinas, sejam curricularizadas, há a necessidade de estarem integradas as ações de extensão discriminadas por este regulamento e devidamente aprovadas em colegiado do curso.

Art. 9º As Acex obrigatoriamente deverão ser gratuitas, tais como todas as atividades de extensão, efetivadas nas modalidades programas, projetos, cursos, prestação de serviços e eventos, que sigam uma das oito áreas temáticas da extensão: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, trabalho, tecnologia e produção.

Art. 10º As Acex dissociadas das disciplinas são assim definidas:

I – Programa: é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado às atividades de pesquisa e ensino,

com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

II – Projeto: é compreendido como a ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado;

III - Curso de Extensão: é a ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e critérios de avaliação definidos;

IV - Prestação de Serviço: diz respeito à realização de trabalho ofertado pela Instituição de Ensino Superior. A prestação de serviço se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem. Quando a prestação de serviço é oferecida como “projeto” ou “curso” deve ser registrada como tal;

V – Evento: refere-se à ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade.

Art. 11 No quadro 02 estão destacados os programas, projetos, cursos de extensão, prestação de serviços e eventos, que serão disponibilizados aos discentes assim como o período de realização das atividades, para a integralização da carga horária mínima exigida das ações de Acex.

Quadro 2 - Distribuição da Carga horária de Curricularização da Extensão, modelo dissociado da disciplina.

Modalidade	Título	Carga horária	Período de execução
Programa	-	-	-
Projetos	- Atividade Física na Promoção de Saúde;	336h	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º
	- Na ponta do pé: balé para crianças;	192h	5º, 6º e 7º
	- Idoso Ativo na Ufac;	192h	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º
	- Mexa-se com o voleibol;	192h	3º, 4º, 5º, 6º e 7º
	- Projeto nadar na Ufac;	192h	4º, 5º, 6º e 7º
	- Ginástica Rítmica na Ufac;	192h	6º e 7º
	- Malhando na Ufac;	336h	5º, 6º e 7º
	- Quem dança é mais feliz;	192h	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º
	- Avaliação Física e orientação nutricional;	336h	5º, 6º e 7º
- Beach tênis na Ufac;	192h	3º, 4º, 5º, 6º e 7º	
Prestação de serviços	-	-	-
	- Obesidade e emagrecimento	20h	7º

Curso de Extensão	- Curso de Elaboração e Gestão de projetos Esportivos Sociais	60h	5°
	- Políticas Públicas de Esporte e Lazer	60h	5°
Eventos	- CAFAC: Congresso de Atividades Físicas do Acre	60h	4°
	- Semana de Educação Física	60h	3°
	- Mostra de Dança da Ufac	40h	2°
	- Benefícios da prática de exercícios para portadores de diabetes	10h	5°
	- Benefícios da prática de exercícios para portadores de hipertensão	10h	6°

Parágrafo único. O docente do curso de Educação Física poderá propor ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física, a inclusão de um programa e/ou projeto e/ou prestação de serviço e/ou curso de extensão e/ou evento para serem inseridos no rol de Acex dissociadas das disciplinas, em qualquer tempo. Caberá ao colegiado analisar e aprovar a solicitação.

CAPÍTULO V DA CERTIFICAÇÃO DAS ACEX

Art. 12 As Acex serão certificadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex), sendo de responsabilidade do professor do projeto o cadastro na Plataforma de Ações de Extensão e Cultura (Paec), seguindo o disposto neste regulamento e as demais orientações contidas nas normativas que regulamentam as ações de extensão.

Parágrafo único. No caso de certificados emitidos por outras IES credenciadas pelo MEC, o(a) estudante deverá solicitar a validação da carga horária junto ao Colegiado do Curso, para fins de cômputo e integralização curricular.

Art. 13 Para além das atividades descritas no artigo 10 deste regulamento e para efeitos de validação e aproveitamento, o discente poderá realizar Ações Curriculares de Extensão (Acex) em outros cursos de graduação da Ufac, assim como em ações de extensão realizadas por intermédio de editais ou em outras Instituições de Ensino Superior, devendo as mesmas constarem nos programas das disciplinas em que poderão ser realizadas.

Parágrafo único. Poderá ser concedido aproveitamento de estudos nos seguintes casos:

I - Se houver compatibilidade de carga horária, ementa e créditos; o aproveitamento se dará em

conformidade com o art. 327 do Regimento Geral da Ufac, desde que a disciplina possua a mesma carga horária e compatibilidade das atividades de curricularização, e que não haja nenhum prejuízo referente a grade da disciplina e/ou à execução da ação de extensão;

II - Não havendo compatibilidade das atividades e carga horária de extensão entre as disciplinas; o aproveitamento ficará condicionado à existência, no regulamento da curricularização no PPC, de previsão para compensação da carga horária faltante de extensão, através de projetos adicionais (quando não houver carga horária excedente suficiente) para este fim, seguindo o modelo da Modalidade Dissociada (MD) das disciplinas.

Art. 14 Os discentes participantes nas ações de extensão terão a mesma proteção jurídica de seguro coletivo com cobertura para acidentes pessoais, com garantias básicas por morte acidental e invalidez permanente, ou parcial por acidente, nos termos da apólice em vigor firmada entre a Universidade Federal do Acre e uma seguradora devidamente fiscalizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Art. 15 Em conformidade com o art. 9º, da Resolução N.º 7/2018 do CNE, nos cursos superiores, na modalidade à distância, as atividades de extensão devem ser realizadas, presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações, previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância.

Art. 16 Ao final de cada semestre, constará na plataforma de Ações de Extensão e Cultura (Paec), todas as informações da integralização das ações curriculares de

Art. 18 Compete ao Colegiado do Curso, supervisionar o cumprimento do processo de curricularização da extensão prevista no PPC do curso de Educação Física.

Art. 19 Ao final de cada semestre, a secretaria do curso deverá lançar no sistema de controle acadêmico a carga horária correspondente às Acex, através dos certificados entregues pelos acadêmicos, a fim de que o Núcleo de Registro e Controle Acadêmico (Nurca) tenha essa informação para fins de registro e conferência.

Art. 20 Para registro das horas destinadas as Acex dissociadas das disciplinas, o acadêmico poderá computar as 191 horas obrigatórias independente da modalidade do que trata o art. 10º deste regulamento.

Art. 21 Os casos omissos serão resolvidos no colegiado do curso de Licenciatura Educação Física EAD.

Art. 22 Este regulamento compõe o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física, na modalidade EaD, e entrará em vigor a partir da aprovação junto ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

Art. 31 Este regulamento compõe o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física, na modalidade EaD, e entrará em vigor a partir da aprovação junto ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO CEPEX Nº 141, DE 25 DE MAIO DE 2023.

Aprova o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física - Modalidade à Distância, na Universidade Federal do Acre.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 47 do Regimento Geral desta IFES, e de acordo com decisão tomada em reunião plenária realizada em 25 de maio de 2023 referente ao processo SEI nº 23107.005650/2023-53, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física - Modalidade à Distância, na Universidade Federal do Acre.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSIMAR BATISTA FERREIRA

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



Documento assinado eletronicamente por **Josimar Batista Ferreira, Reitor Substituto**, em 25/05/2023, às 14:48, conforme horário de Rio Branco, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ufac.br/sei/valida_documento ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **0904962** e o código CRC **FE43CB64**.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO CONSU Nº 124, DE 26 DE MAIO DE 2023.

*Aprova a criação do Curso de
Licenciatura em Educação Física -
Modalidade à Distância, na
Universidade Federal do Acre.*

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 47 do Regimento Geral desta IFES, e de acordo com decisão tomada em reunião plenária realizada em 26 de maio de 2023 referente ao processo SEI nº 23107.005650/2023-53, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Licenciatura em Educação Física - Modalidade à Distância, na Universidade Federal do Acre.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSIMAR BATISTA FERREIRA

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



Documento assinado eletronicamente por **Josimar Batista Ferreira, Reitor Substituto**, em 29/05/2023, às 20:43, conforme horário de Rio Branco, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ufac.br/sei/valida_documento ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **0909215** e o código CRC **E6E89868**.